

LUIZ EDUARDO PINTO BARROS

**OS SALTOS DA DISCORDIA: O IMPASSE ENTRE BRASIL E PARAGUAI EM
TORNO DAS SETE QUEDAS (1962-1966)**

DOURADOS – 2012

LUIZ EDUARDO PINTO BARROS

**OS SALTOS DA DISCORDIA: O IMPASSE ENTRE BRASIL E PARAGUAI EM
TORNO DAS SETE QUEDAS (1962-1966)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientador: Prof. Dr. **Paulo Roberto Cimó Queiroz**.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD

981 B277s	Barros, Luiz Eduardo Pinto Os saltos da discórdia : o impasse entre Brasil e Paraguai em torno das Sete Quedas (1962-1966) / Luiz Eduardo Pinto Barros. – Dourados, MS : UFGD, 2012. 160 f. Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados. 1. Relações Internacionais - Brasil. 2. Diplomacia (Brasil-Paraguai). 3. Sete Quedas (1962-1966) I. Título.
--------------	--

LUIZ EDUARDO PINTO BARROS

**OS SALTOS DA DISCORDIA: O IMPASSE ENTRE BRASIL E PARAGUAI EM
TORNO DAS SETE QUEDAS (1962-1966)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ **de** _____ **de** _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Paulo Robert Cimó Queiroz (Dr., UFGD)

2º Examinador:

Clodoaldo Bueno (Dr., UNESP)

3º Examinador:

Linderval Augusto Monteiro (Dr., UFGD)

A minha amada mãe, Rita, e minha querida e
confidente, Tânia.

AGRADECIMENTOS

Ao final desta caminhada, gostaria de agradecer às pessoas que fazem parte da minha história e que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho. A princípio, quero agradecer a minha adorada mãe, Rita Donizete Pinto Barros, que me incentivou a encarar este desafio e, mesmo estando a mais de mil quilômetros de distância, sempre me deu forças para seguir em frente.

Devo agradecer ao enorme carinho, atenção e paciência que recebi da minha querida e companheira, Tânia Paula Lima e Silva. Isto porque, foi ela quem vivenciou constantemente as minhas inquietudes durante o desenvolvimento do presente trabalho. E também devo agradecer a família dela que fez parte da minha vida nesta trajetória em Dourados. Em especial, agradeço aos meus sogros, Geraldo da Silva e Eunice de Oliveira Lima, e ao meu cunhado, Anderson Lima e Silva.

Agradeço, em especial, ao Prof. Dr^o. Paulo Roberto Cimó Queiroz, que aceitou o desafio de ser o orientador deste trabalho num momento em que ele já estava orientando três colegas da minha turma de Mestrado em História da UFGD. Faço questão de registrar aqui a minha felicidade por ele ter aceitado a me orientar. Como o Prof. Paulo Cimó é, assim como eu, apaixonado por *Formula 1*, escrevo aqui a frase que disse a ele quando confirmou ser o meu orientador: “me sinto como se estivesse sendo contratado pela Ferrari”. E posso afirmar que me senti como um piloto da referida equipe tendo condições de vencer cada etapa, graças à estrutura fornecida. Afinal, a humildade do Prof. Paulo Cimó, somada a sua sabedoria, paciência e respeito, foi o suficiente para me sentir em condições estruturais de superar todos os obstáculos. Vale acrescentar que o seu enorme talento foi fundamental para que este trabalho fosse realizado de forma eficiente. E não tenho dúvidas de que todos aqueles que ainda serão seus orientandos, se sentirão felizes por trabalharem com um excelente profissional.

E também faço questão de agradecer a Prof^a. Dr^a. Ceres Moraes que foi com quem iniciei esta pesquisa em agosto de 2008 quando ainda era aluno de graduação em História da UFGD. Depois que tive a felicidade de ter sido aprovado na turma do Mestrado em História, ela foi minha orientadora até a *Banca de Qualificação*. Seu talento como pesquisadora foi decisivo para que eu tivesse coragem para encarar diversos desafios, como realizar a pesquisa no Centro de Documentação do Itamaraty, em Brasília, e se aventurar em Assunção atrás de fontes que pudessem contribuir para a pesquisa. Posso afirmar que a Prof^a. Ceres não apenas

deixou um grande legado para as pesquisas sobre o Paraguai no século XX, mas me fez sentir uma pessoa com mais coragem para superar diversos obstáculos.

Claro que não posso deixar de agradecer a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que durante 24 meses financiou a presente pesquisa. Assim como agradeço aos funcionários do Centro de Documentação do Itamaraty, em Brasília, e também do Arquivo Histórico da Vice-Presidência do Paraguai, em Assunção. Aliás, sobre este último, não teria realizado minha pesquisa se não fosse a Prof. Adelina Pusineri de Madariaga, que gentilmente entrou em contato com os organizadores do referido arquivo. Sem o carinho e atenção desta professora paraguaia, que é amiga de vários professores do curso de História da UFGD (principalmente da Prof^a. Ceres e do Prof^o. Paulo Cimó), dificilmente teria sucesso na minha ida a Assunção.

É válido também mencionar aqui, a atenção do meu amigo e secretário do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD, Cleber Paulino de Castro, no qual agradeço o apoio em tudo o que foi solicitado para esta pesquisa. E é claro, tenho muito a agradecer ao meu amigo Carlos Barros Gonçalves, que contribuiu para minha trajetória acadêmica ao me incentivar a superar diversos obstáculos.

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível”.

(Charles Chaplin)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar um tema ainda muito pouco conhecido, a saber, o impasse diplomático entre Brasil e Paraguai no decorrer da década de 1960. No período de 1962 a 1966, ambas as nações se desentenderam sobre a soberania de Sete Quedas, na fronteira entre o atual estado de Mato Grosso do Sul e o leste do Paraguai. Isto porque, desde a década de 1950, o Estado brasileiro estava desenvolvendo estudos para saber do potencial hídrico da referida região. Os paraguaios alegavam que, apesar da assinatura do Tratado de Paz e Limites, em 1872, e do Tratado Complementar de Limites, em 1927, Sete Quedas não estava demarcada e, por este motivo, o Brasil não poderia ter realizado tais estudos. Durante o desenvolvimento da pesquisa, foram analisados os documentos do Itamaraty e do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai, referentes ao período de 1962 a 1966, que tratavam das relações brasileiro-paraguaias. Também foram pesquisados periódicos brasileiros e paraguaios com a finalidade de adquirir um número considerável de informações que pudessem contribuir para o presente trabalho. É possível compreender que o desfecho do impasse, ocorrido em junho de 1966 com a assinatura da Ata das Cataratas, foi de fundamental importância para que em 1973 fosse assinado o Tratado de Itaipu entre os dois países. Isto não apenas resultou na construção da maior usina hidrelétrica do mundo até então, como também é o maior acordo geopolítico envolvendo Brasil e Paraguai, proporcionando benefícios econômicos para ambos.

Palavras-chave: Dinâmica da geopolítica brasileiro-paraguaia; litígio fronteiriço; aproveitamento hidroenergético na Bacia do Prata.

ABSTRACT

This work has like purpose to study a much few known subject yet, namely the diplomatic impasse between Brazil and Paraguay during the 1960s. In the period from 1962 to 1966, both the countries disagreement themselves about the dominion of Sete Quedas, in the border between the current state of Mato Grosso do Sul and the eastern of Paraguay. This is because since 1950s, the Brazilian State was developing studies to determine the water potential of that region. The Paraguayan people claimed that, despite signature of the Tratado de Paz e Limites, in 1872, and the Tratado Complementar de Limites, in 1927, Sete Quedas was not delimited and, for this reason, Brazil could not have done such studies. During the research development, Itamaraty's and Ministério das Relações Exteriores do Paraguay's documents were analyzed, for the period 1962 to 1966, which refer to Brazilian-Paraguayan relations. Brazilian and Paraguayan journals were also researched in order to acquire a considerable amount of information that could contribute to this work. It is possible to understand the impasse outcome, occurred in June of 1966 with the Ata das Cataratas' signature, was of a fundamental importation to the Tratado de Itaipu's signature between Brazil and Paraguay, in 1973. It did not only result under construction of the largest hydroelectric power plant of the world until then, as also it is the greatest geopolitical agreement between Brazil and Paraguay, providing economics benefits to both countries.

Key-words: Brazilian-Paraguayan geopolitical dynamic; border dispute; hydropower use of the Bacia do Prata.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Mapa Hidrográfico da Bacia do Prata	29
Mapa 2- Mapa da fronteira Brasil-Paraguai e do trecho do Médio Paraná de maior potencial de geração de energia	41
Mapa 3- Trecho não caracterizado na fronteira Brasil-Paraguai	58
Mapa 4- Mapa da área em litígio que demonstra onde estavam localizados os militares brasileiros	69

SUMÁRIO

Lista de mapas.....	10
INTRODUÇÃO.....	12
Capítulo I	
A GEOPOLITICA DO BRASIL NAS RELAÇÕES COM O PARAGUAI: O INÍCIO DAS DIVERGÊNCIAS SOBRE SETE QUEDAS	
1.1 A geopolítica do Brasil	19
1.2 As relações entre o Brasil e as demais nações da Bacia do Prata até o início da década de 1960	28
1.3 A reaproximação entre Brasil e Paraguai desde a década de 1940	33
1.4 O início do impasse sobre a região de Sete Quedas entre os governos de João Goulart e Alfredo Stroessner	39
Capítulo II	
A OCUPAÇÃO MILITAR BRASILEIRA NAS SETE QUEDAS: O AUGES DO LITÍGIO FRONTEIRIÇO ENTRE BRASIL E PARAGUAI	
2.1 A política externa de Castelo Branco: as relações com as nações da América do Sul	59
2.2 As relações Brasil-Paraguai e o litígio fronteiriço	64
2.2.1 As relações Brasil-Paraguai	64
2.2.2 A ocupação	66
2.2.3 O impasse diplomático Brasil-Paraguai	69
2.3 A repercussão	85
2.3.1 Em ambas as nações	85
2.3.2 No cenário internacional	94
Capítulo III	
O FIM DO “CASO SETE QUEDAS”: O ACORDO DIPLOMÁTICO EM 1966 E O SEU SIGNIFICADO HISTÓRICO	
3.1 As divergências paraguaio-argentinas e a aproximação Brasil-Paraguai no “caso Sete Quedas”	104
3.2 A Ata das Cataratas: o acordo	113
3.3 Os reflexos do acordo entre Brasil e Paraguai na história da Bacia do Prata	129
Considerações Finais	149
Bibliografia e Fontes	154

INTRODUÇÃO

A produção acadêmica voltada para os estudos das relações do Brasil com seus vizinhos aumentou nos últimos anos, mas ainda é pequena. Este fato tem implicações no limitado grau de conhecimento que o maior país da América do Sul tem da sua região, apesar do discurso a favor da intensificação da integração entre os países sul-americanos. É comum realizarmos uma pesquisa sobre as relações internacionais do Brasil e encontrarmos pesquisas da dinâmica do país com os Estados Unidos ou nações europeias mais desenvolvidas. Motivado por esta constatação, este trabalho pretende contribuir para sanar um pouco essa lacuna que envolve as relações do Brasil com as nações sul-americanas. O foco da pesquisa realizada neste trabalho são as relações brasileiro-paraguaias no decorrer da década de 1960. Um período ainda pouco aprofundado pela historiografia de modo geral.

Mas qual seria o motivo de estudar as relações entre Brasil e Paraguai no decorrer da década de 1960? Bem, a resposta desta pergunta necessita de uma breve exposição sobre o processo que culminou com o desfecho do presente trabalho. Tudo começou em março de 2008 quando eu ainda estava no 5º semestre do curso de Licenciatura em História da UFGD. Interessado em realizar um trabalho de *Iniciação Científica*, entrei em contato com a professora Ceres Moraes, que dedicou seus estudos, durante a pós-graduação (mestrado e doutorado), à dinâmica do Brasil na Bacia do Prata. Sua maior experiência era sobre a história do Paraguai, na qual contribuiu para a historiografia pesquisando sobre a consolidação da ditadura de Alfredo Stroessner entre os anos de 1954 e 1963. É válido mencionar que o ditador paraguaio foi presidente do Paraguai entre 1954 e 1989, sendo este o maior período no qual um chefe de Estado esteve no poder na América do Sul no século XX. Ao me apresentar a obra *A Herança de Stroessner*, de Alfredo da Mota Menezes, tive a oportunidade de ter acesso ao tema que seria o foco do presente trabalho: um litígio fronteiro entre Brasil e Paraguai na década de 1960. Menezes dedica um capítulo de sua obra à polêmica envolvendo a demarcação de Sete Quedas, que causou um considerável desgaste nas relações entre ambas as nações naquele momento. A curiosidade de conhecer de forma ampla este tema motivou-me a desenvolver uma pesquisa sobre a questão Sete Quedas.

No decorrer dos trabalhos, tive acesso a diversas obras que tratam de Relações Internacionais de forma geral. Sobre a dinâmica do Brasil com as nações da Bacia do Prata, o número de obras consultadas foi um pouco menor. Já em relação às obras que tratam da dinâmica brasileiro-paraguaia, houve um considerável esforço para ter acesso a diversas

obras. Porém, como ainda são poucos os trabalhos publicados, foram mínimos os autores citados no presente trabalho que tratam sobre este tema.

Enfim, foram especialmente importantes, para compreensão do contexto em que se davam as relações entre o Brasil e seus vizinhos na época estudada, as obras de Mello (1987), Bueno e Cervo (2002), Bandeira (1998), Moraes (1996), Amaral e Silva (2006), Zugaib (2006) e Menezes (1987). Aliás, especificamente com relação ao objeto de pesquisa, este último foi de especial valia. Afinal, o único, até o momento, a tratar extensamente dessa questão. É válido mencionar que o ponto de vista paraguaio, por sua vez, foi compreendido a partir da análise das fontes.

De maneira geral, pode-se perceber que as relações internacionais na região platina, desde o século XIX, giraram em boa parte, em torno da bipolarização Brasil e Argentina. Mário Travassos, um dos ícones dos estudos da geopolítica brasileira, ao publicar na década de 1930 a obra que futuramente se chamaria *Projeção Continental do Brasil*, analisa que a Argentina sabia ampliar seu prestígio na Bacia do Prata ao aproximar-se da Bolívia e do Paraguai, que são países mediterrâneos, criando uma interligação destes até o Atlântico passando por seu território. Para ele, Bolívia e Paraguai eram o chamado *heartland* da América do Sul, numa alusão ao que Mackinder denominou o núcleo euro-asiático, o coração continental. Travassos acreditava que o Estado brasileiro deveria fazer o mesmo para ampliar o seu potencial político no cenário sul-americano.

Desde a década de 1930, quando Getúlio Vargas estava no poder, a política externa brasileira intensificou seus esforços de aproximação com os países sul-americanos. Neste cenário, o Brasil aproximou-se do Paraguai no início da década de 1940. Desde o final da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), ambas as nações haviam se distanciado de forma considerável. A partir da visita de Vargas a Assunção, em 1941, Brasil e Paraguai realizaram diversos acordos que incluíam a ligação terrestre entre a capital paraguaia e os portos brasileiros de Santos e Paranaguá. As relações entre ambos foram intensificadas com a chegada dos *colorados* à presidência do Paraguai, em 1947. Isto porque, enquanto *liberais* e *febreristas* estiveram no poder, a política externa paraguaia era próxima da Argentina. Com a ascensão de Alfredo Stroessner a presidência, em 1954, inaugurando um período ditatorial que perduraria até 1989, a dinâmica brasileiro-paraguaia ganhou impulso, num processo significativo de aproximação.

É importante acrescentar que a aproximação entre Brasil e Paraguai não significou o afastamento da nação guarani em relação à Argentina. Pelo contrário, a política externa paraguaia tendeu a contrabalancear entre os Estados vizinhos para angariar benefícios em

meio as divergências geopolíticas brasileiro-argentinas, tendo a sua disposição dois “pulmões” econômicos que possibilitavam o acesso do Paraguai ao Atlântico.

Voltando a tratar sobre o presente trabalho, a contribuição que esta pesquisa busca trazer é a abordagem ampla sobre as relações entre Brasil e Paraguai, a partir de um impasse diplomático que causou desgastes nas suas relações. A historiografia tradicional geralmente trata deste impasse de forma breve, sem entrar em detalhes. Na verdade, os estudos sobre Brasil-Paraguai são dedicados ao período posterior em que ocorreram estas divergências diplomáticas. Isto porque, o tema que mais chama atenção da maioria dos estudiosos é o processo que culminou com a construção da usina hidrelétrica binacional de Itaipu, até então a maior do mundo. No caso do presente trabalho, o tema Itaipu é citado, mas não é o foco principal.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi necessário realizar duas visitas ao Centro de Documentação do Itamaraty, em Brasília. Na primeira oportunidade, ocorrida em maio de 2009, tive a preocupação em ter acesso aos documentos relativos aos anos de 1965 e 1966. Isto porque, foi neste período que o “caso Sete Quedas” teve maior repercussão não apenas nos dois países envolvidos, mas também em outras nações. Quando fiz esta primeira visita, estava no 7º semestre do curso de graduação em História e prestes a entregar *Relatório Final de Iniciação Científica*. A segunda visita ocorreu em outubro de 2011. Na ocasião, já estava no 4º semestre do curso de Mestrado em História da UFGD. O objetivo era ter acesso à documentação geral das relações entre Brasil e Paraguai entre 1960 e 1964, haja vista que este período é tratado no primeiro capítulo do presente trabalho. Toda a documentação consultada nas duas visitas ao Itamaraty foi de grande relevância para a pesquisa. No caso da segunda visita, tive a felicidade de ter o apoio financeiro do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD, que foi de grande relevância para custear os gastos da viagem entre a cidade de Dourados e Brasília.

E por este trabalho tratar sobre as relações entre Brasil e Paraguai, seria interessante também ter acesso à documentação paraguaia. A princípio, acreditei que uma visita à cidade de Assunção enriqueceria a pesquisa, mas não teria sucesso em encontrar alguma documentação relevante. Na verdade, pensei que nem sequer conseguiria ter permissão para realizar uma pesquisa nos arquivos do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai. Porém, incentivado pelo meu orientador, professor Paulo Roberto Cimó Queiroz, e pela minha ex-orientadora, professora Ceres Moraes, resolvi realizar uma visita a Assunção. Antes da viagem, entrei em contato com o meu amigo Jacinto Luís, graduado em História pela Universidade Nacional de Assunção, e a professora Adelina Pusineri de Madariaga, diretora

do Museo Etnográfico Andres Barbero. Aliás, esta última é uma grande amiga dos professores da Faculdade de Ciências Humanas da UFGD. A partir de então, contando com o apoio dos nossos queridos amigos paraguaios, me senti à vontade em realizar uma viagem à capital paraguaia. Chegando lá, logo fui ao encontro da professora Adelina que, numa simples ligação ao Ministério de Relações Exteriores do Paraguai, conseguiu a permissão para que eu tivesse acesso ao arquivo da mesma instituição. Com isso, não há como negar a importância da professora Adelina para esta pesquisa.

Ao contrário de como é no Brasil, o arquivo diplomático do Paraguai não é na sede do Ministério de Relações Exteriores, e sim, no edifício da Vice-Presidência. Ao chegar lá, fui muito bem recebido e logo pude iniciar a minha pesquisa, que durou três dias. Aliás, é importante agradecer a colaboração da Conselheira Estela Martinez, que gentilmente não apenas autorizou a pesquisa, como me entregou diversos maços contendo a documentação brasileiro-paraguaia relativa à década de 1960. A partir de então, o meu pessimismo, acreditando que nada conseguiria sobre o “caso Sete Quedas”, tornou-se otimismo, pois encontrei diversas informações relativas a este tema. Finalmente, no último dia de minha visita a Assunção, tive a oportunidade de realizar uma pesquisa na Biblioteca Nacional. Nesta, tive acesso aos jornais do período pesquisado, que foram de grande contribuição para este trabalho. E é válido mencionar que, tanto no Edifício da Vice-Presidência, como na Biblioteca Nacional, fui muito bem recebido, como também ocorreu nas duas oportunidades em que estive no Centro de Documentação do Itamaraty em Brasília.

O trabalho contou, enfim, não apenas com referências bibliográficas, mas também com fontes documentais, sendo elas: telegramas, ofícios, documentos secretos e confidenciais, tanto do Itamaraty quanto do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai. E além disso, conta com um número considerável de informações publicadas nos periódicos da época como os brasileiros *Última Hora* e *Folha de São Paulo*, e os paraguaios *La Tribuna* e *Pátria*. É válido acrescentar que os periódicos brasileiros foram consultados na internet e os paraguaios foram consultados na Biblioteca Nacional de Assunção.

Mas, afinal de contas, o que foi este “caso Sete Quedas”? Bem, foi um momento de tensão peculiar na história das relações brasileiro-paraguaias no século XX. No final da década de 1950, o Estado brasileiro, presidido por Juscelino Kubitschek (1956-1960), dedicou esforços para saber do potencial energético de Sete Quedas, que estava localizada no curso do Rio Paraná, nas proximidades da cidade de Guaíra, no oeste do estado do Paraná. Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) deram sequência aos estudos sobre o aproveitamento hídrico da referida fronteira. Porém, em fevereiro de 1962, a embaixada

paraguaia no Brasil soube, através de um artigo do *Jornal do Brasil*, que o Estado brasileiro vinha desenvolvendo estudos em Sete Quedas. Logo, informou o governo de Assunção sobre o fato e a partir de então uma polêmica teve início.

O Estado paraguaio acreditava que, apesar da assinatura do Tratados de Paz e Limites, de 1872, e do Tratado Complementar de Limites, de 1927, que definiram os limites entre Brasil e Paraguai, a região de Sete Quedas não havia sido demarcada. Por conta disso, logo que soube dos estudos brasileiros, enviou uma nota ao Itamaraty reclamando de tais atividades sem ser consultado. Meses depois, o governo brasileiro, presidido por João Goulart, respondeu à nota alegando que Sete Quedas já estava demarcada e pertencia ao Brasil. Porém, ofereceu ao Paraguai o futuro compartilhamento dos recursos energéticos daquela região. O Estado paraguaio aceitou a oferta, mas não concordou com a tese de que Sete Quedas era brasileira. Finalmente, em janeiro de 1964, João Goulart e Alfredo Stroessner se encontraram em Mato Grosso para tratarem de diversos assuntos. Na ocasião, a questão Sete Quedas foi intensamente debatida e logo após o encontro ambos os presidentes anunciaram para a imprensa de seus países que Brasil e Paraguai usufruiriam em conjunto os benefícios energéticos da referida fronteira.

Apesar do golpe de Estado ocorrido no Brasil entre março e abril do mesmo ano, que derrubou João Goulart da presidência, os militares que assumiram o poder mantiveram a política de aproximação com o Paraguai que vinha ocorrendo desde a visita de Getúlio Vargas a Assunção em 1941. Durante o governo Castelo Branco, houve a inauguração de um Colégio Experimental na Universidade Nacional de Assunção, em setembro de 1964, e também da Ponte da Amizade entre Foz do Iguaçu e Porto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este), em março de 1965. Porém, fontes consultadas para esta pesquisa informam que, pouco antes da inauguração da Ponte da Amizade, houve alguns incidentes entre militares brasileiros e paraguaios na região de Sete Quedas. Em junho de 1965, o Estado brasileiro enviou um grupo de militares para ocupar aquela fronteira, num local denominado Porto Coronel Renato. A partir do momento em que houve a ocupação, diversas manifestações contra o Brasil ocorreram em solo paraguaio. O governo Stroessner, tendo em vista a grande repercussão, enviou uma nota de protesto ao Estado brasileiro reclamando de tal atitude e afirmando que a ocupação lesionava a soberania paraguaia em Sete Quedas. Pouco tempo depois, veio a resposta brasileira que manteve a posição de afirmar ser a referida região pertencente ao Brasil.

Com isso, entre setembro de 1965 e junho de 1966, as relações entre os dois países passaram por um período de tensão. É bem verdade que não houve um rompimento

diplomático, mas riscos de interromper o processo de aproximação que vinha ocorrendo desde a década de 1940 foram sentidos de ambos os lados. O impasse teria o seu desfecho com a assinatura da Ata das Cataratas em junho de 1966. Este documento não apenas simbolizou a aproximação diplomática brasileiro-paraguaia, mas serviu de base para o maior acordo entre os dois países, que seria assinado sete anos depois, o Tratado de Itaipu.

Este trabalho está subdividido em três partes: o primeiro capítulo, além de tratar de forma geral sobre a geopolítica brasileira e o processo histórico das relações entre o Brasil e as nações da Bacia do Prata do século XIX até 1960, dedica-se ao primeiro momento do impasse sobre Sete Quedas, entre 1962 e 1964, ocorrido durante o governo de João Goulart. O segundo capítulo é voltado para as relações brasileiro-paraguaias a partir do momento em que houve a ocupação militar brasileira em Porto Coronel Renato, em junho de 1965. Analiso as trocas de notas e a repercussão nos dois países, além das manifestações em outras nações. Já o terceiro capítulo é dedicado ao desfecho do impasse, ocorrido em junho de 1966, com a assinatura da Ata das Cataratas. Também faço uma abordagem sobre o processo histórico da Bacia do Prata entre 1966 e 1979. Afinal, após o desfecho do “caso Sete Quedas”, a dinâmica do Prata ganhou novos ares com acordos assinados entre Brasil, Paraguai, Argentina, Bolívia e Uruguai, que resultaram no Tratado da Bacia do Prata (1969), e numa série de divergências envolvendo Brasil e Argentina.

É válido mencionar que, na parte final do terceiro capítulo, estudo de forma breve a dinâmica brasileiro-paraguaia envolvendo o Tratado de Itaipu no final da década de 2000. Isto porque, a partir de abril de 2008, com a eleição de Fernando Lugo, o então presidente eleito garantiu que durante seu governo dedicaria esforços para que o tratado fosse revisto, alegando que o Paraguai deveria receber mais pela cota que vende ao Brasil, já que a nação guarani não necessita usufruir dos 50% de energia que lhe cabe gerada pela hidrelétrica binacional de Itaipu. Aliás, a vitória de Lugo (filiado ao Partido Democrata Cristão) encerrou um período no qual o Partido Colorado governou o Paraguai por 61 anos (1947-2008).

Coincidentemente, antes do desfecho do presente trabalho, o mesmo presidente Lugo sofreu um processo de *impeachment* que durou apenas 30 horas. O fato foi interpretado pelos países vizinhos, incluindo Brasil e Argentina, como um golpe de Estado praticado pelo parlamento paraguaio, que é composto na sua maioria por partidos de oposição. Consequentemente, o Paraguai foi suspenso do MERCOSUL (composto também por Brasil, Uruguai e Argentina) até que novas eleições presidenciais sejam realizadas. Tendo em vista o que aconteceu no Paraguai, percebemos a importância de que estudos sobre os países da América do Sul sejam cada vez mais frequentes no decorrer dos anos em solo brasileiro. E

este trabalho visa contribuir para que pesquisas dedicadas às relações do Brasil com seus vizinhos sejam cada vez mais realizadas no decorrer dos anos.

CAPÍTULO I:

A GEOPOLÍTICA DO BRASIL NAS RELAÇÕES COM O PARAGUAI: O INÍCIO DAS DIVERGÊNCIAS SOBRE SETE QUEDAS

1.1 A Geopolítica do Brasil

Estudos sobre a Geopolítica no Brasil foram realizados ao longo da década de 1920. Mas foi na década seguinte que esta ganhou maior projeção nos estudos de Mário Travassos, que escreveu nos anos de 1930 uma obra que mais tarde se chamaria *Projeção Continental do Brasil*. Já na década de 1940, o brigadeiro Lísias Rodrigues publicou a obra *Geopolítica do Brasil* em 1947, na qual retomou diversas questões tratadas por Travassos nos anos anteriores. E nas décadas de 1950 e 1960, Golbery Couto e Silva publicou uma série de trabalhos que foram referenciados por diversos pesquisadores que tratam sobre os estudos da Geopolítica no Brasil. Estes três autores citados neste primeiro parágrafo são as referências que nortearam a temática Geopolítica brasileira na primeira parte deste capítulo.

No período em que Travassos estava escrevendo a obra que futuramente viria a se chamar *Projeção Continental do Brasil*, o país estava passando por diversas transformações no cenário político e econômico. Em 1930, a república oligárquica foi destituída do poder através de um golpe de Estado que possibilitou ao gaúcho Getúlio Vargas assumir a presidência da república. A crise econômica mundial, iniciada com a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, interferiu diretamente no enfraquecimento político dos grupos oligarcas e favoreceu o fortalecimento dos grupos militares interessados em ter maior influência na condução da política interna brasileira.

Segundo Mello, “assim como a Revolução de 30 foi um divisor de águas na história do país, *Projeção Continental do Brasil* tornou-se um marco no pensamento político brasileiro, do qual Mario Travassos é o pai fundador”¹.

Travassos foi influenciado por Mackinder, que elaborou uma teoria sobre o poder terrestre². Travassos reelaborou a teoria associando as condições peculiares do continente sul-

¹ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p.72.

² Halford Mackinder era um geógrafo inglês que defendeu a tese de que no início do século XX o poder marítimo estava em processo de decadência e o poder terrestre estava em ascensão. Para ele, o “heartland”, ou coração continental, era o núcleo do continente euro-asiático, com uma área de 23 milhões de km² e uma baixa densidade demográfica. Os países mais desenvolvidos que conseguissem expandir seus domínios sobre as regiões marginais da Eurásia, que possuem grandes recursos econômicos e naturais, explorando as comunicações de transporte terrestre destes países para favorecê-los no mercado mundial, ampliariam seus domínios consolidando seus potenciais no cenário geopolítico mundial (MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p. 34).

americano no qual o planalto boliviano, assumindo um papel de terreno fértil para domínio geopolítico³, é chamado de *heartland* do continente. Travassos escreveu da seguinte maneira sobre os aspectos geográficos da América do Sul:

O enquadramento da massa continental por dois oceanos diferentes – a leste o Atlântico, a oeste o Pacífico; a oposição sistematizada por circunstâncias decisivas, entre as duas maiores bacias hidrográficas do continente, ambas na vertente atlântica – a do Amazonas ao norte e a do Prata ao sul; a existência de países mediterrâneos – o caso da Bolívia e do Paraguai – justo na região em que aqueles antagonismos como se encontram, constituem os fatos essenciais à eclosão de fenômenos geopolíticos da mais extensa e profunda repercussão continental⁴

O antagonismo tratado por Travassos refere-se aos dois oceanos que envolvem o continente sul-americano, cortado “pela espinha dorsal da cordilheira dos Andes, cujos cumes dividiam desigualmente as águas que convergiam para as duas vertentes continentais”⁵. Neste caso, o Oceano Atlântico teria um papel decisivo pela via de comunicação com os países ocidentais, sobretudo da Europa e da América do Norte. Já o Oceano Pacífico, “com seu litoral inóspito, era o ‘mar solitário’ situado as margens dos grandes feixes de comunicações marítimas e via de contato intermitentemente com a Ásia Oriental”⁶.

Outro antagonismo apontado por Travassos é a oposição entre dois grandes sistemas fluviais da América do Sul, sendo o Amazonas e o Prata. Mello descreve da seguinte maneira a abordagem de Travassos sobre a oposição entre estes dois sistemas fluviais:

Dada a proximidade dos Andes da costa pacífica e o “divortium aquarum” formado pelo altiplano boliviano, corriam ambos para o leste, mas em direções opostas, desaguando um ao norte e outro ao sul da vertente atlântica. Esse antagonismo se expressa no conflito entre as bacias amazônica e platina – com suas desembocaduras controladas, respectivamente, pelo Brasil e Argentina – pela conquista da posição de principal via de comunicação da vertente pacífica com a vertente atlântica e obter, através desta, o acesso à “civilização mundial”. Na resolução do antagonismo amazônico-platino, o papel decisivo caberia ao altiplano boliviano, como zona de contato entre as duas bacias hidrográficas, e o resultado traria como consequência a oscilação do pêndulo geopolítico na direção do Brasil ou da Argentina, em termos de hegemonia no continente sul-americano⁷.

Ao tratar diretamente sobre a Bacia do Prata, Travassos enfatiza a importância da linha de comunicações planejada e executada pela Argentina através da conexão ferroviária entre La Paz e Assunção, além da capital chilena Santiago. O autor chama a atenção para a

³ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p.74.

⁴ TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*, 1947, p.8

⁵ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p. 75.

⁶ Ibid.

⁷ Ibid, p.77

aproximação entre Argentina e Bolívia, que possibilita aos bolivianos melhores condições de acesso ao mercado do Novo e Velho Mundo, tendo em vista que a Bolívia é um país mediterrâneo. Para ele, “da ligação Buenos Aires- La Paz advém reflexos capazes de repercussão até mesmo sobre a economia continental”.⁸ Neste sentido, Mello faz a seguinte análise:

O sistema de comunicações platino, de um lado, estabelecia a ligação entre Buenos Aires- via La Paz- e os portos de Antofagasta, Mejillones e Arica, no Chile, assim como Mollendo, no Peru; e, de outro lado, colocava o “heartland” boliviano em contato direto com Buenos Aires. Em suma: a resolução dos dois grandes antagonismos em presença – Atlântico- Pacífico e Amazonas- Prata – poderia se dar com o predomínio do eixo norte-sul sobre o eixo oeste-leste, isto é, em favor da Argentina e em detrimento do Brasil na competição pela hegemonia geopolítica no continente sul-americano⁹.

Para Travassos, em território boliviano o triângulo de ligação entre Cochabamba, Sucre e Santa Cruz concentra a maior parte da riqueza natural do país. Por uma questão geográfica, a Bolívia tem o privilégio de pertencer às bacias do Prata e a Amazônica. Em determinada situação, a desvantagem de não ter acesso ao oceano é compensada pela utilização de uma das duas bacias a favor de seus interesses econômicos e geopolíticos.

A base do triângulo era formada por Cochabamba e Santa Cruz, ligadas entre si por uma rodovia. O pólo principal de seus vértices era constituído por Cochabamba que, vinculada ao sistema de comunicações platino, ligava-se ao norte com o porto chileno de Arica, no Pacífico, e ao sul com o porto argentino de Buenos Aires, no Atlântico. Segundo Travassos, a rede ferroviária platina conferia à Argentina, via região de Cochabamba, uma posição geopolítica dominante no triângulo estratégico do “heartland” boliviano¹⁰.

Tendo em vista que o aspecto geográfico favorece a Bolívia por pertencer a duas consideráveis bacias hidrográficas, a Amazônica, segundo Travassos, teria um “peso” importante para o Brasil na sua estratégia geopolítica na América do Sul. Isto porque, o Brasil teria condições de oferecer aos bolivianos um caminho alternativo à “exclusividade” do Prata favorável a Argentina. A Bacia Amazônica já era um motivo favorável ao Brasil como “contrapeso” em relação à Argentina, mas algo a mais poderia ser aproveitado sobre esta bacia. O “passo seguinte seria estabelecer a conexão entre a Bacia Amazônica e a Cordilheira dos Andes, como forma de canalizar para o Atlântico grande parte da produção dos países

⁸ TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*, 1947, p.56.

⁹ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p.79.

¹⁰ *Ibid*, p. 82

andinos situados na vertente ocidental do continente americano”.¹¹ Neste caso, “ a conexão entre o Amazonas e a costa pacífica se faria através dos ‘nudos’ andinos, zonas de menos resistência cujas plataformas serviriam de pontos de ultrapassagem transversal da gigantesca barreira formada pelas cumeadas dos Andes”¹². Com isso, através destes “nudos”, a conexão entre a Bacia Amazônica e a costa pacífica ocorreria com três países andinos: Peru, Equador e Colômbia.

Mello utiliza o seguinte trecho da obra de Travassos no qual este faz a sua previsão em relação ao “contrapeso” da Bacia Amazônica:

Quando as possibilidades carreadoras da Amazônia se verificarem a pleno rendimento e conjugadamente com as abertas andinas, excluindo apenas o Paso de Ospalata, as bocas do Amazonas despejarão no Atlântico grande parte da riqueza ocidental do continente¹³.

E se o “heartland” boliviano foi um dos principais enfoques da obra de Travassos, o autor fez questão de desenvolver uma análise sobre o aspecto geográfico do Brasil que o colocasse em condição favorável no cenário geopolítico sul-americano.

O primeiro dado é sobre a costa atlântica. O Brasil possui dois terços do litoral atlântico sul-americano. Além disso, enfatiza que o território geográfico do Brasil faz fronteira com dez países e só não é limítrofe do Chile e do Equador. Partindo desta análise, Travassos faz uma síntese do espaço geográfico natural do Brasil dividindo-o em quatro “regiões naturais”: o Brasil Platino, o Nordeste Subequatorial, a vertente oriental dos planaltos e o Brasil Platino.

Segundo Mello, a partir desta análise, Travassos constata a existência de dois “Brasis”: o platino e o amazônico. Neste sentido, “a partir de pontos extremos da vertente atlântica, convergem ambos para o centro geográfico do continente, onde está localizado o ‘heartland’ boliviano”. Travassos ainda “verifica que as duas outras regiões – a Vertente Oriental dos Planaltos e o Nordeste Subequatorial¹⁴ constituem o chamado ‘Brasil Longitudinal’, que teria como papel funcional estabelecer a ligação entre as duas primeiras regiões”¹⁵. Sobre estes dois “brasis”, Travassos fez a seguinte análise:

O Brasil Amazônico se comunica de modo mais direto com o oceano, por isso que dispõe do Rio Amazonas como via natural, e sua capacidade de penetração é mais

¹¹ Ibid, p. 86

¹² Ibid.

¹³ TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*, 1947, p. 77.

¹⁴ É uma região subdividida em quatro regiões: agreste, zona da mata, sertão e meio-norte.

¹⁵ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p.95-96.

ampla, pois o vale amazônico é o grande coletor do formidável anfiteatro que se arqueia de Caracas a La Paz. O Brasil Platino, apesar de que exija meios artificiais para ligar-se ao oceano, dispõe de portos com suficiente capacidade de atração na costa e dos estímulos de dois países mediterrâneos que naturalmente reagem contra a força centrípeta do Prata: o sul de Mato Grosso, prolongando os territórios paulista e paranaense, representa a sua força de penetração¹⁶.

Ao longo de sua obra, Travassos desenvolve de forma sistemática sua análise sobre as quatro subdivisões “naturais” do país. Sua síntese, segundo Mello, “era que a consolidação da unidade do país dependeria da conjunção de dois tipos de atuação: por um lado, o desenvolvimento de ações convergentes dos Brasis platino e amazônico em direção ao objetivo comum- o *heartland* boliviano”¹⁷. Em outras palavras, o Brasil amazônico e o platino são extremamente importantes para o país consolidar seus objetivos no cenário sul-americano.

Travassos fez de sua obra um clássico dos estudos da geopolítica no Brasil e que merece total atenção para desenvolver uma análise abrangente de cada parte de seu trabalho. Coube neste trabalho tratar sobre os principais pontos estudados por Travassos para demonstrar a sua importância teórica nos estudos sobre a política externa brasileira voltada para a América do Sul desde a década de 1930. Sobre este estudioso da geopolítica brasileira, Costa faz a seguinte análise:

A análise geopolítica de Travassos é não apenas pioneira como original neste tipo de discurso no país. Ao contrário dos [sic] demais nesse período, ela [sic] parte de minuciosa descrição das condições geográficas primárias do continente e do território brasileiro. Além disso, ele deriva daí um projeto geopolítico que está centrado não na unidade interna *stricto sensu*, mas na repercussão externa do movimento de integração interna, subordinando este, àquele objetivo maior¹⁸.

O trabalho de Travassos, que resultou na publicação de *Projeção Continental do Brasil*, foi de considerável relevância para diversos estudos que, em 1947, o brigadeiro Lísias Rodrigues publicou na obra *Geopolítica do Brasil* abordando temas tratados no trabalho de Travassos.

Segundo Mello, Rodrigues, retomando o que foi tratado por Travassos, escreveu sobre a divisão geográfica do Brasil e o papel do país no cenário geopolítico sul-americano¹⁹. Costa menciona que Lysias Rodrigues sofre considerável influência militar durante o desenvolvimento de seus estudos. Além de tratar sobre o papel do Brasil no cenário

¹⁶ TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*, 1947, p.129.

¹⁷ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p. 98.

¹⁸ COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*, 1992, p.206.

¹⁹ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987.

internacional, defendeu que no âmbito interno o país deveria ser administrado como uma unidade centralizada²⁰.

Ao tratar sobre a configuração das fronteiras brasileiras, Rodrigues denominou *punctum dolens* aquelas regiões críticas “onde se chocavam forças antagônicas e que, por sua localização geopolítica estratégica, constituía um estopim capaz de detonar um confronto bélico entre dois ou mais países”²¹. Para Rodrigues estas são as regiões de fronteira do Iguazu, da Bolívia e de Letícia²².

No caso do Iguazu, região onde se localiza a fronteira entre Brasil e Argentina (e também o Paraguai), encontra-se o contato limítrofe brasileiro-argentino, sendo as duas potências sul-americanas e a área de influência sobre o Paraguai disputado pelos dois grandes. Rodrigues também acrescentou a região oeste de Santa Catarina (denominada “Palmas” pelos brasileiros e “Misiones” pelos argentinos) como *punctum dolens*, sendo uma extensão do Iguazu. O autor retoma o apontamento de Travassos de que o Brasil deveria neutralizar as ações da Argentina na Bacia do Prata, direcionando para o Paraguai e a Bolívia o acesso ao Oceano Atlântico através dos portos brasileiros. E ainda sobre o triângulo fronteiro Brasil-Paraguai-Argentina, Rodrigues fez a seguinte análise:

A ação dos fatores geopolíticos territoriais e geográficos, quer no Paraguai, quer na Argentina, criaram vetores de forças geopolíticas cujo ponto de aplicação localizou-se justamente em um ponto delicado, aquele das quedas d'água dos rios Paraná e Iguazu, capazes de produzirem um elevado potencial elétrico, particularmente as primeiras, as mais importantes das quais admitem um ponto de trijunção de fronteiras (Brasil, Argentina e Paraguai) [...]. No dia que premeditadamente ou sem ma fé, alguém tocar no assunto do aproveitamento de tais quedas d'água, a ação dos fatores geopolíticos será de extrema violência, podendo provocar até uma guerra²³.

Essa questão energética mencionada por Rodrigues será um dos principais temas abordados nesta dissertação nos próximos capítulos, tendo em vista que, na década de 1970, Brasil e Argentina tiveram diversos desentendimentos sobre a questão do aproveitamento energético da usina binacional de Itaipu que estava sendo construída no Rio Paraná.

Em relação à fronteira boliviana, Rodrigues também retoma o apontamento de Travassos sobre o “heartland” sul-americano, demonstrando o possível foco de conflito entre Brasil e Argentina e também a instabilidade política vivenciada pela Bolívia na época em que escreveu sua obra, em 1947. Reforçando o que foi apontado por Travassos, Rodrigues

²⁰ COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*, 1992, p. 202.

²¹ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p. 109.

²² Região fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru na área amazônica.

²³ RODRIGUES *apud* MELLO. Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p. 112.

ênfatiza “o valor estratégico da construção da ferrovia que faria ligação Santa Cruz-Santos, como solução alternativa do Brasil à tradicional dependência boliviana do sistema fluvial platino”.²⁴

E naquele contexto de Guerra Fria, Lísias Rodrigues propôs que o Brasil fosse uma liderança na América do Sul. Para ele, isto se “justifica plenamente, uma vez que o Brasil é na América do Sul, não só o país de maior área territorial, mas, o de maior população, o de maior capacidade potencial e o de maior projeção internacional política”²⁵.

Essa reivindicação de um papel hegemônico para o Brasil no âmbito geopolítico da América do Sul - fundada principalmente na dimensão territorial e na densidade populacional do país - era a decorrência lógica e necessária da filosofia da História de Lísias Rodrigues, aplicada à análise da conjuntura mundial do pós-guerra. Profundamente influenciado pela teoria de Ratzel acerca dos “grandes espaços”, acreditava ele que o mundo marchava rapidamente para a “idade Imperial”, em que cada continente seria dominado por um grande Estado-suserano em torno do qual gravitaria uma miríade de pequenos Estados-vassalos. Se o mundo da “Idade Imperial” seria o das grandes potências continentais, a extensão territorial, a densidade demográfica e o potencial econômico capacitavam o Brasil a reivindicar o papel de Estado-suserano da América do Sul²⁶

Os apontamentos de Lísias Rodrigues, com grande influência de Ratzel, sobre o advento da “Idade Imperial” e também sobre a liderança brasileira na América do Sul, foram retomados por Golbery Couto e Silva na década de 1950, em plena conjuntura da Guerra Fria.

Golbery Couto e Silva foi um dos autores que trataram sobre a geopolítica brasileira influenciado pelo contexto de Guerra Fria, no qual o autor defendia claramente a preferência pela aproximação com os Estados Unidos. Segundo Mello, Couto e Silva foi muito influenciado por Mário Travassos²⁷.

Essa influência é manifestada nas formulações relativas à predominância do Atlântico sobre o Pacífico, a importância do “heartland” boliviano como núcleo geopolítico da América do Sul, a consecução de “ações neutralizantes” na Bacia do Prata e a implementação da “marcha para Oeste” com base em uma arrojada política de comunicações, tudo isso com vistas à conquista de uma hegemonia brasileira no continente sul-americano e no Atlântico Sul²⁸.

Na análise de Mello, o trabalho de Couto e Silva teve como objetivo desenvolver abordagens sobre a conjuntura da geopolítica internacional da década de 1960. E acrescenta

²⁴ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p.113.

²⁵ RODRIGUES, Lysias apud MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p.118.

²⁶ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p. 119.

²⁷ Ibid, p. 129.

²⁸ Ibid.

que “nem o decréscimo da ‘guerra fria’ nem as tendências policêntricas perceptíveis tanto no bloco soviético como no norte-americano, nem o fortalecimento do neutralismo no bloco terceiro-mundista, constituíam processos determinantes capazes de alterar a ‘visão de mundo’ do general Golbery”²⁹. Isto porque, Couto e Silva defendia em plena década de 1960, , que “o antagonismo entre Ocidente Cristão e o Oriente comunista domina ainda a conjuntura mundial”³⁰.

Para o general Golbery, a história do pós-guerra se caracteriza pela existência de um antagonismo dominante que, sem gradações ou mediações, divide o mundo em dois sistemas mutuamente excludentes: o Ocidente cristão e democrático contra o Oriente materialista e comunista. O antagonismo Ocidente-Oriente, por sua vez, se condensa e assume a máxima intensidade no conflito que contrapõe as duas superpotências que lideram, respectivamente, ambos os sistemas ideológicos: os Estados Unidos e a União Soviética. Essas superpotências constituem o “núcleo de poder” dentro de seus respectivos blocos e o enfrentamento americano-soviético, por vias indiretas ou através de conflitos localizados, constitui o cerne das tensões internacionais que caracterizam a “guerra fria”³¹.

Ao tratar diretamente sobre o Brasil no cenário geopolítico mundial, na sua obra *Geopolítica do Brasil* de 1967, Couto e Silva apontou que por razões históricas, econômicas, geográficas e culturais, o Brasil é parte integrante do Ocidente e, dentro do contexto do antagonismo da Guerra Fria, deve-se posicionar ao lado dos Estados Unidos.

O Brasil é também uma nação que, pela sua origem cristã e os valores democráticos e liberais que substanciam a cultura ainda em germe nesta fronteira em expansão, integra o mundo do Ocidente, hoje, como nunca, ameaçado também pelo dinamismo imperialista ideológico da civilização materialista que tem seu fulcro esteado no coração maciço da Eurásia. E nossa Geopolítica terá de ser, por conseguinte, uma Geopolítica consciente e decididamente partícipe da Geoestratégia defensiva da Civilização Ocidental, a cujos destinos temos os nossos indissolivelmente ligados, quer o queiramos ou não³².

Para Couto e Silva, o Brasil era o país que tinha o maior potencial político e econômico para ser o maior aliado dos Estados Unidos na América do Sul. O autor apontou que o mesmo não poderia ser dito em relação à Argentina, tendo em vista a estabilidade “ameaçada” pelo nacionalismo peronista³³.

²⁹ .Ibid.

³⁰ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p.126.

³¹ Ibid, 126.

³² COUTO E SILVA, Golbery *apud* MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p.131.

³³ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p.132.

Também inspirado pelos apontamentos de Ratzel, Couto e Silva “acreditava que o mundo atingiria finalmente o limiar da ‘Idade Imperial’ cujo corolário seria a partilha do planeta por um reduzido número de grandes potências ocidentais”³⁴.

É dentro desse contexto que o general Golbery vislumbra para o Brasil a condição de “satélite privilegiado” ou de “gendarme regional” dos Estados Unidos no controle dos estados-vassallos do continente e no patrulhamento do Atlântico Sul, como parte da estratégia de defesa do ocidente e de contenção do “expansionismo soviético”. A condição de “sócio menor”, excludente dos interesses geopolíticos argentinos no continente e no Atlântico Sul, só iria se configurar, entretanto, no pós-64, quando o regime militar assumiria claramente o papel de procônsul dos Estados Unidos na América Latina³⁵.

Percebe-se que as obras dos três autores citados até aqui foram influenciadas pelo contexto no qual foram publicadas. Dentre elas destaca-se a de Mário Travassos, que inspirou as outras duas e teve peso significativo na história da política externa brasileira, principalmente na Bacia do Prata. Esta, aliás, foi palco de diversas divergências entre os Estados ribeirinhos desde o século XIX, quando conquistaram suas independências.

É importante mencionar que outros autores também se destacaram nos estudos da geopolítica, como Elyseo de Carvalho, Everardo Backheuser, Carlos Delgado de Carvalho e Francisco de Paula Cidade³⁶. Por mais que todos estes tenham tido significativa importância nos estudos futuros, não há dúvidas de que Mário Travassos é um dos mais citados quando o assunto é a Geopolítica brasileira.

Já Miyamoto chama atenção para os estudos dedicados ao papel do Brasil na América do Sul após o fim da ditadura militar em 1985. Para ele, “o processo de integração com a Argentina, firmado pelos presidentes José Sarney e Raul Alfonsín³⁷, pareceu sepultar de vez a idéia de que o pensamento geopolítico brasileiro fora sempre concebido e desenvolvido com o intuito de conseguir a supremacia regional”. Isto porque, como veremos adiante, desde o século XIX Brasil e Argentina tiveram diversos desentendimentos relacionados à busca pela hegemonia na América do Sul, sobretudo, na Bacia do Prata. Na década de 1970, quando vieram à tona os desentendimentos sobre a construção da usina binacional de Itaipu (tema abordado no 3º capítulo), a tendência era a de que os estudos da geopolítica brasileira

³⁴ Ibid, p. 133.

³⁵ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p.134.

³⁶ MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*, 1995, p. 143.

³⁷ Foi um acordo intitulado *Declaração do Iguaçu*, celebrado em novembro de 1985, na cidade de Foz do Iguaçu, entre os presidentes do Brasil e da Argentina. Na ocasião foi lançada a idéia da integração econômica e política do Cone Sul.

mantivessem a teoria de que o país estava em constante luta para conquistar a supremacia sul-americana.

Miyamoto acrescenta que, com considerável atraso, o mundo acadêmico no Brasil consagrou os estudos da geopolítica a partir da década de 1980. Para ele, as antigas análises de julgamento do que havia sido produzido no passado, passaram a ser compreendidas de forma consistente. Miyamoto entende que os acadêmicos vêm formulando propostas sobre a ocupação e a distribuição do território nacional apontando que “em suas análises e formulações sobre o que deve ser uma política nacional de ocupação do espaço brasileiro, os acadêmicos passaram a gestar um pensamento próprio que, provavelmente, ao longo do tempo, não se diferenciará muito do que já foi produzido”³⁸.

Neste sentido, entendendo de forma ampla o que vem sendo produzido ao longo da história, Miyamoto aponta que “a produção atual é apenas mais uma etapa da evolução do pensamento geopolítico brasileiro”³⁹.

1.2 As relações entre o Brasil e as demais nações da Bacia do Prata até o início da década de 1960

Para tratar sobre as relações do Brasil na dinâmica da Bacia do Prata, é importante contextualizar as relações com os países pertencentes a esta bacia desde a segunda metade do século XIX. A Bacia do Prata tem uma área de 3 milhões de km² e é a segunda maior da América Latina, ficando atrás da Bacia Amazônica, que corresponde a uma área de 7 milhões de km².

³⁸ MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*, 1995, p. 142.

³⁹ Ibid.

Mapa 1: Mapa Hidrográfico da Bacia do Prata



Fonte: <http://www.riosvivos.org.br/Noticia/Bacia+do+Prata/15571/> Acessado em julho de 2012

Os principais rios da Bacia do Prata são o Paraguai, o Uruguai e o Paraná, que nascem em solo brasileiro e convergem para o estuário platino na fronteira entre Uruguai e Argentina. O perímetro total do sistema platino abrange 19% da Bolívia, 100% do Paraguai, 80% do Uruguai, 37% da Argentina e 17% do Brasil. Segundo Mello:

Brasil e Argentina constituem, evidentemente, os dois grandes eixos de poder da geopolítica platina, em torno dos quais oscilam pendularmente os três países menores. Bolívia e Paraguai são países mediterrâneos dependentes da rede hidrográfica como única via natural de acesso ao oceano. O Uruguai, às bordas do Atlântico e da desembocadura platina, funciona como Estado-tampão entre o Brasil e a Argentina⁴⁰.

Durante o século XIX, o auge da tensão na Bacia do Prata foi a chamada Guerra da Tríplice Aliança. Foi um conflito bélico travado entre 1864 e 1870 que envolveu o Paraguai contra Brasil, Argentina e Uruguai, que compunham a Tríplice Aliança. O conflito teve início com a invasão da província brasileira de Mato Grosso pelo exército paraguaio. O Estado paraguaio declarou guerra contra o Brasil em dezembro de 1864 e três meses depois desafiou a Argentina, que alegava ser neutra no conflito brasileiro-paraguaio. O exército paraguaio chegou a invadir a província de Corrientes, localizada na região nordeste da Argentina. Pouco

⁴⁰ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p. 171.

tempo depois, o Uruguai se juntou a Brasil e Argentina e em maio de 1865 foi formada a Tríplice Aliança. O conflito teve seu desfecho em março de 1870 com o assassinato de Solano Lopez nas proximidades de Cerro Corá, em solo paraguaio. Porém, a guerra já havia praticamente terminado quando as tropas da Tríplice Aliança ocuparam a capital Assunção em 1869.

Após o conflito bélico, em 1870, o Brasil pouco ganhou com a vitória sobre o Paraguai. Na verdade, o Império brasileiro teve que gastar muito dinheiro, aumentando inclusive seus empréstimos no mercado externo. O “serviço da dívida externa do Brasil passou, desde então, a consumir mais de 60%, em escala crescente, do saldo que sua balança comercial começara a apresentar, a partir de 1861, com o incremento das exportações de café para os Estados Unidos”⁴¹.

A grande vantagem para o Brasil, ao sair vitorioso do conflito, foi assegurar a abertura do Rio Paraguai à navegação, necessária para o abastecimento e a defesa da província de Mato Grosso, e a anexação da área litigiosa entre o Rio Iguaré [sic] e a Serra de Maracaju, rica em ervatais, mas sem imediatos efeitos econômicos⁴². Já ao contrário do Brasil, a Argentina, com o término da Guerra da Tríplice Aliança, teve importantes conquistas econômicas e aumento do seu potencial político na Bacia do Prata. O Império brasileiro gastou enormes quantidades de dinheiro junto a Buenos Aires para manter seu exército na frente de conflito com o Paraguai. Além disso, grupos da burguesia mercantil-financeira de Buenos Aires, grandes produtores de açúcar do norte do país, os vinhateiros de San Juan e Mendoza e outras forças sociais do interior argentino, uniram-se em defesa do fortalecimento do Estado, sufocando ameaças de movimentos de separação em algumas regiões da Argentina⁴³. É possível perceber que, mesmo saindo vitorioso no conflito com o Paraguai, naquele contexto da segunda metade do século XIX, o Estado brasileiro ficou relativamente fragilizado. Já o Estado argentino saiu fortalecido, o que impulsionou o crescimento do potencial geopolítico da Argentina no cenário sul-americano.

Na segunda metade do século XIX houve uma considerável instabilidade política nas relações entre Brasil e Argentina. A disputa geopolítica destes fez da Bacia do Prata um terreno de estratégias elaboradas dos dois lados. A Argentina “estimulava a sublevação contra os governos que o Brasil sustentava. No Uruguai, o governo triunfou. O Brasil interveio,

⁴¹ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *As relações regionais no Cone Sul: iniciativas de integração*. In: CERVO, Amado; RAPOPORT, Mario. *História do Cone Sul*, 1998, p.293.

⁴² *Ibid*, p. 292

⁴³ OLIVEIRA, Márcio Gimene. *A fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade*, 2008.

veladamente, desarmando e internando os insurgentes”⁴⁴. No Paraguai, quando ocorreu uma guerra civil, em 1904, o Brasil enviou três navios para interferir na instabilidade política do país. Já a Argentina, que estava em posição privilegiada no aspecto militar naquele período, reforçou sua esquadra de forma mais intensa no Paraguai. Em relação à Bolívia, enquanto os argentinos intensificavam as relações norte-sul com os bolivianos, tentando ampliar seu eixo de influência, o Brasil vinha tendo problemas com o país mediterrâneo. A questão era o Acre, que pertencia à Bolívia nos primeiros anos do século XX. O governo brasileiro fez oposição à intenção do governo boliviano de entregar o Acre a um sindicato de capitais norte-americanos chamado *Bolivian Syndicate*. Neste período, Rio Branco assumiu o Ministério de Relações Exteriores do Brasil e reconheceu o Acre como região de litígio. Depois de várias negociações, os dois países chegaram a um acordo e o Acre passou a ser brasileiro⁴⁵.

Aos poucos, Brasil e Argentina amenizavam suas divergências ao ponto de renunciarem à compra de armamentos de guerra. Na década de 1910, os outros países da Bacia do Prata (Uruguai, Paraguai e Bolívia) tentaram, de algum modo, se adequar à estabilidade entre Brasil e Argentina. Neste sentido, Moniz Bandeira acrescenta que:

A construção da estrada de ferro entre o Porto de Santos e o de Corumbá, chegando quase às lindes do Paraguai e da Bolívia, diminuiu a importância estratégica do Rio da Prata e seus afluentes como via de transporte e comunicação, antes indispensáveis à defesa e à conservação dos territórios de Mato Grosso, Goiás e parte de São Paulo. E não mais havia litígios de fronteira entre o Brasil e a Argentina, cujos produtos de exportação não só não competiam, no mercado mundial, como possibilitavam que os dois países sempre mantivessem estreitas relações econômicas, com intenso e grande intercâmbio comercial. O Congresso da Argentina, porém, não aprovou o tratado do ABC. E o curso da I Guerra Mundial, deflagrada em 1914, concorreu para avivar as tensões na Bacia do Prata, na medida em que começou a alterar a correlação internacional de forças, em favor dos Estados Unidos⁴⁶.

Na década de 1930, os esforços de entendimento entre Brasil e Argentina se intensificaram depois da Guerra do Chaco⁴⁷. O intercâmbio comercial foi significativo ao ponto de estarem entre os quatro maiores importadores e exportadores de um e de outro. Em 21 de fevereiro de 1941, foi assinado o Tratado sobre Livre Intercâmbio com o objetivo de eliminar os obstáculos recíprocos entre Brasil e Argentina⁴⁸. Isto demonstra que, apesar das

⁴⁴ Ibid, p.308.

⁴⁵ MONIZ BANDEIRA, Luís Alberto. *O eixo Brasil-Argentina*, 1987.

⁴⁶ MONIZ BANDEIRA, Luís Alberto. *O eixo Argentina-Brasil*, 1987, p.310 e 311.

⁴⁷ Foi um conflito bélico entre o Paraguai e a Bolívia que estavam em disputa do Chaco Boreal. A disputa entre ambos teve origens históricas desde antes de se tornarem países independentes (Paraguai em 1811 e a Bolívia em 1825). A Bolívia saiu derrotada no conflito.

⁴⁸ MONIZ BANDEIRA, Luís Alberto. *As relações regionais no Cone Sul: iniciativas de integração*. In: CERVO, Amado; RAPOPORT, Mario. *História do Cone Sul*, 1998, p 312 e 313.

divergências políticas, ambas as nações tentavam se entender pelo menos no aspecto comercial, devido às suas necessidades internas.

A estabilidade da Bacia do Prata passava necessariamente pelos entendimentos entre Brasil e Argentina, apesar de terem ocorrido conflitos entre outros países da região, como a Guerra do Chaco envolvendo Paraguai e Bolívia. Se a Argentina já estava mais avançada nas suas relações com os outros três países do Prata, principalmente os dois mediterrâneos Paraguai e Bolívia, o Brasil durante o governo Vargas direcionou esforços para conquistar mais espaço dentre os outros ribeirinhos. E neste sentido, destaca-se aqui a aproximação brasileira com o Paraguai durante a década de 1940. Mas é importante acrescentar que ainda na década de 1930 a rivalidade militar entre Brasil e Argentina apresentou melhora até 1936-1937. Em 1933, foi assinado “pelos ministros das Relações Exteriores da Argentina e do Brasil e pelos chefes das representações diplomáticas do Chile, México, Paraguai e Uruguai, o Tratado Antibélico de Não Agressão e Conciliação, que ficou ‘aberto à adesão de todos os Estados’, conforme dispunha seu artigo 16”⁴⁹.

Já durante a década de 1950, Brasil e Argentina, principais potências do Prata, intensificaram os esforços de aproximação. Enquanto Perón esteve no poder (1946-1955), este tentou formar juntamente com Brasil e Chile um grupo ABC, que poderia resultar no futuro num bloco econômico forte, com a possível adesão de outras nações sul-americanas. Mas, segundo Moniz Bandeira, seria suplantado o projeto de Perón cinco anos após a sua queda com a criação da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio)⁵⁰. Um bloco que resultou na união das vontades de Brasil e Argentina como consequência da Operação Pan-Americana, que havia sido lançada pelo presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960) e que visava atrair os Estados Unidos a voltarem sua atenção para os problemas econômicos vivenciados pela América Latina.

Em 1961, quando Jânio Quadros assumiu a presidência do Brasil, este se encontrou com o então presidente argentino, Arturo Frondizi. O encontro ocorreu na cidade gaúcha de Uruguaiana e contou com a presença dos chanceleres Afonso Arinos (Brasil) e Diógenes Taboada (Argentina). Na ocasião, ambos os presidentes trataram, “entre outros assuntos, sobre relações econômicas, cooperação cultural, política, militar, intercâmbio de informações científicas (sobretudo na área nuclear), bem como a respeito da questão cubana e de eventual restabelecimento das relações do Brasil com a União Soviética”⁵¹. Sem dúvidas, este encontro

⁴⁹ CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*, 2002, p. 236.

⁵⁰ MONIZ BANDEIRA, Luís Alberto. *As relações regionais no Cone Sul: iniciativas de integração*, 1998, p. 316.

⁵¹ CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*, 2002, p. 322.

de Uruguaiana foi um grande passo para intensificar o processo de aproximação entre Brasil e Argentina.

E foi naquele mesmo ano de 1961 que foram lançadas as diretrizes da Política Externa Independente, que seria também seguida durante o governo de João Goulart (1961-1964). Segundo Cervo & Bueno, a política externa lançada por Jânio Quadros

Partia de uma visão universal, embora sem descurar do regional; possuía um caráter pragmatista, pois buscava os interesses do país sem preconceitos ideológicos; e, para melhor consecução desses objetivos, adotava postura independente em face de outras nações que tinham relacionamento preferencial com o Brasil. A PEI, calcada no nacionalismo, não só ampliou a política de JK em termos de geografia, como também enfatizou as relações Norte-Sul⁵².

Fazendo uma breve análise até aqui sobre a política externa brasileira desde o século XIX nas suas relações com as nações platinas, é possível compreender que historicamente a estabilidade da Bacia do Prata necessariamente passa pelos entendimentos entre Brasil e Argentina. No decorrer na década de 1960 os dois países mantiveram os esforços de aproximação. Mas, em alguns momentos, surgiam desentendimentos. E um destes desentendimentos tinha relação com o Paraguai, que desde a década de 1940 estava se aproximando do Brasil. Como veremos no decorrer deste trabalho, as relações geopolíticas envolvendo Brasil, Paraguai e Argentina tiveram momentos de estabilidade na segunda metade da década de 1960 e de instabilidade no decorrer da década de 1970. E para compreender a dinâmica entre estes países, estudaremos de forma breve o processo histórico das relações entre Brasil e Paraguai desde a década de 1940.

1.3 A reaproximação entre Brasil e Paraguai desde a década de 1940

As relações entre Brasil e Paraguai, desde o término da Guerra da Tríplice Aliança em 1870, tiveram um considerável afastamento durante décadas. Nos anos de 1930, quando Getúlio Vargas estava no poder, a política externa brasileira aos poucos começou a direcionar esforços de aproximação junto aos seus vizinhos. Vale mencionar novamente que nesta década Mário Travassos publicou a obra que futuramente se chamaria *Projeção Continental do Brasil* e que aborda o papel da política externa brasileira na América do Sul. Percebe-se que a obra de Travassos tem significativa influência na condução da diplomacia do Brasil voltada para seus vizinhos neste período e também nas décadas seguintes.

⁵² Ibid, p.310.

No início da década de 1940, mais precisamente em 1941, Getúlio Vargas fez uma visita a Assunção, capital do Paraguai. Segundo Menezes, Vargas foi o primeiro chefe de Estado brasileiro a visitar o Paraguai⁵³. É importante ressaltar que este período foi o da Segunda Grande Guerra Mundial e o mundo estava passando por uma intensa instabilidade geopolítica. Segundo Corsi, “como a luta por mercados e fontes de matéria-prima parecia ser o foco dos conflitos, o governo Vargas procurou centrar, em grande parte, a política externa nas questões econômicas”⁵⁴. Neste sentido, o Brasil tentou ampliar seu potencial de mercado no cenário internacional, sobretudo na América Latina. E em se tratando de Bacia do Prata, o país não mediu esforços.

O Paraguai foi um dos países dos quais o Brasil buscou aproximar-se de forma cada vez mais efetiva durante a década de 1940. Segundo Moraes, desde 1904, a nação guarani vivia sob forte influência da Argentina, a começar pela dependência do porto de Buenos Aires. A mesma autora aponta que o Brasil tentava ser o aliado preferencial dos Estados Unidos, que viviam em atritos diplomáticos com a Argentina⁵⁵. Vale acrescentar que antes dos *colorados* assumirem o poder em 1947, os *liberais e febreristas* tendiam fazer da política externa paraguaia mais próxima do Estado argentino⁵⁶.

Segundo Moraes, “esse primeiro momento foi marcado pelas conversações sobre a possibilidade de assinatura de um acordo para a construção de uma ferrovia ligando os dois países”⁵⁷. No início da década de 1940, o então ministro da Guerra e da Marinha do Paraguai, General Higino Morínigo, assumiu o poder no país depois da morte do presidente Estigarribia. Uma “de suas principais características políticas era a defesa do nacionalismo, que se caracterizava pela tendência autoritária e defesa da necessidade de formação da nacionalidade paraguaia, por ele denominada *paraguaydad*”⁵⁸.

Durante o governo de Morínigo houve uma considerável aproximação com o Brasil, o ponto de ser instalada em solo paraguaio uma missão militar brasileira, denominada “Missão Militar de Ensino”. A função desta era oferecer bolsas de estudo para oficiais paraguaios nas escolas militares do Brasil, além de oferecer cursos de educação física, equitação e cavalaria ministrados por brasileiros⁵⁹.

⁵³ MENEZES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner*, 1987, p. 43.

⁵⁴ CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política e projeto nacional*, 2000, p.53.

⁵⁵ MORAES, Ceres. *As políticas externas do Brasil e da Argentina: o Paraguai em jogo (1939-1954)*, 2003, p. 42.

⁵⁶ Esclareço que a história política do Paraguai, neste período, será abordada com mais detalhes no próximo subitem, neste mesmo capítulo

⁵⁷ Ibid.

⁵⁸ Ibid, p. 48.

⁵⁹ Ibid, p. 49.

Em abril de 1943, Getúlio Vargas assinou um documento que foi entregue ao governo paraguaio declarando inexistente a dívida da nação guarani para com o Brasil a respeito da Guerra da Tríplice Aliança. Sem dúvidas foi um ato de grande valor simbólico, que resultou no convite feito por Vargas ao presidente Morínigo para visitar o Rio de Janeiro. Em 1944, o governo brasileiro enviou a Assunção uma delegação de técnicos do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) para colaborar na implantação da reforma do Serviço Público paraguaio. Neste mesmo ano, foram iniciados os trabalhos para conectar os dois países através do prolongamento da rodovia Ponta Grossa – Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, financiada pelo Brasil.⁶⁰

E enquanto as relações entre Brasil e Paraguai cada vez mais se tornavam próximas, o governo de Higinio Morinigo, que era apoiado pelos *colorados* desde 1940, entrou em uma guerra civil contra os partidos de oposição, Liberal e Febrerista, no ano de 1947. A oposição sofreu uma intensa derrota e muitos de seus filiados deixaram o país, fugindo para a Argentina. O “lado vitorioso, com paixão e vingança, iniciou um ‘terror Colorado’ que oprimia qualquer um que pertencesse à oposição. Provavelmente, um terço da população, entre duzentas e quatrocentas mil pessoas, abandonou o país”⁶¹.

E foi justamente no período em que o partido Colorado esteve no poder que a aproximação político-econômica entre Brasil e Paraguai ganhou impulso de forma considerável. Enquanto Morínigo esteve na presidência (1940-1948), com apoio dos *colorados*, a política externa paraguaia passou a ser pendular entre Brasil e Argentina. E segundo Amaral e Silva, esta política tinha dois objetivos condizentes aos interesses paraguaios na área internacional: “expandir o papel do Paraguai no mundo, e particularmente no hemisfério; e melhorar o bem-estar da sociedade por meio da assinatura de tratados com outros países do continente que, ao conceder vantagens ao país, reduzisse as desvantagens da mediterraneidade”⁶². Seis anos depois da saída de Morínigo, depois dos seus sucessores terem mantido esta política pendular, o personagem que entrou em cena e intensificou a estratégia paraguaia de angariar benefícios entre Brasil e Argentina foi Alfredo Stroessner. Este participou de diversos movimentos no Paraguai, que resultaram em golpes de Estado contra presidentes *colorados* como Federico Chaves, um dos principais líderes do partido. Por ter tido uma considerável carreira militar de sucesso, conquistando diversas patentes, Stroessner havia conseguido prestígio político no Exército paraguaio no decorrer da década de 1930,

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ MENEZES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner*, 1987, p. 45.

⁶² AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre. *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973*. 2006, p.58.

quando os *febreristas* ainda estavam no poder. Como consequência de sua trajetória militar e política no partido Colorado, ele uniu forças dentro do partido Colorado para derrubar o governo de Chaves e planejou o golpe para que fosse feito entre os primeiros dez dias do mês de maio de 1954, quando era esperada uma visita de um representante do governo argentino de Perón. Após o golpe de Estado, houve uma convenção do partido Colorado no mês seguinte e Stroessner foi indicado para concorrer à presidência. Sem concorrente, no dia 11 de julho de 1954, Stroessner foi eleito o novo chefe de Estado do Paraguai. Sua posse ocorreu em agosto do mesmo ano⁶³.

O golpe de maio de 1954 provocou indignação por parte do grupo político de Federico Chaves e também do partido Comunista. No entanto, um número significativo de membros do Partido Colorado e até mesmo de membros do Partido Febrerista e do Partido Liberal acreditavam que o golpe liderado pelos militares possibilitaria uma estabilidade política no país. Moraes aponta que no caso dos principais partidos de oposição, estes acreditavam que finalmente os Colorados deixariam o poder e a legalidade seria imposta para consolidar as leis descritas na constituição paraguaia.

Como era de costume no Paraguai, o golpe de 04 de maio foi recebido com expectativas e esperança pelas facções do Partido Colorado, que estavam fora do poder -"guiones rojos" e "epifanistas"- e também pela oposição. Com exceção do "setor democrático" do Partido Colorado (facção do ex-presidente Chaves) e do Partido Comunista, todos os demais, inclusive o Partido Liberal e o Partido Febrerista, comemoraram a queda de Chaves. Viam na nova situação, não apenas a possibilidade de voltar à legalidade, mas também a possibilidade de voltar ao poder. "A interpretação era que retomado o poder pelos militares, estes afastariam os colorados da administração pública e ali, então, estava a oposição esperando 'ser chamada' para ocupar esse lugar". Nesse sentido, o dirigente febrerista, Arnaldo Valdovinos, chegou a fazer contato com Stroessner. No Partido Liberal, Fernando Levi Rufinelli defendeu a idéia de que o partido deveria aproximar-se de Stroessner, porém essa sugestão não foi aceita sob a argumentação de que "se ele (Stroessner) nos necessita, que venha pedir-nos ajuda"⁶⁴

A utilização do partido Colorado por parte de Stroessner foi fundamental para o seu governo. O partido não apenas neutralizou ações de grupos contrários ao governo como desenvolveu uma intensa repressão. E não foi apenas o partido Colorado um dos instrumentos de fortalecimento de Stroessner. A Igreja Católica também foi muito bem utilizada. Moraes aponta que, apesar de diversos padres e outros membros da Igreja terem defendido os "mais fracos", criticando as ações arbitrárias do governo, diversos membros do clero tiveram fundamental importância nas ações políticas e sociais de Stroessner.

⁶³ MENEZES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner*, 1987.

⁶⁴ MORAES, Ceres. *A consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1963)*, 1996, p. 57-58.

Apesar de, ao longo de sua história, ter tido alguns padres e mesmo setores que se pronunciaram e se colocaram na defesa dos "mais fracos", denunciando a exploração praticada e o desrespeito aos direitos humanos, a Igreja, enquanto instituição hierárquica, historicamente sempre esteve ligada aos detentores do poder político e econômico. No Paraguai não foi diferente. Nesse País, porém, as relações da Igreja com o poder, no período aqui enfocado, não eram apenas indiretas e informais, mas sim formais e institucionais, pois a Constituição de 1940 estabelecia, em seu art. 46, que o Presidente da República devia professar a religião Católica Apostólica Romana. Além disso, o Estado, para ter o respaldo do clero, tradicionalmente havia assumido a responsabilidade pela manutenção das igrejas. Em troca, o presidente tinha o direito de participar da nomeação de sacerdotes e bispos.⁶⁵

Além do papel da Igreja perante a população guarani para consolidar os seus interesses, Stroessner tentava demonstrar para seu povo que sua ditadura era “democrática”. O presidente paraguaio promoveu várias eleições, com participação exclusiva dos *colorados*, para demonstrar a “legalidade” de seu governo⁶⁶.

Na condução da política externa paraguaia, vale mencionar mais uma vez que Stroessner deu continuidade à estratégia de aproximação com os Estados Unidos, e também à política pendular entre Brasil e Argentina que havia sido adotada por Morinigo na década de 1940. Vale mencionar que desde o governo de Estigarribia (1939-1940) o Estado paraguaio vinha se aproximando dos Estados Unidos. Morinigo deu sequência ao processo de aproximação, tendo em vista que o Estado norte-americano não desejava que o Paraguai se tornasse um país passível de aproximar-se das nações nazifascistas, Alemanha e Itália, naquele contexto de Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em 1943 havia sido instalada em Assunção uma Missão Militar Norte-Americana para auxiliar as forças armadas da nação guarani. Já durante o governo Stroessner, o Estado norte-americano apoiou de forma militar e econômica o Paraguai, não apenas para efetuar sua ação estratégica na América do Sul para consolidar os seus interesses geopolíticos, mas também para evitar a expansão do comunismo em território paraguaio. Segundo Moraes, essa preocupação “deveu-se principalmente à efetiva participação do Partido Comunista, ao lado de liberais e febreristas, na Revolução de 1947, na qual a maior parte dos oficiais de exército posicionaram-se ao lado dos revolucionários”⁶⁷.

No cenário da Bacia do Prata, o Paraguai buscou tirar proveito junto aos dois grandes vizinhos e mais poderosos da América do Sul para angariar benefícios internos e externos. As relações com o Brasil foram significativas nos primeiros anos de Stroessner e prolongaram-se

⁶⁵ Ibid, p. 83.

⁶⁶ Ibid.

⁶⁷ MORAES, Ceres. *A consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1963)*, 1996, p.101.

pelas décadas seguintes de forma consistente, conquistando grandes avanços, como veremos adiante.

A aproximação com o Brasil foi resultado de diversos fatores. Um deles foi o fato de as autoridades políticas na Argentina, após a queda de Perón em 1955, demonstrarem insatisfação com o governo de Stroessner. Diversos exilados dos partidos de oposição em solo argentino tramavam realizar um golpe de Estado para derrubar o então ditador paraguaio. Outro motivo foi o histórico de Stroessner antes de ascender à presidência: ele havia participado das missões de treinamento do exército paraguaio no Rio de Janeiro⁶⁸.

Diante da aproximação brasileiro-paraguaia, as negociações para construção de uma ponte sobre o Rio Paraná, para facilitar o acesso dos produtos importados e exportados pelo Paraguai através do território brasileiro, ganhavam impulso. Foram aprovados projetos para que o Brasil custeasse a construção de trechos necessários para conectar as estradas paraguaias ao porto de Paranaguá. Neste sentido, Juscelino Kubitschek se encontrou com Stroessner, em 1956, para “realizar o ato simbólico de colocar a pedra fundamental no local onde seria construída a ponte e para firmar acordo sobre a construção de uma rodovia que unisse Concepción e Pedro Juan Caballero (vizinha à cidade fronteiriça de Ponta Porã), cidades localizadas no centro-norte do Paraguai”.⁶⁹

Em 1959, o Brasil enviou à capital paraguaia o ministro de Relações Exteriores, Horácio Lafer, apenas três dias depois de Stroessner ter sofrido uma tentativa frustrada de golpe de Estado. Ou seja, uma demonstração de apoio ao governo do ditador paraguaio. No mesmo ano, o Paraguai concedeu porto franco ao Brasil em Encarnación. Além disso, foi entregue o relatório final realizado pela Comissão Mista responsável por viabilizar a estrada entre Concepción e Pedro Juan Caballero⁷⁰.

No ano seguinte, o mesmo chanceler brasileiro retornou a Assunção para se encontrar com as autoridades paraguaias, tendo em vista a proximidade das eleições presidenciais naquele país. Ficou claro o apoio do governo brasileiro ao presidente Stroessner, que foi “reeleito” várias vezes durante o período em que esteve no poder. Também foram assinados três projetos, sendo um a construção da citada rodovia entre Ponta Porã e Concepción, o desenvolvimento dos trabalhos na Ponte da Amizade sobre o Rio Paraná e um Tratado para Revisão de Textos na área da educação. Neste último caso, seria uma maneira de amenizar o histórico conflito bélico entre os dois países na segunda metade do século XIX, que havia

⁶⁸ Ibid.

⁶⁹ AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre. *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973*. 2006, p. 60.

⁷⁰ Ibid.

resultado em uma derrota massacrante para o Paraguai deixando marcas negativas na sua história política, econômica e social.

No início da década de 1960, ambas as nações chegaram num momento oportuno de grandes e significativos avanços diplomáticos. Neste contexto, a Argentina ainda tinha considerável peso geopolítico sobre o Paraguai, mas o Brasil já estava cada vez mais próximo da nação guarani. De fato, de forma literal, eram novos tempos nas relações brasileiro-paraguaias.

1.4 O início do impasse sobre a região de Sete Quedas entre os governos de João Goulart e Alfredo Stroessner

As relações entre o Brasil e o Paraguai de fato melhoraram com os esforços de aproximação desde a década de 1940. A “mancha” das conseqüências da Guerra da Tríplice Aliança nas relações diplomáticas entre os dois países ficava cada vez mais num passado distante e novos horizontes estavam surgindo para aprofundar os laços Brasil-Paraguai.

Porém, existia um sério obstáculo na dinâmica entre estes dois países: a demarcação fronteiriça definitiva. Segundo Amaral e Silva, “documentos históricos mostram que Brasil e Paraguai mantinham negociações regulares para dirimir o problema fronteiriço”⁷¹. Mas afinal, que problema fronteiriço era este? A divisão limítrofe entre os dois países já não havia sido definida até aquela década de 1960?

Para tratar sobre este problema fronteiriço é necessário descrever o processo histórico que culminou com a necessidade de resolver este impasse diplomático. E iniciamos com o desfecho da Guerra da Tríplice Aliança. Depois de ter sido massacrado no conflito, enfrentando Brasil, Argentina e Uruguai, o Paraguai ficou em uma situação política, econômica e social totalmente frágil. Brasil e Argentina, vitoriosos no conflito, estavam com uma enorme vantagem sobre o Paraguai e davam as cartas na negociação para delimitar definitivamente suas fronteiras com o país guarani. Porém, divergências entre brasileiros e argentinos contribuíram para que o Paraguai não sofresse uma perda maior do que se imaginava. Isto porque, a Argentina deseja anexar a região do Chaco, mas poderia ter problemas com a Bolívia, que fazia fronteira com o território em questão. Para o Brasil, não era interessante que um país com forte potencial geopolítico e com quem tinha históricas divergências desde o período colonial, herdado dos atritos entre Portugal e Espanha, ampliasse seu domínio sobre o Paraguai e conseqüentemente a fronteira com o Estado

⁷¹Ibid , p. 72.

brasileiro. Afinal, a Argentina desejava ser proprietária de toda a margem esquerda do Rio Paraná até o Iguaçu, e de toda a margem direita do Paraguai até a Baía Negra⁷².

Tentando evitar que a ambição argentina se tornasse realidade, o Brasil exigiu que a Bolívia não fosse prejudicada e que fossem reservados seus direitos. A definição dos limites entre o Paraguai e a Argentina somente seria oficializada com a assinatura do Tratado de Paz e Limites em fevereiro de 1876 que delegou a definição final da fronteira à arbitragem do presidente dos EUA. O laudo do presidente Hayes saiu em 1878, estabelecendo o rio Pilcomayo como a fronteira entre os dois países na região do Chaco.

Já para o Brasil, ainda nos primeiros anos da década de 1870, não restou alternativa a não ser negociar diretamente com o Paraguai, tendo em vista as divergências brasileiro-argentinas sobre o território paraguaio naquele contexto. A questão da demarcação fronteira entre os dois países ficou definida com a assinatura do Tratado de Paz e Limites em 9 de janeiro de 1872. E o primeiro artigo do referido documento ficou da seguinte maneira:

O território do Império do Brasil é separado do da República do Paraguay pelo álveo do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguaçu até o Salto Grande das Sete Quedas do mesmo rio Paraná;
Do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da Serra de Maracajú até onde ela finda;
Daí segue em linha reta, ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados a encontrar a Serra Amambahy;
Prossegue pelo mais alto desta serra até a nascente principal do rio Apa, e baixa pelo álveo deste até a sua foz na margem oriental do rio Paraguay;
Todas as vertentes que correm para o Norte e Leste pertencem ao Brasil e as que correm para o Sul e Oeste pertencem ao Paraguay.
A Ilha do Fechos dos Morros é domínio do Brasil⁷³.

Sobre a questão fronteira entre Brasil e Paraguai que ficou definida no Tratado de Paz e Limites, Silva Paranhos assinala que:

Esses limites, com a única e pequena alteração da linha do Igureí, são os mesmos que o Brasil, dando prova de seu espírito mais conciliador, ofereceu ao governo paraguaio desde 1852 como solução amigável e honrosa da sua questão territorial. Os títulos desse domínio, que era de posse efetiva antes da guerra, em toda a extensão do território contestado, com exceção do Fecho-dos-Morros, já são conhecidos dos ilustres aliados do Brasil e do mundo civilizado. Os referidos títulos foram exibidos e aquilatados em face dos que apresentara por sua parte o presidente D. Carlos Antônio Lopez, em discussão que consta de protocolos impressos desde 1857 e que formam um volume da coleção de relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império. São os protocolos que impuseram silêncio por anos à obstinação daquele governo e o induziram a assinar os acordos amigáveis de julho de 1856 e fevereiro de 1858⁷⁴.

⁷² OLIVEIRA, Márcio Gimene. *A fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão no período colonial até a atualidade*. 2008, p.55

⁷³ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p.70.

⁷⁴ PARANHOS apud SOARES, Teixeira. *História da formação das fronteiras das fronteiras no Brasil*, 1975, p.278-279.

Com isso, é possível perceber que o Brasil não teve nenhum avanço relevante sobre o território paraguaio, apesar de ter condições geopolíticas de fazê-lo naquele contexto. Segundo Oliveira, “historicamente, a posição luso-brasileira sempre foi a de se contrapor à pretensão recorrente em Buenos Aires de criação de um Estado forte e unitário ao sul das fronteiras brasileiras”⁷⁵.

Mapa 2: Mapa da fronteira Brasil-Paraguai e do trecho do Médio Paraná de maior potencial de geração de energia



Fonte: <http://noemiassilvaoliveira.blogspot.com.br/> Acessado em julho de 2012

Mas como era o contexto paraguaio neste período? No início da década de 1870, o Paraguai sentia os efeitos da derrota na Guerra da Tríplice Aliança. O país sofria um efeito negativo nos aspectos político, econômico e social que perduraria por décadas em solo guarani. Em 1871, em meio à tumultuada instabilidade política, foi promulgada uma nova constituição segundo os moldes do “liberalismo clássico”. Neste contexto, estavam em cena dois grupos políticos: os *azules* (seguidores do liberalismo de Mitre) e os *colorados* (que eram próximos do império brasileiro). Como o Paraguai acabara de ser derrotado no maior conflito bélico da América Latina, este ficou sob a esfera de influência de seus maiores vencedores,

⁷⁵ OLIVEIRA, Márcio Gimene. *A fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão no período colonial até a atualidade*. 2008, p 58.

Brasil e Argentina⁷⁶. Vale ressaltar que os dois grandes sul-americanos estavam constantemente disputando o predomínio geopolítico da Bacia do Prata e o Paraguai era um dos grandes objetos desta disputa. De certa forma, os interesses opostos de Brasil e Argentina permitiram que o Paraguai mantivesse a sua soberania como nação, mas isto não impediu que seus assuntos internos estivessem à mercê dos dois grandes.

Nos anos de 1871 e 1872, o Estado paraguaio malbarateou seus bens públicos e contraiu junto à Inglaterra empréstimos financeiros. Conseguiu dos ingleses “dois empréstimos: do primeiro, no valor de um milhão de libras, o Paraguai recebeu apenas 430 mil libras, aplicadas em ‘bois, material para a lavoura e para o ensino’; o produto do segundo (dois milhões de libras) simplesmente desapareceu durante as perturbações revolucionárias”. Diaz de Arce acrescenta que neste período “o país se abriu ao capital estrangeiro, sobretudo inglês, primeiro pela via dos empréstimos e depois outorgando-lhe concessões territoriais e ferroviárias”⁷⁷.

Foi neste contexto que, em 1872, houve a assinatura do Tratado de Paz e Limites entre Brasil e Paraguai. A nação guarani estava em uma situação totalmente desfavorável perante o império brasileiro, pois além de sair derrotada na Guerra da Tríplice Aliança foi condenada a pagar uma imensa dívida ao Brasil⁷⁸. Com isso, é nítido que os paraguaios não haviam tido condições de reivindicar nada politicamente se assim o desejassem, principalmente em se tratando de avanço territorial. Ou seja, o Brasil foi quem deu as cartas neste Tratado.

Pouco tempo depois foi iniciada a demarcação de fronteira entre os dois países na área situada entre a Foz do Rio Iguaçu e a confluência dos rios Apa e Paraguai. No entanto, “o tratado não precisou um trecho da fronteira entre a foz do rio Apa e o desaguadouro da baía Negra no rio Paraguai. Afinal, esta área foi reclamada por Argentina, Bolívia e Paraguai”⁷⁹. Por um longo tempo a Bolívia manteve a sua reivindicação. A Argentina renunciou às suas intenções com o tratado firmado com o Paraguai em 1876⁸⁰ e que já foi citado nos parágrafos anteriores.

Segundo Soares, “por diversas vezes (1911, 1922 e 1924) o governo brasileiro tentou definir essa pendência com o Paraguai, conseguindo finalmente pelo Tratado Complementar de Limites, de 27 de maio de 1927”⁸¹. O embaixador paraguaio no Brasil, Rogélio Ibarra, e o ministro de Relações Exteriores brasileiro, Otávio Mangabeira, assinaram um Tratado

⁷⁶ QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Notas sobre a história do Paraguai de 1870 a 1954*, 1996.

⁷⁷ DÍAZ DE ARCE, Omar. *El Paraguay contemporáneo (1925-1975)*, 1991, p. 332.

⁷⁸ CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*, 1992.

⁷⁹ SOARES, Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil*, 1975, p. 171.

⁸⁰ *Ibid*,

⁸¹ *Ibid*, p. 172.

complementar de Limites em que “os dois lados ‘tentavam limitar parte da fronteira entre os dois países entre o estuário do Apa e a Bahia Negra’ uma vez que a fronteira entre o Brasil e o Paraguai já tinha sido definida pelo Tratado de 1872”⁸². O primeiro artigo do Tratado de 1927 estabelecia que:

Da confluência do rio Apa, no rio Paraguay, até a entrada ou desaguadouro da Bahia Negra, a fronteira dos Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguay é formada pelo álveo do Rio Paraguay pertencendo a margem esquerda ao Brasil e a margem direita ao Paraguay.

Com isso, tudo levava a crer que os problemas fronteiriços entre Brasil e Paraguai estavam sendo resolvidos com a assinatura do Tratado Complementar de Limites na segunda metade da década de 1920. No processo de operacionalização desse tratado, os dois países decidiram também realizar uma espécie de revisão geral de sua fronteira nas “terras altas”. Isso foi estabelecido pelo “Protocolo de Instruções para a demarcação da fronteira Brasil-Paraguai”, assinado em 9 de maio de 1930 e que instituiu a “Comissão Mista de Limites e de Caracterização de Fronteira Brasil-Paraguai”, incumbida de proceder à “restauração dos antigos marcos e intercalação de novos entre os já existentes, nas terras altas da fronteira” (cf. Ofício AAA\DAM\SDF\DAJ\24 de 19 de setembro de 1962. Do Itamaraty para a embaixada paraguaia no Brasil). Porém, como veremos adiante, apesar dos esforços, nem tudo ficou resolvido porque, segundo alegaram depois os paraguaios, a região de Sete Quedas não havia ficado completamente demarcada os paraguaios alegaram que a região de Sete Quedas não ficou demarcada.

Na década de 1950, mais precisamente durante o mandato de Juscelino Kubitschek (1956-1960), o governo brasileiro buscou esforços para impulsionar o desenvolvimento econômico do país. Mas para ter desenvolvimento econômico era necessário suprir a demanda de energia necessária para estimular cada vez mais a industrialização nacional. A região Centro-Sul passava por um momento de extrema necessidade energética. A capital mineira, Belo Horizonte, por exemplo, em diversos momentos passou por um racionamento de energia no ano de 1959⁸³.

Para superar tais obstáculos, o governo federal desenvolveu projetos para suprir as necessidades energéticas, principalmente para a região sudeste. Foi o caso do projeto para interligar sistemas até então isolados aproveitando o potencial de Furnas e Três Marias,

⁸² MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*. 1987, p. 71.

⁸³ LEITE, Antonio Dias. *A energia do Brasil, 1988*, p. 125.

ambos localizados em Minas Gerais. Também existia um projeto para suprir a necessidade exclusiva de São Paulo em Urubupungá⁸⁴.

É importante contextualizar que o governo de Juscelino Kubitschek já tinha como projeto um perfil de busca pelo desenvolvimento desde a sua campanha presidencial em 1955, na qual concorreu pelo PSD (Partido Social Democrático), com o slogan “*Cinquenta anos em cinco*”⁸⁵.

Neste contexto da presidência de Juscelino, percebem-se os elementos que favoreceram diversos estudos em busca da superação da demanda energética no Brasil. Foi neste cenário que a CIBPU (Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí), criada em 1951, foi autorizada a realizar estudos preliminares sobre o potencial hídrico dos Saltos das Sete Quedas, localizados no curso do Rio Paraná, no Oeste do estado do Paraná, apresentando seu primeiro relatório em 1957. Começaram então os projetos para construção de uma usina piloto naquela região, porque os estudos apontaram que ali se concentrava uma imensa capacidade de geração de energia. Juscelino Kubitschek mostrou-se entusiasmado com os resultados iniciais, mas não teve tempo de ver ainda em seu mandato o potencial de Sete Quedas ser aproveitado⁸⁶.

Jânio Quadros, que assumiu a presidência da república em janeiro de 1961, depois da sua famosa campanha “*varre, varre vassourinha*”, alegando que iria “varrer” a corrupção política no Brasil, se mostrou entusiasmado com o projeto Sete Quedas. Segundo Menezes, Jânio acreditava que poderiam ser construídas duas usinas, sendo “uma em Prainha, que poderia gerar de 1 até 4,5 milhões de KWA, e outra em Arroio Guazu, a trinta quilômetros de Sete Quedas com potencial para gerar 15 KWA, com energia suficiente para vender para o Paraguai e a Argentina caso eles assim o desejassem”⁸⁷. O então presidente pediu ao seu ministro de Minas e Energia, João Agripino, para que desenvolvesse mais estudos para saber do real potencial energético da referida região. Apesar de Jânio ter renunciado em agosto de 1961, sete meses após ter tomado posse, seu sucessor, que assumiu a presidência depois de muita turbulência, teve a oportunidade de ver o resultado dos estudos realizados sob a liderança de Marcondes Ferraz. Este último teria recebido o projeto do então novo ministro de

⁸⁴ Ibid, p. 127.

⁸⁵ Foi um programa de governo do então presidente Juscelino Kubitschek que tinha como objetivo modernizar o Brasil desenvolvendo as indústrias de base, estradas e hidrelétricas.

⁸⁶ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987.

⁸⁷ Ibid, p.72 e 73.

Minas e Energia, Oliveira Brito (que esteve no posto entre junho de 1963 e abril de 1964)⁸⁸. O resultado agradou e chamou a atenção de João Goulart⁸⁹.

Segundo Menezes, Goulart levou a sério o projeto de construção da usina de Sete Quedas e resolveu partir para o mercado internacional para conseguir capital e tirar o projeto do papel. E acrescenta que os soviéticos foram os primeiros a se manifestar na ajuda de capital para construção da usina. Porém, norte-americanos, japoneses e até o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também mostraram interesse em financiar o projeto. O interesse internacional, além de outros fatores, foi resultado do que os estudos sobre o potencial de Sete Quedas apontaram: ali poderia ser construída a maior usina hidrelétrica do mundo. Maior até do que a *Grand Coulle* que estava sendo construída nos Estados Unidos⁹⁰.

E se, por um lado, o Brasil estava avançando em seus estudos sobre Sete Quedas para suprir a demanda energética no país, por outro, o Paraguai deu o seu ponto de vista. Isto porque, como mencionado anteriormente, apesar da assinatura dos tratados de 1872 e 1927, havia ficado uma pequena região a ser demarcada, segundo o governo paraguaio. Era justamente a região de Sete Quedas.

Em fevereiro de 1962, o então embaixador paraguaio no Brasil, Raul Peña, enviou um documento ao governo de Assunção informando que um artigo do *Jornal do Brasil* havia tratado sobre o aproveitamento brasileiro nas Sete Quedas, onde estavam sendo realizados estudos liderados pelo engenheiro Marcondes Ferraz sob a tutela do então ministro de Minas e Energia, Gabriel Passos. O embaixador paraguaio, ao escrever o referido documento, chamou a atenção do governo de seu país informando que os estudos brasileiros visando ao aproveitamento hídrico das Sete Quedas lesionavam os direitos paraguaios referentes à soberania daquela fronteira⁹¹.

Ao que parece, o Estado brasileiro desenvolvia seus estudos desde o governo JK longe dos olhos do governo paraguaio. A publicação de uma reportagem no *Jornal do Brasil* sobre o desenvolvimento do potencial hídrico das Sete Quedas abriu os olhos da embaixada paraguaia em solo brasileiro e conseqüentemente despertou o governo de Assunção. E como não era para menos, o governo paraguaio enviou no mês de março de 1962 um documento questionando as atividades brasileiras em Sete Quedas. O autor da nota era o ministro de Relações Exteriores, Raul Sapeña Pastor, que acrescentou que até aquele momento vinte

⁸⁸ Ibid.

⁸⁹ Ibid.

⁹⁰ Ibid, 73.

⁹¹ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 13 de fevereiro de 1962- M.R.P n°18.

quilômetros de fronteira não haviam sido demarcados mesmo com a assinatura dos tratados de 1872 e 1927. Para o chanceler paraguaio, por esse motivo, nenhum dos dois países poderiam desenvolver estudos sobre o potencial hídrico de Sete Quedas até aquele momento:

En el Diario “Jornal do Brasil” correspondiente al día 13 de febrero de 1962, bajo el título “Ministro das Minas nomeia Ferraz para saber como vai aproveitar Sete Quedas”, fue publicada la noticia procedente de Brasília que el Ministro de Minas y Energía Sr. Gabriel Passos, autorizado por el Consejo de Ministros, habría contratado los servicios técnicos del Sr. Marcondes Ferraz para confeccionar un relatorio preliminar sobre el aprovechamiento integral de “Sete Quedas” en el Rio Paraná. El mismo artículo enumera minuciosamente las investigações que serán emprendidas, y el objeto de los proyectos que serán confeccionados.

La República del Paraguay, y los Estados Unidos del Brasil son naciones ribereñas con respecto al accidente acuático natural que se llama “Salto del Guairá” o “Sete Quedas”, o “Salto Grande de las Siete Caídas”, que se forma cuando la Cordillera de Mbaracayú intercepta al Rio Paraná, originando un gran embalse y numerosas caídas de água que se encuentran dentro de mismo accidente.

El dominio que las Repúblicas del Paraguay y los Estados Unidos del Brasil tienen sobre el conjunto de ese accidente natural conocido como “Salto del Guairá” o “Sete Quedas” o “Salto Grande de las Siete Caídas” recién quedará delimitado dentro del mismo cuando estén concluídas y aprobadas las operaciones de demarcación de límites y caracterización de fronteras que actualmente realiza la Comisión Mixta de Límites y Caracterización de Frontera Paraguay-Brasil. Esas operaciones de demarcación de lá línea divisoria por la cumbre de la Sierra del Mbaracayú viniendo de Oeste a Este, han llegado ya a 20 kilómetros del Salto del Guairá.

Mi Gobierno considera que, antes de que dicha demarcación de límites y caracterización de fronteras quede concluída, ninguno de los dos Gobiernos, ni el de Estados Unidos del Brasil ni el de la República del Paraguay podría proponerse unilateralmente el aprovechamiento integral de la energía hidráulica del Salto del Guairá⁹².

Em 1962, as relações diplomáticas entre os dois países estavam em um momento positivo devido aos esforços de aproximação desde a década de 1940. O Brasil era uma oportunidade para o Paraguai diminuir a dependência política e econômica em relação à Argentina. Provavelmente por causa deste, e outros motivos, os paraguaios fizeram questão de enfatizar que não queriam causar polêmica a respeito de Sete Quedas numa possível confrontação com o Estado brasileiro. Porém, deixaram claro que não abriria mão de seus direitos sobre a região.

El propósito de esta nota no es iniciar prematuramente una polemica extemporánea sobre el dominio del Salto del Guairá, sino expresar al Gobierno de los Estados Unidos del Brasil, por el digno conducto de Vuestra Excelencia, que la República del Paraguay, basada en títulos seculares y Tratados vigentes con el Brasil, considera que su dominio territorial y fluvial se extiende sobre el Salto del Guairá o Salto

⁹² Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai nº 94 de 12 de março de 1962. Da embaixada paraguaia no Brasil para o Itamaraty.

Grande de las Siete Caídas en la medida que será determinada por los resultados de la determinación y caracterización de la frontera, y que en consecuencia, de ser cierta la noticia mencionada bajo el numeral uno de esta nota, ella trasuntaría una medida gubernativa adoptada con lesión de los derechos del Paraguay, cuya vigencia no podría ser mantenida sin deterioro de las cordialísimas y fraternas relaciones que unen a nuestros Pueblos y Gobiernos⁹³.

Passaram-se cinco meses e o Itamaraty ainda não havia respondido à nota paraguaia. Em agosto de 1962, o governo paraguaio enviou outra nota ao governo brasileiro, através do embaixador do país em solo brasileiro, Raul Peña, solicitando a sua participação nos trabalhos da CIBPU (Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí)⁹⁴, já que o Paraguai é vizinho limítrofe do Brasil e tinha interesses de fortalecer o desenvolvimento da Bacia do Paraguai. O governo paraguaio propôs até fazer de Assunção a sede das reuniões da CIBPU⁹⁵. Entretanto, é possível perceber que o documento não informa apenas o interesse paraguaio nos trabalhos da CIBPU, como deixa claro que o governo de Assunção estava atento às atividades brasileiras na região de fronteira.

Finalmente, quarenta dias depois, o governo brasileiro respondeu à nota paraguaia enviada em março do mesmo ano questionando os estudos realizados pelo Brasil sobre o potencial hídrico de Sete Quedas. Não é possível apontar o porquê da demora brasileira em responder a um documento enviado seis meses antes. Mas é nítido perceber que o Brasil levava a sério as relações com o Paraguai, ao ponto de evitar qualquer atrito diplomático com o país vizinho, tendo em vista a importância estratégica da nação guarani para o cenário geopolítico da Bacia do Prata. Isto porque, em sua resposta, como veremos adiante, o então governo de João Goulart deixou brechas para os paraguaios usufruírem do potencial hídrico de Sete Quedas, apesar de não abrir mão da tese de que a referida região pertencia ao Brasil.

A posição brasileira sobre Sete Quedas, perante as reclamações paraguaias, foi oficialmente enviada na segunda quinzena de setembro de 1962. Na ocasião, o ministro de Relações Exteriores do país, Afonso Arinos de Melo Franco, enviou o documento ao embaixador paraguaio, Raul Peña, justificando os motivos do Brasil considerar Sete Quedas brasileira.

⁹³ Ibid.

⁹⁴ Foi uma comissão instituída em 1951 como órgão interestadual de planejamento da Bacia Paraná-Uruguaí, fundamentada em um projeto voltado para o aproveitamento fluvial integrado. Foi importante por ter precedido pesquisas que tiveram reflexos futuros na capacidade de aproveitamento energético do Rio Paraná. Sua extinção ocorreu em 1972. Fonte: <http://www.ufgd.edu.br/editora/catalogo/cibpu-a-comissao-interestadual-da-bacia-parana-uruguai-no-planejamento-regional-brasileiro-2013-1951-1972-gardin-cleonice>

⁹⁵ Ofício enviado pelo Ministério de Relações Exteriores do Paraguai ao Itamaraty de 09 de agosto de 1962-M.R.B nº 151.

A posse que o Brasil tem sobre o conjunto do Salto das Sete Quedas ficou definitivamente reconhecida e estabelecida, de acordo com os trabalhos da Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia encarregada de demarcar os limites determinados pelo Tratado de 09 de janeiro de 1872, reunida entre 1872 e 1874. Essa delimitação, claramente definida e aprovada nas Atas da 11^a, 12^a e 16^a Conferência da Comissão Mista, foi traçada nas cartas originais (parciais e gerais), levantadas e assinadas pelos Comissários dos dois países; firmadas, do lado paraguaio, pelo Comissário D. Domingo A. Ortiz e seu secretário D. Espinoza, em Assunção, a 20 de outubro de 1874, encontram-se arquivadas no Itamaraty, podendo ser confrontadas a todo momento. Dirime qualquer dúvida a esse respeito a Ata da 18^a e última Conferência da Comissão Mista de 1872-1874, subscrita, também em Assunção, a 24 de outubro de 1874. Tudo assegurado – categórica e finalmente – nos termos do preâmbulo do TRATADO DE LIMITES, COMPLEMENTAR AO DE 1872, assinado no Rio de Janeiro aos 21 dias do mês de maio de 1927.

Por isso mesmo, o “Protocolo de Instruções para a demarcação da fronteira Brasil-Paraguai”, de 09 de maio de 1930 – que, decorre do “Tratado de Limites, complementar ao de 1872”, instituiu a “Comissão Mista de Limites e de Caracterização de Fronteira Brasil-Paraguai”, atualmente vigente – no seu art. 10^o, determinou, apenas, a restauração dos antigos marcos e intercalação de novos entre os já existentes, nas terras altas da fronteira⁹⁶.

Mais detalhes sobre esse assunto seriam fornecidos três anos depois, durante o governo Castelo Branco, quando o Itamaraty respondeu a uma nota paraguaia. Na ocasião, o governo de Assunção havia reclamado de uma ocupação militar brasileira na região das Sete Quedas, que será um tema abordado no próximo capítulo. Em outubro de 1965, o então embaixador brasileiro em Assunção, Jaime Souza Gomes, além de reescrever os principais trechos da nota enviada pelo chanceler Afonso Arinos de Melo Franco em 1962, acrescentou trechos de diversas atas assinadas pela comissão mista de fronteira brasileiro-paraguaia entre 1872 e 1874. Nesta ocasião, Jaime Souza Gomes afirmou que Sete Quedas já estava demarcada desde outubro de 1874, quando havia sido realizada a 17^a conferência da comissão mista de fronteira brasileiro-paraguaia, e foram assinadas as plantas do trecho entre a Serra de Maracaju e o Rio Paraná, que inclui a região de Sete Quedas. O embaixador brasileiro afirmou que as respectivas plantas estavam à disposição dos paraguaios na mapoteca do Itamaraty⁹⁷.

É importante mencionar que o Tratado de Limites de 1872 delimitou os pontos fronteiriços entre os dois países, e os trabalhos realizados pela comissão mista demarcaram as regiões onde deveriam ser colocados marcos, de acordo com que ficou estipulado pelo Tratado. Um trecho do primeiro artigo deste aponta que a fronteira entre os dois países esta separada pelo leito do Rio Paraná “desde onde começam as possessões brasileiras na embocadura do Iguazu até *Salto Grande de las Siete Caídas* do mesmo Rio Paraná. Do *Salto*

⁹⁶ Ofício AAA\DAM\SDF\DAJ\24 de 19 de setembro de 1962. Do Itamaraty para a embaixada paraguaia no Brasil.

⁹⁷ Ofício de 29 de outubro de 1965- CDO nº 310. Da embaixada brasileira em Assunção para o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai.

Grande de las Siete Caídas à linha demarcatória continua pela *Sierra de Mbaracayú* até o ponto em que esta termina”. Neste sentido, vale ressaltar que “as fronteiras são estabelecidas tendo por ponto de referência preferencialmente os acidentes geográficos (rios, lagos, montanhas, etc.)”⁹⁸. E no caso de montanhas ou morros, a fronteira é definida pela ligação dos pontos mais altos.

No caso da fronteira Brasil-Paraguai na região de Sete Quedas, o cume da Serra de Maracaju é o ponto de referência. O tratado define que a fronteira segue pelo leito do Rio Paraná até o Salto das Sete Quedas e daí segue pela Serra de Maracaju. O problema, porém, é que esta serra possui, naquela região, dois ramos, um ao norte e outro ao sul, os quais convergem para as Sete Quedas. Em outubro de 1874, quando foi realizada a 16ª conferência da comissão brasileiro-paraguaia de limites, a fronteira foi definida pelo ramo sul, pelo qual o cume da serra de Maracaju chega até a 5ª queda, considerada então como o ponto mais alto. Para os paraguaios, no entanto, o ponto mais alto poderia estar no ramo norte, e desse modo o Paraguai teria direito a um pequeno território que o Brasil estava considerando seu⁹⁹. E, como veremos a seguir, os comissários paraguaios haviam manifestado esse entendimento já na década de 1930, o que levou à paralisação das atividades da comissão mista de então.

De fato, após a assinatura do Protocolo de Instruções em 1930, a comissão mista brasileiro-paraguaia havia dado início às suas atividades de caracterização. Infelizmente as fontes pesquisadas não informam exatamente a data quando foram iniciadas as atividades. Porém, o embaixador brasileiro em Assunção, Souza Gomes, escreveu, em outubro de 1965, na nota de resposta ao governo paraguaio, que os trabalhos de caracterização das Sete Quedas haviam sido paralisados em 1938. Neste momento “os trabalhos da comissão mista foram suspensos, tão somente porque os comissários paraguaios não quiseram lavrar os termos de 19 marcos já construídos, nem, tampouco concordaram com a construção de outros 12 marcos já previstos”¹⁰⁰.

Mas seria esta dúvida geográfica o único motivo que teria feito os paraguaios da comissão mista não lavrarem as atas mencionadas por Souza Gomes? É provável que não. O Tratado Complementar de Limites entre Brasil e Paraguai de 1927 havia sido sancionado pelo parlamento paraguaio, em 1929, depois de diversos debates que envolveram outros temas, como política internacional, reforma universitária e a defesa nacional. Neste contexto o Partido Comunista estava entrando em cena (porém como coadjuvante no cenário político

⁹⁸ BETIOL, Laércio. *Itaipu- Modelo Avançado de cooperação internacional na Bacia do Prata*, 1983, p.15.

⁹⁹ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987.

¹⁰⁰ Ofício de 29 de outubro de 1965- CDO nº 310. Da embaixada brasileira em Assunção para o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai.

interno) e a crise mundial fazia parte da rotina nacional em diversos setores econômicos. Mas o tema frequente no cotidiano paraguaio era a questão do Chaco, que chamava a atenção da Argentina. Esta havia possibilitado um encontro entre as autoridades do Paraguai e da Bolívia em Buenos Aires para amenizar a tensão diplomática entre estes países. Apesar dos esforços, a conjuntura geopolítica não impediu um novo conflito bélico na América do Sul (1932-1935)¹⁰¹.

A Guerra do Chaco possibilitou o surgimento de elementos que intensificassem a identidade paraguaia, ainda mais evidenciada depois do país ter vencido o conflito. E como se tratava de uma questão territorial, garantir a soberania nacional era um tema frequente na sociedade paraguaia da década de 1930. Antes e durante a guerra, os opositores criticavam a postura do governo no conflito, chegando a acusar a então presidência de ser ineficiente perante a Bolívia. Segundo Donghi, a guerra possibilitou aos oficiais militares paraguaios a “oportunidade de conhecer o povo, do qual sempre tinham vivido afastados”, bem como “uma ocasião para conhecer melhor os grupos oligárquicos dominantes”. Além disso, “acreditaram descobrir uma nova fonte para reforçar as esgotadas energias nacionais”.

Como protagonistas do conflito contra a Bolívia, diversos militares opositores haviam articulado um movimento de derrubada do então governo paraguaio, na ocasião sob a presidência de Eusébio Ayala. Este foi deposto em fevereiro de 1936 e os novos governantes, liderados pelo coronel Franco, passaram a governar provisoriamente o país colocando em xeque a Constituição Nacional de 1870 ao derogá-la. Os novos governantes criaram a União Revolucionária Nacional, que ficou conhecida como *Febrerista*, e logo em seguida colocaram o Partido Liberal na ilegalidade¹⁰².

No início de seu governo, os *febreristas* criaram uma plataforma de prioridades para modernizar o país. Também agiram no intuito de suprir algumas demandas sociais como a reforma agrária, a qual expropriou várias terras entre os rios Paraná e Paraguai. Além disso, decretou-se “a jornada de oito horas, a assistência médica obrigatória nos centros fabris e aumentos salariais importantes”, e foram criadas 400 escolas primárias. Um fato histórico deste período foi a denominada “Restauração da História do Paraguai”. Em março de 1936, data do aniversário de morte do Marechal Francisco Solano López, foram cancelados todos os decretos que condenavam a sua imagem como responsável pela derrota na Guerra da Tríplice Aliança, e foi dado o reconhecimento a este de “herói nacional”. Foi intitulado *Panteón*

¹⁰¹ As considerações sobre a história do Paraguai, neste e nos próximos parágrafos, baseiam-se em Queiroz.

¹⁰² QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Notas sobre a história do Paraguai de 1870 a 1954*, 1996.

Nacional o local onde seriam colocados os restos mortais de Solano López, trazidos de Cerro Corá, e de outras autoridades paraguaias que são consideradas figuras heroicas do país.

Em 1937, a restauração constitucional possibilitou que os *liberais* mais assíduos no cenário político nacional retornassem do exílio depois do partido ter se tornado ilegal pela União Revolucionária Nacional. Foram convocadas, no final do mesmo ano, eleições legislativas depois do restabelecimento da Junta Eleitoral Nacional que teve representantes *liberais* e *colorados*. O Partido Liberal foi o grande vitorioso no pleito conquistando o maior número de parlamentares nas duas casas do legislativo. Quem estava governando o país neste momento era Felix Paiva, eleito de forma provisória depois do restabelecimento da Constituição de 1870, após a queda de Rafael Franco em agosto de 1937. Durante seu curto governo, Paiva conquistou resultados importantes na política externa do país. Finalmente em julho de 1938, três anos após o final da Guerra do Chaco, Paraguai e Bolívia firmaram o Tratado de Paz, Amizade e Limites. Em solo paraguaio, o tratado foi submetido a plebiscito que teve 135.000 eleitores favoráveis e 13.000 contrários. Na ocasião, ficou definido que a Bolívia preservaria o extremo ocidental do Chaco, mas excluída do litoral do Rio Paraguai e da sua Bahia Negra. Já o Paraguai garantiu sua soberania sobre todo o território que estava em disputa. Já em julho de 1939, foi firmado o Tratado Complementar de Limites entre Paraguai e Argentina que encerrou a polêmica sobre os pontos que determinavam a fronteira no Rio Pilcomayo. Com isso, durante o governo de Felix Paiva ficou definido os pontos fronteiriços do Paraguai na sua parte ocidental.

Estes parágrafos que trataram sobre a história do Paraguai referente ao período posterior à Revolução de 1936 até 1939, são importantes para compreender o contexto no qual foram iniciadas as divergências entre Brasil e Paraguai sobre a soberania de Sete Quedas. É perceptível que a vitória bélica contra a Bolívia havia esquentado os ânimos patrióticos da nação guarani e que a União Revolucionária Nacional faria o possível para beneficiar o país em diversos segmentos, apesar de divergências internas. A demarcação definitiva de suas fronteiras foi sem dúvida um dos grandes marcos da passagem dos *febreristas* pela presidência na segunda metade da década de 1930. E é provável que este espírito nacionalista tenha refletido na questão fronteiriça de Sete Quedas.

Em 1938, o Paraguai estava consolidando a delimitação de suas fronteiras num contexto de exaltação nacionalista e de transformações políticas e sociais. Naquele ano, como já mencionado nos parágrafos anteriores, foi assinado o Tratado de Paz, Amizade e Limites com a Bolívia e no ano seguinte o Tratado complementar de Limites com a Argentina. O Estado paraguaio estava conseguindo caracterizar sua fronteira oriental de forma definitiva

num momento em que não estavam no poder executivo nem os *liberais* nem os *colorados*. Era um momento peculiar na história paraguaia. Provavelmente estes elementos internos contribuíram para que os paraguaios da comissão mista tivessem autonomia do governo de Assunção para não lavrarem as atas e colocarem os 12 marcos que haviam sido estipulados na fronteira de Sete Quedas, a partir do momento em que apresentaram suas dúvidas supondo que aquela região poderia não ser necessariamente brasileira. Ou seja, o impasse fronteiriço provavelmente teria iniciado por conta da questão geográfica da referida região e perpetuado pelas condições estruturais políticas do contexto histórico paraguaio no final da década de 1930.

Já na década de 1950 o Estado brasileiro demonstrou o interesse de demarcar definitivamente a fronteira de Sete Quedas. Foram realizadas conferências entre Brasil e Paraguai para resolver a questão. Ao ter acesso à documentação da época, precisamente do ano de 1956, quando as conferências aconteceram, Amaral e Silva menciona que “o documento, de caráter reservado, chama os negociadores brasileiros a manterem sua interpretação dos tratados de 1872 e a não incentivarem mais atrasos nas conversações que, como principal conseqüência, poderia atrasar o aproveitamento da energia elétrica daquela extraordinária região”¹⁰³.

Em 1960, o Brasil solicitou o comparecimento dos comissários paraguaios para participar da 25ª Conferência de Fronteira que seria realizada no Rio de Janeiro com o objetivo de retornar os trabalhos de demarcação fronteiriça¹⁰⁴. Neste mesmo ano, foi realizado o 1º Congresso de Energia Elétrica do Guaíra e que teve a presença do então presidente Juscelino Kubitschek. O objetivo era o planejamento sobre o aproveitamento energético de Sete Quedas. Segundo Menezes, “os paraguaios, por algum motivo, não apresentaram nenhuma reclamação sobre o assunto”¹⁰⁵. Vale acrescentar que sobre estas conferências ocorridas antes de 1962, nem as fontes nem as referências consultadas não trazem maiores informações.

Tendo em vista o processo histórico sobre a questão Sete Quedas desde a década de 1930, através do documento enviado pelo chanceler Afonso Arinos, o governo brasileiro defendeu o seu ponto de vista sobre seus direitos em relação ao aproveitamento energético da referida região alegando que, para realizar estudos naquela fronteira, não seria necessária a colocação dos marcos, tendo em vista o que havia sido estipulado no Tratado de 1872. Porém,

¹⁰³ AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre. *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973*. 1996, p. 72.

¹⁰⁴ Ibid.

¹⁰⁵ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p.72.

preservando sua aproximação de duas décadas com o Paraguai, o Estado brasileiro fez a seguinte exposição:

Quanto ao aproveitamento do Salto das Sete Quedas, situado integralmente em território do Brasil, desejo informar Vossa Excelência de que o Governo brasileiro estará disposto a examinar a possibilidade de participar a República do Paraguai da utilização dos recursos energéticos e de quaisquer outros a explorarem-se no referido Salto, se em tal sentido for solicitado pelas autoridades paraguaias¹⁰⁶.

A possibilidade de ofertar aos paraguaios o aproveitamento energético de Sete Quedas faz com que seja perceptível não apenas a estratégia de manter os objetivos da geopolítica brasileira, mas também o explícito interesse do Brasil de que nada pudesse atrapalhar a efetivação dos trabalhos a serem realizados naquela região.

A resposta paraguaia veio em junho de 1963. Na ocasião, o governo de Assunção não se convenceu com a argumentação brasileira sobre a soberania de Sete Quedas. Através de um documento enviado ao ministro de Relações Exteriores do Brasil, Hermes Lima, o embaixador paraguaio, Raul Peña, expôs o ponto de vista do Paraguai sobre a referida fronteira, não concordando com as justificativas feitas pelo governo brasileiro.

El Tratado de Límites Loizaga-Cotegipe, suscrito em Asunción el 9 de Enero de 1872 entre la República del Paraguay y el Império del Brasil, no establece, en parte alguna, que el Salto de las Siete Caídas o Salto del Guairá pertenezca exclusivamente a ninguno de los Estados, sino que señala como baliza natural y dicho accidente accuático, que no es sino una parte del Rio Paraná, rio internacional que allí sirve de límite arcifinio entre los territorios de Paraguay y Brasil. El Salto del Guairá o Salto Grande de las Siete Caídas, no solamente no está "Situado integralmente en territorio del Brasil"- como afirma Vuestra Nota del 19 de setiembre de 1962- sino que la República del Paraguay tiene derechos de soberanía territorial sobre su ríbera occidental, y en consecuencia derechos de soberania fluvial, y derechos de condomínio sobre las aguas, en cuanto puedan ser utilizados cualquiera de sus recursos. Estos derechos de la República del Paraguay, directamente fundados em el Tratado de Límites de 1872, van quedando evidenciados en los muy recientes trabajos de caracterización de la línea divisoria de la cumbre del Mbaracayú realizados por la Comisión Mixta Demarcadora de Límites Paraguayo- Brasileña¹⁰⁷

É perceptível que o governo paraguaio não reivindicava que Sete Quedas era sua propriedade, e sim, que não estava definida sua demarcação por conta de aspectos geográficos da região. Como país ribeirinho do Rio Paraná, naturalmente os paraguaios reivindicavam seus direitos sobre o aproveitamento de Sete Quedas, independentemente da possível oferta brasileira de compartilhamento. Tratava-se de uma questão de defesa dos direitos nacionais

¹⁰⁶ Ofício AAA\DAM\SDF\DAJ\24 de 19 de setembro de 1962. Do Itamaraty para a embaixada paraguaia no Brasil.

¹⁰⁷ Ofício M.R.B nº 115 de 14 de junho de 1963. Da embaixada paraguaia no Brasil para o Itamaraty.

devido às suas riquezas naturais. Afinal, por ser um país mediterrâneo e estar constantemente dependendo da Argentina e do Brasil (naquele momento mais ainda da Argentina) para exportar e importar seus produtos, o aproveitamento dos rios era uma considerável compensação para angariar benefícios perante seus dois grandes vizinhos¹⁰⁸. Por isso, no mesmo documento enviado pelo governo paraguaio, através do embaixador do país no Brasil, Raul Peña, este fez questão de demonstrar o interesse de compartilhar das atividades a serem desenvolvidas em Sete Quedas e que, em outras palavras, não era uma opção unilateral do Estado brasileiro analisar a possibilidade de dividir com o Paraguai os benefícios econômicos da referida região.

Por estas razones, el Gobierno de la República del Paraguay tiene la mejor disposición para estudiar conjuntamente con el Gobierno de los Estados Unidos del Brasil las bases de un Acuerdo para la utilización integral de la energía hidráulica y de cualquier otro recurso de las aguas del Salto del Guairá o Salto Grande de las Siete Caídas, y a la vez reitera que la mera enunciación de cualquier Proyecto de utilización exclusiva por parte del Brasil, al lesionar derechos del Paraguay, perjudica considerablemente las relaciones entre nuestros Pueblos y Gobiernos¹⁰⁹

No mês de setembro de 1963, três meses após a nota de resposta paraguaia, o governo brasileiro decidiu enviar a Assunção o então ministro de Minas e Energia do país, Antônio Ferreira de Oliveira Brito, para se encontrar com as autoridades paraguaias. Houve grande repercussão na imprensa paraguaia a respeito desta visita.¹¹⁰ A embaixada brasileira em Assunção chegou a enviar um documento para o Itamaraty tratando sobre uma declaração aprovada pela Câmara dos Representantes do Paraguai enfatizando a questão Sete Quedas. Infelizmente o conteúdo do ofício não informa o que estaria escrito nesta declaração. No mesmo documento, a embaixada pede atenção ao Itamaraty devido à seriedade levada pelos paraguaios sobre a divergência fronteiriça¹¹¹.

E foi justamente a questão Sete Quedas que fez com que o ministro Oliveira Brito se encontrasse com as autoridades paraguaias para resolver a questão. Segundo notícia do periódico *Folha de São Paulo*, “a construção da usina hidrelétrica de Sete Quedas somente será possível depois da concordância do Paraguai, pois a metade da cachoeira pertence àquele país que reclama, inclusive, o direito de sua utilização como fonte de energia”¹¹². Dias depois da partida de Oliveira Brito, foi publicada uma declaração de Stroessner no periódico *Patria*,

¹⁰⁸ Desde a década de 1950, Paraguai e Argentina estavam dialogando sobre a construção de uma usina hidrelétrica em Yacyretá, na fronteira entre os dois países.

¹⁰⁹ Ofício M.R.B nº 115 de 14 de junho de 1963. Da embaixada paraguaia no Brasil para o Itamaraty.

¹¹⁰ Ofício nº348\254.(43) de 05 de setembro de 1963. Da embaixada brasileira em Assunção para o Itamaraty.

¹¹¹ Ibid.

¹¹² *FOLHA DE SÃO PAULO*, 02 de setembro de 1963.

de Assunção, na qual o presidente paraguaio afirma que “*se tenga muy presente que no queremos un milímetro más del que nos corresponde, como tampoco deseamos ceder un solo milímetro*”¹¹³.

Ao tratar sobre a viagem do ministro Oliveira Brito a Assunção, Menezes menciona que este concedeu uma entrevista que foi publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo* em outubro de 1963. Na ocasião, Oliveira Brito declarou que as divergências entre os dois países para saber quem teria a soberania de Sete Quedas era irrelevante e que ambas as nações deveriam concentrar esforços nos trabalhos de construção da usina. O ministro acrescentou que os governos de Brasil e Paraguai deveriam discutir sobre os custos e distribuição da energia. Mencionou também que os brasileiros tinham mais experiência do que os paraguaios na construção de hidrelétricas, citando como exemplo Paulo Afonso, Furnas, Peixoto e Três Marias, além de valorizar profissionais paraguaios que estudaram em universidades brasileiras para trabalhar “ombro a ombro” com os engenheiros do Brasil. Terminou a entrevista enfatizando que aquela seria a maior usina hidrelétrica do mundo¹¹⁴.

As relações entre ambas as nações estavam num momento sólido e Sete Quedas parecia ser mais um motivo de entendimento entre os dois países. O governo brasileiro não abria mão de sua soberania sobre a referida região, mas possibilitava ao Paraguai o benefício de usufruir do seu potencial hídrico. Os dois países pediam apoio de um ao outro em diversos temas internacionais, demonstrando como a diplomacia brasileiro-paraguaia avançava desde as décadas anteriores. Podemos citar como exemplos o pedido do governo paraguaio junto ao Estado brasileiro para apoiar a cidade de Assunção, no sentido que esta fosse no ano de 1965 a sede da Assembleia do BID,¹¹⁵ e também o pedido feito pelo governo João Goulart ao de Stroessner para que o Paraguai apoiasse o Brasil na sua candidatura como membro do Conselho Administrativo da OIT (Organização Internacional do Trabalho)¹¹⁶.

Do lado paraguaio, o aproveitamento hídrico de Sete Quedas não seria apenas uma oferta para suprir a demanda interna de energia para impulsionar o desenvolvimento, mas também um trunfo no cenário internacional, pois aumentaria progressivamente seus laços com o Brasil e diminuiria a dependência em relação à Argentina, além de ser futuramente sócio da potencialmente maior usina hidrelétrica no mundo. Para Stroessner, que no mesmo ano de

¹¹³ Ofício da embaixada brasileira em Assunção para o Itamaraty nº358\254.(43) de 11 de setembro de 1963.

¹¹⁴ MENEZES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner*, 1987, p. 64 e 65.

¹¹⁵ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai para o Itamaraty de 20 de dezembro de 1963- M.R.B nº 151.

¹¹⁶ Ofício da Embaixada brasileira em Assunção para o Itamaraty de 11 de março de 1963- nº122/650.4(04).

1963 se reelegeu de forma fraudulenta¹¹⁷, além de consolidar cada vez mais sua força dentro do partido Colorado e ter esmagado a oposição política, da qual muitos integrantes estavam exilados na Argentina e no Uruguai, sua imagem perante o público paraguaio seria de um “defensor da nação”. Ou seja, mais um instrumento para fortalecer seu poder como chefe de Estado do Paraguai.

Já em relação ao Brasil, a construção de uma usina que aproveitasse o potencial energético de Sete Quedas era uma necessidade. O país tinha urgência em suprir sua demanda energética tão necessária ao desenvolvimento econômico. Negar ao Paraguai o direito de usufruir do potencial hídrico daquela região não apenas geraria uma terrível crise diplomática entre os dois países, ameaçando todas as tentativas de aproximação desde a década de 1940, como também ameaçaria a construção da usina. É provável que as boas relações entre os dois países, mas principalmente os interesses em comum sobre o potencial de Sete Quedas, fizeram Stroessner visitar João Goulart, na fazenda Três Marias em Mato Grosso. O encontro ocorreu no dia 19 de janeiro de 1964 e teve grande repercussão na imprensa brasileira. Em uma entrevista coletiva na Granja do Torto, em Brasília, Jango declarou: “tenho a maior satisfação em anunciar que, com a colaboração do Paraguai, construiremos a maior usina hidrelétrica do mundo”.¹¹⁸

O periódico *Última Hora* estampou na sua manchete de capa uma foto de João Goulart cumprimentando Stroessner, quando o presidente brasileiro enfatizou que “será do Brasil a maior hidrelétrica do mundo”. Vale ressaltar que, logo ao lado da manchete, estava colocada uma foto de Getúlio Vargas com a seguinte notícia: “Jango completa a Revolução que Vargas iniciou”¹¹⁹. O noticiário trata da *Lei de Remessa de Lucros*¹²⁰ que havia sido aprovada pelo governo brasileiro poucos dias antes. Neste sentido, é importante ressaltar que o *Última Hora* foi criado em 1951 e havia apoiado o governo de Getúlio Vargas quando este assumiu novamente o poder no mesmo ano. Durante o governo de João Goulart, o mesmo *Última Hora* apoiou o então presidente que já havia sido ministro do Trabalho durante o governo Vargas.

O periódico *Folha de São Paulo* também destacou o encontro entre Jango e Stroessner. Com a manchete *Sete Quedas: Brasil e Paraguai chegam a um acordo*, o jornal paulista descreveu o encontro como “informal” e que o presidente brasileiro “pouco revelou”

¹¹⁷ *ÚLTIMA HORA*, 22 de fevereiro de 1963.

¹¹⁸ *ÚLTIMA HORA*, 21 de janeiro de 1964.

¹¹⁹ *Ibid.*

¹²⁰ Era uma lei que impôs as condições de remessas de lucros para as matrizes estrangeiras instaladas em solo brasileiro. Tal legislação foi vista com muita desconfiança no cenário internacional, principalmente pelo governo dos Estados Unidos.

sobre as conversações com Stroessner. O que chama a atenção na publicação sobre o encontro entre os chefes de Estado é a maneira como diferentes órgãos de imprensa abordaram a declaração feita por Jango, que havia declarado na mesma entrevista que ele “conspira com o Paraguai para fazer Sete Quedas”. No caso do *Última Hora*, o texto enfatiza que Jango estava “conspirando” a favor do Brasil, defendendo a monopolização do petróleo nacional e a regulamentação de remessas de lucro. Já o *Folha de São Paulo* publicou a frase de Jango e logo em seguida utilizou uma notícia segundo a qual o deputado Bilac Pinto, filiado à UDN (que era partido da oposição), acusou o governo de conspirar contra os opositores, entregando armas aos sindicatos. Neste caso, percebe-se de forma breve, como a imprensa desenvolvia suas estratégias de publicação, apoiando ou criticando o governo brasileiro naquele período que vivenciava uma grande instabilidade política.

Sobre o encontro entre Jango e Stroessner, o governo brasileiro evitou dar maiores esclarecimentos. Segundo as informações publicadas nos periódicos, o encontro teve duração de seis horas e, por um momento, João Goulart recusou noticiar que havia estado com Stroessner. Isto porque, seria necessário o consentimento do chefe de Estado paraguaio para publicar sobre o acordo informal de Sete Quedas. Com uma pequena nota em tom de ironia, o *Folha de São Paulo* utilizou o termo “os outros que concluem”¹²¹, referindo-se à declaração de Jango sobre as diversas obras públicas que haviam sido iniciadas em todo o Brasil durante o seu mandato, que terminaria em 1965. A frase de Jango “estou cansado de tocar obras dos que me antecederam”, durante a entrevista na Granja do Torto, foi utilizada pelo *Última Hora* como “outros que façam o que estou fazendo com outros, isto é, continuando obras que encontrei”¹²². Independentemente da maneira como os jornais abordaram a notícia, segundo os interesses em jogo, o fato era que um grande passo havia sido dado nas relações entre Brasil e Paraguai. Em plena década de 1960, a projeção para construir a maior usina hidrelétrica do mundo no chamado “terceiro mundo” era símbolo de grande prestígio internacional, mas, sobretudo interno em ambas as nações.

Dias depois do encontro entre os chefes de Estado, o Itamaraty enviou uma nota à embaixada brasileira em Assunção avisando que brevemente o Brasil enviaria uma missão ao Paraguai, “a fim de formalizar os ajustes a que chegaram os presidentes Goulart e Stroessner em seu recente encontro em Mato Grosso. A missão deverá partir logo que estejam concluídos os entendimentos com o Ministério de Minas e Energia”.¹²³

¹²¹ FOLHA DE SÃO PAULO, 21 de janeiro de 1964.

¹²² ÚLTIMA HORA, 21 de janeiro de 1964.

¹²³ Ofício nº DAM/920. (42)(43) de 29 de janeiro de 1964. Do Itamaraty para a embaixada brasileira em Assunção.

Apesar do acordo verbal, que não chegou a ter um documento assinado entre Brasil e Paraguai, e todo o clima de otimismo demonstrado por João Goulart durante a entrevista na Granja do Torto, dois dias após ter se encontrado com Stroessner, o início da obra nem sequer saiu do papel, como o presidente brasileiro esperava durante o seu mandato. Isto porque, pouco mais de dois meses depois, sofreria um golpe de Estado que marcaria a História do Brasil no século XX. A partir de então, os militares entraram em cena e a questão do aproveitamento hidrelétrico das Sete Quedas ganhou um novo capítulo.

Mapa 3: Trecho não caracterizado na fronteira Brasil-Paraguai



Fonte: http://www.scipione.com.br/ap/ggb/unidade2_a01_hm#. Acessado em abril de 2012

CAPITULO II

A OCUPAÇÃO MILITAR BRASILEIRA NAS SETE QUEDAS: O AUGE DO LITÍGIO FRONTEIRIÇO ENTRE BRASIL E PARAGUAI

2.1 A política externa de Castelo Branco: as relações com as nações da América do Sul

O governo de Castelo Branco seguiu caminhos distintos da proposta de Política Externa Independente (PEI) idealizada pelo governo Jânio Quadros e continuada por João Goulart. Como mencionado no capítulo anterior, a Política Externa Independente tinha como uma de suas principais metas aprofundar as relações diplomáticas nos aspectos político e econômico, com diversos países independentemente de seus governos serem simpáticos ao sistema capitalista ou socialista. A proposta da PEI não foi bem recebida pelo governo dos Estados Unidos naquele contexto de Guerra Fria e também não agradava aos militares golpistas. Justamente por este motivo, muitos diplomatas foram afastados de suas funções e não tiveram espaço para atuar em cargos estratégicos no Itamaraty. A mudança imediata foi a saída de Araújo Castro da função de ministro das Relações Exteriores para a entrada de Vasco Leitão da Cunha¹²⁴.

Logo que assumiu o governo federal, Castelo Branco definiu que o Brasil deveria ampliar as suas relações com os Estados Unidos. Isto significava desenvolver um planejamento interno que facilitasse maiores investimentos norte-americanos como a revogação da Lei de Remessa de Lucro que havia sido implantada pelo governo João Goulart e interpretada pelos Estados Unidos, e outras nações com empresas instaladas no Brasil, como algo negativo, pois atingia seus objetivos econômicos em solo brasileiro¹²⁵.

O governo Castelo Branco propôs um programa de estabilização para incentivar investimentos de credores internacionais que incluíam o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Neste contexto, os Estados Unidos anunciaram um “programa de empréstimo” de US\$ 50 milhões ao Brasil em junho de 1964. Depois de diversas negociações para renegociar a dívida externa brasileira, o governo Castelo Branco conseguiu do Banco Mundial uma série de novos empréstimos no decorrer de 1965 e tentou dentro dos limites adequar o que fora estipulado pelo FMI para conseguir maior entrada de capital no país¹²⁶.

¹²⁴ VIZENTINI, *A política externa do regime militar brasileiro*, 2004.

¹²⁵ SKIDMORE, Thomas. *De Castelo a Tancredo*, 1988, p.432.

¹²⁶ Ibid.

Para Castelo Branco, o desenvolvimento da política externa deveria trazer investimentos econômicos, principalmente para adequar aos interesses da classe média brasileira. Além das reformas internas com a intenção de ampliar a entrada de capitais, demonstrou que movimentos esquerdistas simpáticos à União Soviética não teriam força para um enfrentamento contra os militares, até mesmo para dar maior confiabilidade aos credores internacionais receosos com possíveis revoluções socialistas que ameaçassem seus interesses na América Latina. Se antes João Goulart defendia que a maior aliada soviética nas Américas deveria ter a sua soberania garantida, o que naturalmente era um motivo de desconfiança estadunidense com o então governo brasileiro, desta vez Cuba foi alvo de críticas pelos novos governantes. Afinal, o regime de Fidel Castro não era apenas um símbolo da marca socialista no continente americano, mas também inspirava diversos movimentos de esquerda que geralmente almejam conquistar diversas mudanças que enfoquem a igualdade social, combatendo privilégios políticos e jurídicos de grupos detentores da maior riqueza econômica da nação. Neste sentido, o governo brasileiro rompeu suas relações com Cuba ainda no primeiro semestre de 1964, alegando que o governo de Fidel Castro estava interferindo nas questões internas do país ao incentivar a movimentação de grupos comunistas¹²⁷.

Romper as relações com Cuba não foi a única demonstração de aversão a movimentos simpáticos a regimes de esquerda que conseqüentemente poderiam estar próximos da União Soviética. Em abril de 1965, claramente comprometido em conjunto com os interesses dos Estados Unidos de evitar a expansão soviética, o Brasil enviou militares à República Dominicana para integrar a Força de Paz Interamericana (FIP) na tentativa de evitar, naquele país, uma revolução socialista¹²⁸.

Porém, apesar de aprofundar as relações com as potências ocidentais, era inevitável que interesses comerciais do Brasil tivessem dificuldades no mercado mundial devido ao desequilíbrio de preços na exportação de produtos primários e as barreiras alfandegárias impostas por estas nações desenvolvidas. Segundo Cervo & Bueno, o Brasil “não obteve dos Estados Unidos ou do Ocidente a contrapartida esperada em termos de ajuda ao desenvolvimento”.¹²⁹ Um exemplo disso foi o número limitado de exportações entre os anos de 1964 e 1966 que resultou em 1,4 a 1,7 bilhão de dólares, além do não crescimento do

¹²⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*, 1979.

¹²⁸ AYERBE, Luís Fernando. *Cultura y relaciones internacionales: América Latina y el Caribe en el Choque de Civilizaciones*, 2003.

¹²⁹ BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado; *História da política exterior do Brasil*, 1992, p.339.

número de investimentos e empréstimos externos e que em contrapartida teve o aumento da dívida que foi de 39 para 52 bilhões de dólares¹³⁰.

Ainda tratando de forma geral sobre a política externa brasileira entre abril de 1964 e março de 1967, dois homens ocuparam o cargo de ministro de Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha e Juracy Montenegro Magalhães. Segundo Luís Viana Filho, que foi ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil do governo Castelo Branco, o então presidente estava em dúvida sobre qual dos dois seria o chanceler a partir de abril de 1964. Por ser diplomata de carreira, Vasco Leitão da Cunha foi o escolhido, ficando Juracy Magalhães com a embaixada brasileira em Washington que era considerada a mais importante. Em janeiro de 1966, este último ocupou o cargo de chanceler deixando o posto em março do ano seguinte quando o mandato presidencial de Castelo Branco foi encerrado¹³¹.

Ao analisar a dinâmica brasileira na América Latina, é importante mencionar que no período inicial dos militares no poder, o governo conduzido por Castelo Branco acreditava que a unidade interamericana poderia ser facilmente preservada contra movimentos socialistas se houvesse investimentos dos Estados Unidos e de outros países ocidentais desenvolvidos contribuindo para a superação de problemas sociais e econômicos das nações latino-americanas. Também afirmava que seria importante que a América Latina favorecesse o alinhamento Norte-Sul no mundo ocidental ao invés de tentar intensificar as relações Leste-Oeste que seria a dinâmica com as nações entrelaçadas aos interesses da União Soviética¹³². Uma das propostas do governo brasileiro para aprofundar as relações com a América Latina era a de, em tais condições, limitarem as suas soberanias em benefício da segurança coletiva e das fronteiras ideológicas no contexto do antagonismo da Guerra Fria. “Nessa fase, além disso, o governo brasileiro se dispunha a desenvolver as comunicações e os transportes com o continente sul-americano.”¹³³ Aliás, nesta região especificamente, a chancelaria brasileira direcionou esforços para ampliar relações com seus vizinhos, na maioria limítrofes, ao visitar as autoridades das nações sul-americanas.

Nas relações com os países situados mais ao norte da América do Sul, o governo brasileiro propôs a ampliação da integração política e econômica da Bacia Amazônica que era um dos grandes objetivos do Brasil, propondo que fossem realizadas conferências entre países pertencentes a esta Bacia. A atenção do governo Castelo Branco para a Amazônia estava relacionada à necessidade de impulsionar o desenvolvimento econômico da região

¹³⁰ BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado. *História da política exterior do Brasil*, 1992.

¹³¹ VIANA FILHO, Luís. *O governo Castelo Branco*, 1975.

¹³² VIZENTINI, A *política externa do regime militar brasileiro*, 2004.

¹³³ BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado. *História da política exterior do Brasil*, 1992, p.338.

norte do país que necessariamente precisaria de parcerias com países pertencentes àquela Bacia, tendo como exemplos a importância estratégica da navegação pelo rio Amazonas e o aproveitamento dos seus portos. Vale acrescentar que o governo, através do Ministério do Planejamento, tentou traçar uma política de desenvolvimento de acordo com cada peculiaridade regional. No caso da Amazônia, “se caracterizou, principalmente, pela preocupação povoadora e colonizadora, pois urgia ocupar a imensa área”¹³⁴. Quando o chanceler Juracy Magalhães visitou a Colômbia e o Equador, demonstrou às autoridades destes países a intenção brasileira para que houvesse uma colaboração no desenvolvimento desta região. Além disso, propôs a ampliação de um desenvolvimento industrial entre estas nações e o aumento de um intercâmbio comercial. As mesmas propostas feitas a colombianos e equatorianos, principalmente sobre o desenvolvimento da Bacia Amazônica, foram apresentadas ao governo do Peru, ao mesmo tempo em que foi realizado um encontro do chanceler Juracy Magalhães com dirigentes da Corporação Nacional de Comerciantes daquele país a fim de estabelecer um intercâmbio entre as duas nações¹³⁵.

No entanto, ainda nas relações com países da região norte sul-americana, a Venezuela foi sem dúvida uma das nações que mais causaram desgastes nas relações diplomáticas do governo Castelo Branco no continente. Isto porque, a Venezuela que estava vivenciando um processo de redemocratização após longo regime militar, condenava regimes ditatoriais na América Latina por desrespeitarem a legalidade das instituições democráticas e a transparência dos direitos humanos. Por esta razão, o governo venezuelano fazia sanções na sua política externa contra países sob governos ditatoriais como Cuba, Argentina e Peru. Em algumas situações, propôs em reuniões da OEA pesadas punições contra ditaduras militares, mas não obteve sucesso. Como o Brasil estava sendo governado por uma ditadura, a Venezuela negou-se a reconhecer o governo de Castelo Branco. Porém, importa ressaltar que o governo venezuelano ficou aliviado com a deposição de João Goulart, visto que este se opunha a qualquer retaliação a Cuba em conferências internacionais. No entanto, a Venezuela receava que a ditadura militar brasileira desencadeasse uma série de movimentos militares de tomada de poder em toda a América Latina¹³⁶.

Já nas relações com os países mais ao sul, ao visitar as autoridades chilenas em Santiago, o governo brasileiro demonstrou que preferia aprofundar as relações com todos os países das Américas com exceção de Cuba, já que tinha a intenção de que os Estados Unidos

¹³⁴ VIANA FILHO, Luís. *O governo Castelo Branco*, 1975.

¹³⁵ VIZENTINI, *A política externa do regime militar brasileiro*, 2004.

¹³⁶ MADRID, Eduardo; RAPOPORT, Mario. *Os países do Cone Sul e as grandes potências*, 1998.

pudessem contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina. Para o Brasil, se todas as nações americanas ajustassem a condução da política externa no sentido de facilitar a aproximação política e econômica com o governo de Washington, a possibilidade de revoluções socialistas na América Latina, como ocorreu em Cuba, seria mínima, contribuindo para o grau de confiabilidade da região ao atrair investimentos externos. Além desta questão, o chanceler Juracy Magalhães tratou sobre problemas bilaterais de comércio, como também da reformulação de projetos como a *Aliança para o Progresso* na OEA.¹³⁷

Apesar de tentar intensificar as relações com o Chile, houve um momento de tensão nas relações brasileiro-chilenas por causa dos rumores de que o Brasil estaria apoiando a Bolívia contra os chilenos nas reivindicações bolivianas sobre seus direitos ao acesso ao oceano Pacífico. Em uma visita a La Paz, o chanceler Juracy Magalhães negou estas informações e acrescentou que o Brasil estava neutro na histórica crise diplomática entre o Chile e a Bolívia, a qual se intensificou após a Guerra do Pacífico no século XIX, quando os bolivianos perderam o seu acesso ao oceano. Estas declarações feitas pelo ministro de Relações Exteriores brasileiro eram necessárias em virtude dos interesses do Brasil de ampliar suas relações com estes dois países, sendo, por isso, fundamental evitar maiores constrangimentos que pudessem afetar tais objetivos. Nesta mesma visita à Bolívia, Juracy Magalhães propôs aos bolivianos a dinamização de intercâmbio fronteiriço entre os dois países, o comércio da borracha e a ligação ferroviária.¹³⁸ Aliás, sobre este último tema, o desenvolvimento dos transportes através de uma interligação não apenas ferroviária, mas também rodoviária e navegação entre as nações do Prata era um dos grandes projetos tratados entre Brasil, Argentina, Bolívia e Paraguai com o intuito de dinamizar a integração regional¹³⁹.

Em visita ao Uruguai, o chanceler brasileiro, além de tratar de questões econômicas entre as duas nações, apresentou a proposta de criação de uma Força Interamericana de Paz para evitar movimentos socialistas no continente americano. Esse projeto foi inclusive apresentado pelo Brasil em Conferência da OEA a todas as nações do continente em novembro de 1965.¹⁴⁰ Mas, assim como outras nações como o México e o Chile, o Uruguai recusou aprovar a criação da FIP com receio de que esta fosse utilizada pelos Estados Unidos

¹³⁷ VIZENTINI, *A política externa do regime militar brasileiro*, 2004.

¹³⁸ *Ibid.*

¹³⁹ MADRID, Eduardo; RAPOPORT, Mario. *Os países do Cone Sul e as grandes potências*, 1998.

¹⁴⁰ *FOLHA DE SÃO PAULO*, 25 de novembro de 1965.

para intervir de forma militar sobre qualquer nação latino-americana quando bem entendesse¹⁴¹.

Se este tema foi um motivo para os governos de Brasil e Uruguai não compartilharem a mesma opinião, outra questão fez o governo brasileiro demonstrar insatisfação com os uruguaios. O assunto era o incômodo sentido pelo governo Castelo Branco com as constantes viagens de emissários políticos do ex-presidente João Goulart ao Uruguai. O Brasil propôs aos uruguaios que fossem mais rígidos na condução de sua política voltada para asilados políticos brasileiros.¹⁴²

Já nas relações entre o Brasil e a Argentina, como nos anos anteriores ao golpe militar as relações comerciais com os argentinos haviam se intensificado, foi firmado o Acordo Bilateral do Trigo em 1964. Além disso, após o golpe de Estado ocorrido no ano de 1966 em solo argentino, o governo Castelo Branco “reconheceu o novo governo por considerar que não houve intervenção estrangeira no derrocamento do presidente Arturo Illia e tendo em vista as declarações dos novos governantes de que os compromissos internacionais serão respeitados”.¹⁴³ Poucos meses depois, foi proposta pelo Brasil às autoridades argentinas a formação de um mercado comum entre as duas nações¹⁴⁴. Enquanto Castelo Branco esteve na presidência, Brasil e Argentina tentavam se manter de acordo em diversas questões debatidas na OEA, até mesmo porque um dos motivos era que ambos os governos se posicionavam contrários a movimentos comunistas na América Latina¹⁴⁵.

Neste contexto da política externa brasileira nos primeiros anos após o golpe que derrubou João Goulart, que tinha como um dos principais objetivos continuar o processo de aproximação político-econômico com as nações sul-americanas, o governo Castelo Branco manteve o bom relacionamento de décadas anteriores com um país que cada vez estava mais próximo do Brasil, o Paraguai.

2.2 As relações Brasil- Paraguai e o litígio fronteiriço

2.2.1 As relações Brasil-Paraguai

¹⁴¹ VIZENTINI, *A política externa do regime militar brasileiro*, 2004.

¹⁴² Ofício do Itamaraty de 07 de julho de 1966- CDO nº 513/601.3(41).

¹⁴³ Ofício do Itamaraty de 07 de julho de 1966- CDO nº 513/601.3(41).

¹⁴⁴ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *As relações regionais no Cone Sul: iniciativas de integração*, 1998.

¹⁴⁵ VIZENTINI, *A política externa do regime militar brasileiro*, 2004.

Na política externa de Castelo Branco, o então presidente teve um terreno favorável para manter a política de aproximação com o Paraguai graças aos avanços ocorridos desde a década de 1940. Quando Stroessner assumiu o poder depois de um golpe de Estado em 1954, ele intensificou as relações com o Brasil para também diminuir a esfera de influência da Argentina. No entanto, Stroessner não abandonou as relações com os argentinos até mesmo para que o Paraguai pudesse conquistar benefícios em meio à disputa geopolítica entre os dois grandes países sul-americanos. Vale ressaltar que partidos de oposição aos Colorados, como o Liberal e o Febrerista, eram simpáticos à aproximação paraguaia com os argentinos. Com estes antecedentes de aproximação, durante os primeiros meses do governo Castelo Branco, o Brasil buscou o apoio do Paraguai para aprovar projetos brasileiros em conferências internacionais e também no pedido de voto para ser membro temporário do Conselho de Segurança da ONU¹⁴⁶.

Nestes entendimentos entre Brasil e Paraguai, os militares brasileiros mantiveram investimentos em solo paraguaio como a Missão Militar, a Missão Cultural e a assistência técnica na construção da rodovia Concepcion-Ponta Porã (intermediando as relações do governo paraguaio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para concessão de crédito)¹⁴⁷. O governo Castelo Branco também intermediou as relações entre o governo paraguaio e o banco inglês *Bank of London & South América Limited* para concessão de crédito em virtude da construção do edifício da missão diplomática do Paraguai em Brasília. Isto porque, o edifício da embaixada paraguaia ainda estava no Rio de Janeiro¹⁴⁸. Além destes acordos, houve a inauguração do edifício da Faculdade de Filosofia em Assunção no dia 07 de setembro de 1964. Poucos dias depois deste fato, a embaixada paraguaia no Brasil enviou uma nota ao governo guarani contendo em anexo uma manchete do jornal *O Globo* de 09 de setembro, que noticiava a data futura da inauguração da Ponte da Amizade, que ocorreria no ano seguinte, com o intuito de aumentar a cooperação brasileira com o Paraguai¹⁴⁹. Foi em março de 1965 que a Ponte da Amizade foi inaugurada e tornou-se um grande marco nas relações entre ambas as nações. A imprensa brasileira na ocasião deu grande notoriedade ao fato como o jornal *O Globo*, que recebeu uma visita do embaixador paraguaio no Rio de Janeiro, Raul Peña, fazendo questão de cumprimentar o diretor chefe do referido periódico, Roberto Marinho, pelo destaque dado à inauguração da Ponte da Amizade¹⁵⁰.

¹⁴⁶ Ofício do Itamaraty de 19 de abril de 1965-CDO nº118.

¹⁴⁷ Ofício do Itamaraty de 22 de junho de 1965-CDO nº DAM/35/579. I (43).

¹⁴⁸ Telegrama Confidencial de 09 de fevereiro de 1965 – CDO nº CTRB/C/DPF/6/921.6(43). (42).

¹⁴⁹ Ofício do Itamaraty de 15 de setembro de 1964- M.R.P nº97.

¹⁵⁰ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 13 de setembro de 1964 M.R.P nº97.

O momento favorável nas relações brasileiro-paraguaias resultou em elogios feitos ao Brasil por Stroessner na Assembleia Legislativa do país guarani. Em abril de 1965, num pronunciamento feito na abertura dos trabalhos daquela instituição, o presidente paraguaio exaltou o governo Castelo Branco pela realização de tais feitos. Ademais, neste momento, demonstrou a importância dos investimentos do Brasil para o desenvolvimento paraguaio. O discurso de Stroessner foi de tamanha importância para o Brasil que o embaixador brasileiro em Assunção, Souza Gomes, enviou um documento para o Itamaraty para demonstrar que os projetos do Brasil no Paraguai estavam sendo reconhecidos publicamente pelo governo daquele país.¹⁵¹

Se em meados da década de 1960 as relações entre ambos os Estados eram de aproximação, ainda havia uma questão pendente na história Brasil-Paraguai: Sete Quedas. De fato, o encontro entre João Goulart e Stroessner em janeiro de 1964 simbolicamente teria selado a polêmica sobre a soberania da referida região com o acordo verbal para construção de uma hidrelétrica binacional. Porém, Sete Quedas voltaria a ser um tema polêmico entre Brasil e Paraguai depois de uma ação militar que colocou em risco o histórico processo de aproximação diplomática de ambos.

2.2.2 A ocupação

No final do mês de junho do ano de 1965, o governo brasileiro, através de um pequeno contingente de soldados pertencentes à 5ª Companhia de Fronteira, sediada na cidade de Guaíra, localizada no oeste do estado do Paraná, ocupou uma pequena faixa de fronteira denominada Porto Coronel Renato¹⁵². É provável que esta ocupação tenha tido como principal objetivo garantir a soberania brasileira naquela região. Soberania que não levava em conta apenas uma defesa territorial de Sete Quedas, mas o potencial econômico da mesma.

É importante mencionar neste trabalho que até o momento, a única obra a tratar deste assunto em profundidade foi a de Menezes. Por esse motivo, essa obra é aqui intensamente utilizada. Vale notar, contudo, que o trabalho de Menezes se baseia quase que exclusivamente em fontes jornalísticas. Assim sendo, minha pesquisa buscou trazer, a respeito desse assunto, novas informações e análises, provenientes de fontes documentais tanto brasileiras quanto paraguaias, além de outros órgãos de imprensa não utilizados por Menezes.

¹⁵¹ Ofício do Itamaraty de 5 de abril de 1965- CDO nº 245/920.(42).(43)

¹⁵² MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987.

Desde a década de 1950, como já foi visto, Sete Quedas despertava a atenção do Estado brasileiro, tendo em vista o potencial energético que aquela região poderia produzir. Juscelino Kubitschek deu o primeiro passo e seus sucessores continuaram o projeto de levantar estudos sobre o verdadeiro potencial da referida fronteira. Porém, o interesse brasileiro despertou o olhar da embaixada paraguaia no país, que imediatamente informou ao governo guarani das intenções do Brasil em Sete Quedas. O resultado disso foi a indignação do Estado paraguaio e a troca de notas entre os dois países defendendo seus pontos de vista sobre a soberania da região. Depois de quase dois anos de trocas de notas, Jango e Stroessner se encontraram em Mato Grosso, em janeiro de 1964, para resolver a questão decidindo de forma verbal que Sete Quedas seria fonte de benefício energético para Brasil e Paraguai.

Por mais que tenha sido um encontro informal de grande valor simbólico nas relações entre os dois países, João Goulart e Stroessner deixaram brechas para que o problema continuasse, tendo em vista que não houve a assinatura de um acordo diplomático naquele momento. É possível que Jango tivesse a noção de quando assinaria o acordo com o Paraguai já que o fim de seu mandato ocorreria em 1965. Provavelmente o então presidente brasileiro fez do encontro na fazenda Três Marias apenas um “catalizador” para que o impasse fosse resolvido. Porém, a conjuntura política interna no Brasil não permitiu que Jango continuasse no poder por mais tempo, devido ao golpe de Estado ocorrido dois meses depois, deixando o caso Sete Quedas “solucionado” informalmente. Com isso, o governo dos militares entrou em cena ocupando a região em litígio com o provável intuito de exigir do Paraguai a assinatura de um acordo que beneficiasse os interesses do Brasil.

Naturalmente a ocupação militar brasileira criou uma situação de incômodo no Paraguai. Se em 1962 as reclamações paraguaias sobre os estudos feitos pelo Brasil em Sete Quedas partiram na forma vertical da parte superior, ou seja, do Estado paraguaio, desta vez, a indignação teria partido de diversos setores sociais no Paraguai, num movimento de baixo para cima.

Em 1965 os paraguaios celebravam o centenário da Epopeia Nacional, o início da Guerra da Tríplice Aliança. No senso comum, o Brasil representava uma “mancha” na história do Paraguai devido a este conflito bélico, apesar dos esforços de aproximação entre ambas as nações nas décadas anteriores incluindo a revisão de textos didáticos que representavam o Brasil como um “vilão” na história diplomática do país guarani¹⁵³. A ocupação militar em Porto Coronel Renato esquentou os ânimos de diversos segmentos da sociedade paraguaia possibilitando que novos elementos surgissem para enriquecer a

¹⁵³ MORAES, Ceres. *A consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1963)*, 1996.

identidade nacional perante a polêmica atitude brasileira. Aos poucos, estava sendo formado um vínculo patriótico, independente de divergências internas, em prol de dado interesse comum: os direitos sobre Sete Quedas.

Se o momento representava simbologia (devido às comemorações da Epopeia Nacional), somado a questões momentâneas (a ocupação brasileira na região em litígio), havia a necessidade de intervenção do governo paraguaio. As manifestações advindas da própria sociedade paraguaia, além dos interesses nacionais que estavam em jogo, naturalmente interpretados como ameaça à soberania nacional pelo Estado do Paraguai, provocaram uma reação do governo Stroessner perante o seu tradicional aliado Estado brasileiro.

Logo adiante, veremos que o governo paraguaio contestou a atitude do Brasil de enviar militares a Porto Coronel Renato. Mas até o momento em que o governo brasileiro retirou os militares da área em litígio, houve muita polêmica nas relações entre os dois países. Para ter uma noção da gravidade do problema, em fevereiro de 1966, o governo paraguaio ordenou que seu embaixador no Brasil, Raul Peña, deixasse o país por tempo indeterminado. Tal fato, que trataremos em profundidade adiante, possivelmente teria sido uma consequência das declarações de Juracy Magalhães perante a Câmara dos Deputados em Brasília que se tornaram notícia, e tiveram suas publicações enviadas às autoridades paraguaias. O então chanceler brasileiro teria declarado que o contingente na fronteira visava à ocupação contra possíveis incursões de cidadãos paraguaios em Sete Quedas que poderiam abalar as relações entre Brasil e Paraguai no que diz respeito àquela região. Juracy foi questionado por um deputado federal pelo Paraná, Lirio Bertoli, sobre os problemas de segurança na referida fronteira. O chanceler informou que desde meados de 1965 alguns problemas ocorreram com sujeitos paraguaios, sendo por isso necessária a ocupação de um território nacional desde 1874¹⁵⁴. Sobre isto, Menezes menciona que “o capitão Gaidam, comandante da 5ª Companhia sediada em Guaíra, informou que alguns dias antes de Castelo Branco e Stroessner se encontrarem na Ponte da Amizade, em março de 1965, um grupo de soldados paraguaios invadiu o “território brasileiro” cantando “slogans” e *Viva Paraguai* e que puseram uma bandeira paraguaia em Porto Coronel Renato”¹⁵⁵.

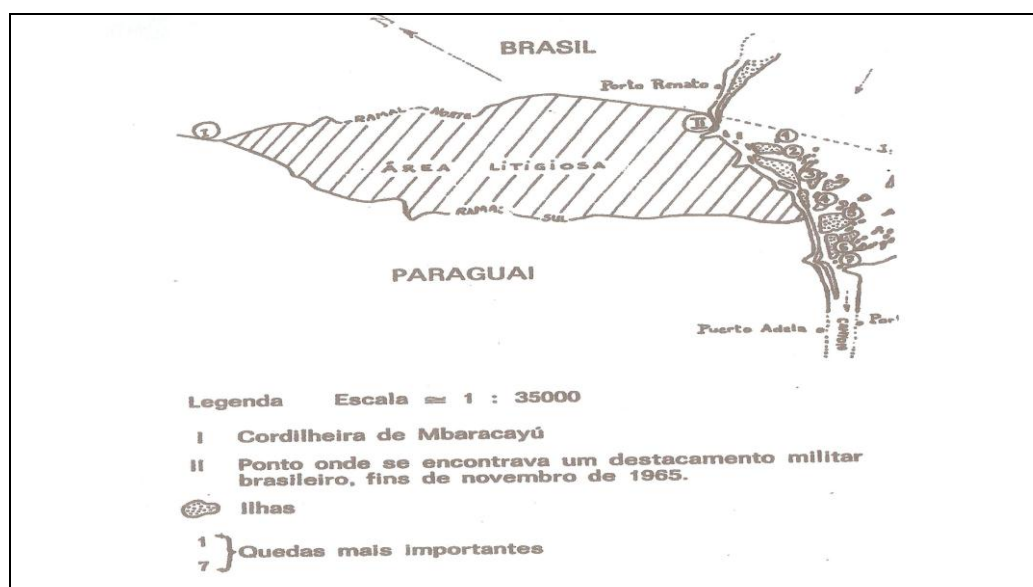
A quantidade de militares brasileiros em Porto Coronel Renato, a princípio, não parecia ser motivo para causar um intenso desgaste nas relações Brasil-Paraguai. Eram

¹⁵⁴ Ofício da embaixada paraguaia no Brasil para o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 12 de fevereiro de 1966- M.R.E nº7/66.

¹⁵⁵ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p.78.

apenas 15 homens, sendo um tenente, um sargento e 13 soldados¹⁵⁶. Mas a verdade era que este pequeno número era o suficiente para estremecer as conquistas de aproximação diplomática das duas décadas anteriores. Apesar de que em nenhum momento houve ameaças de ambos os lados de garantir a soberania de Sete Quedas através de um conflito bélico, as trocas de notas ocorridas a partir de setembro de 1965 demonstravam que aquela ocupação militar estava causando um momento de tensão na Bacia do Prata, pois nem o governo do Brasil, nem do Paraguai, abria mão de suas argumentações sobre a área em litígio.

Mapa 4: Mapa da área em litígio que demonstra onde estavam localizados os militares brasileiros¹⁵⁷



Fonte: CAUBET, Christian Guy. *As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata*. 1989, p.43.

2.2.3. O impasse diplomático Brasil-Paraguai

Em setembro de 1965, o governo do Paraguai enviou ao Itamaraty uma nota reclamando da atitude brasileira de ocupar uma região em litígio. Os paraguaios alegavam que Sete Quedas não havia sido demarcada até aquele momento, sendo por isso a atitude de

¹⁵⁶ Ofício da embaixada paraguaia no Brasil para o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 28 de junho de 1966- M.R.E nº 53/66.

¹⁵⁷ A presente figura é originalmente da obra *Los Derechos del Paraguay sobre los Saltos del Guairá* de Efrain Cardoso e foi citada por Christian Caubet no livro *As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata*.

ocupação militar brasileira uma ação irregular¹⁵⁸. No mês seguinte, o governo brasileiro respondeu à nota paraguaia, enviando um documento ao ministro de Relações Exteriores do Paraguai, Raul Sapeña Pastor. A nota foi escrita pelo embaixador do Brasil em Assunção, Jaime Souza Gomes¹⁵⁹.

O governo brasileiro enviou um documento extenso, contendo dezessete páginas, com o objetivo de esgotar toda a argumentação paraguaia. Souza Gomes utilizou os mesmos argumentos apresentados aos paraguaios na nota que havia sido enviada em setembro de 1962 (ver capítulo 1) alegando Sete Quedas ser pertencente ao Estado brasileiro. O embaixador do Brasil inclusive fez referência àquela nota para dar embasamento a sua justificativa. Na verdade, desta vez o Estado brasileiro foi mais detalhista, comparado a sua defesa apresentada aos paraguaios em 1962, tendo em vista que foram transcritos trechos das atas assinadas pela comissão mista de fronteira entre 1872 e 1874 que executou os limites definidos pelo Tratado de Paz e Limites entre ambas as nações¹⁶⁰.

Além da transcrição das atas assinadas na segunda metade do século XIX, período no qual ocorreram dezoito conferências, o governo brasileiro também transcreveu trechos das atas assinadas pela comissão mista de fronteira após a execução de seus trabalhos na década de 1930. Isto porque, como já foi visto, em 1927 foi assinado o Tratado Complementar de Limites que tinha como um dos principais objetivos recolocar marcos nos locais onde os antigos estavam destruídos, além de colocar novos onde não haviam sido colocados.

Mas no conteúdo do documento que foi escrito pelo embaixador Souza Gomes, apresentando o ponto de vista do governo brasileiro, os mais importantes para esta pesquisa foram os que ele transcreveu das atas da 16ª, 17ª e 18ª conferências assinadas em 1874 pela comissão mista de fronteira brasileiro-paraguaia. Isto porque, estas são de fundamental importância para compreender o posicionamento do Brasil. Na 16ª conferência, de 19 de outubro de 1874, foi apresentada a planta da serra de Maracaju e que havia sido assinada pela comissão mista de fronteira. A respeito desta, assim está escrito:

Esta linha traçada pelo mais alto da serra, parte do marco colocado junto a vertente principal do Iгатemi [...] e chega ao marco colocado nas vertentes do Ibicuhy [...]. Do marco do Ibicuhy segue a linha divisória por mato ao rumo de 51ª S.E e distância de 12 Km [...] neste último rumo chega a 5ª e mais importante das Sete Quedas, que são formadas pelo encontro da serra com o Rio Paraná, havendo em frente uma pequena ilha¹⁶¹.

¹⁵⁸ Ofício do Itamaraty de 25 de setembro de 1965- D.P.I nº527.

¹⁵⁹ Ofício do Itamaraty de 29 de outubro de 1965- CDO nº 310.

¹⁶⁰ Ibid.

¹⁶¹ Ibid.

A planta da fronteira entre Brasil e Paraguai pelo Rio Paraná, por sua vez, foi apresentada e assinada pela comissão mista na 17ª conferência, realizada em 20 de outubro de 1874. Já quatro dias depois foi assinada a planta de toda a fronteira entre os dois países na 18ª e última conferência. A comissão mista de fronteira brasileiro-paraguaia somente se reuniria novamente após a assinatura do Protocolo de Instruções, ocorrida em 1930, para dar sequência ao processo de colocação e recolocação de marcos. Infelizmente, durante o desenvolvimento da presente dissertação, não foi possível ter acesso à planta que havia sido mencionada pelo embaixador Souza Gomes em sua nota de resposta ao governo paraguaio. Mas é possível perceber que pelo menos no papel o cume da serra de Maracaju até então ligava a 5ª e mais importante das quedas. Ou seja, o ramal sul da referida serra era o ponto mais alto, sendo por isso Sete Quedas pertencente ao Brasil. No entanto, vale mencionar novamente, que em 1874 o Paraguai era um país praticamente submisso ao Brasil devido à derrota na Guerra da Tríplice Aliança. Por isso, mesmo que as autoridades da nação guarani discordassem publicamente de que não era a 5ª queda o ponto mais alto que ligava o cume da serra de Maracaju, não restava alternativa a não ser ceder ao assinar um documento que contém esta informação.

No capítulo anterior, foi mencionado que na década de 1930 o contexto interno no Paraguai era de grandes transformações, sobretudo políticas. Após a vitória sobre a Bolívia na Guerra do Chaco, o nacionalismo paraguaio havia ganhado impulso e diversas transformações haviam ocorrido, como o processo revolucionário que ascendeu ao poder em fevereiro de 1936 e iniciou uma nova fase na história do Paraguai. Em 1938, quando esta nação estava sendo presidida pelos *febreristas*, houve a assinatura do Tratado Complementar de Limites com a Argentina e o Tratado de Paz, Amizade e Limites com a Bolívia. Ambos deram sequência ao processo de demarcação fronteiriça da região ocidental do Paraguai com seus vizinhos. Naquele mesmo ano, a comissão mista brasileiro-paraguaia estava dando sequência aos seus trabalhos de caracterização fronteiriça de acordo com os tratados de 1872 e 1927 na região das Sete Quedas. Segundo o embaixador brasileiro, Souza Gomes, foi naquele ano de 1938 que os paraguaios da comissão mista pararam suas atividades na margem direita do Rio Paraná. Na ocasião, como já vimos anteriormente, os paraguaios não quiseram lavrar os marcos até então construídos e outros que estavam sendo previstos¹⁶².

Vale ressaltar novamente que o provável motivo deste recuo dos comissários paraguaios, é que a partir do momento em que estes apresentaram dúvidas sobre a ligação do cume da serra de Maracajú até a 5ª queda como o ponto mais alto, acreditando que o ramal

¹⁶² Ibid.

norte da mesma era o mais alto, o governo da nação guarani no final da década de 1930, em meio à exaltação nacionalista vivenciada em solo paraguaio naquele contexto, apoiou os membros da comissão mista a não assinarem os documentos que futuramente seriam citados por Souza Gomes na nota de resposta ao Paraguai em outubro de 1965. A partir de então, a questão Sete Quedas passou a ser um problema que foi intensamente debatido na década de 1960, num momento em que algumas pessoas no Brasil, ou no Paraguai, devem ter feito a seguinte pergunta: afinal, Sete Quedas era brasileira ou paraguaia?

Bem, se a região era brasileira ou paraguaia, o fato é que esta se tornou ao longo das décadas posteriores a década de 1930 objeto de desejo energético para o Brasil. Já foi mencionado no capítulo anterior que na segunda metade da década de 1950 o governo brasileiro direcionou esforços para conhecer o verdadeiro potencial econômico de Sete Quedas. No início da década de 1960 o projeto teve sequência num momento em que estava sendo criada em 1962 a Eletrobrás para coordenar todas as empresas do setor elétrico brasileiro. Vale ressaltar que a situação energética no Brasil neste contexto não era das mais favoráveis. Segundo Skidmore, o setor de energia “não conseguia atender à demanda básica do Rio e São Paulo. Os gerentes de fábricas do parque industrial paulista eram muitas vezes obrigados a recorrer aos geradores a diesel para não paralisarem a produção e no Rio de Janeiro freqüentemente se racionava água e eletricidade”¹⁶³.

A tentativa de suprir a demanda energética no Brasil teve sequência no governo dos militares. Seguindo de forma paralela aos projetos de reforma financeira, econômica e administrativa para impulsionar o desenvolvimento do país, “o governo federal, sob a direção do presidente Castelo Branco, buscava de forma progressiva, apesar de alguns tropeços, alcançar a estrutura econômica empresarial para o setor de energia elétrica”¹⁶⁴.

Num encontro entre ministros, no qual estavam o do Planejamento (Roberto Campos), Minas e Energia (Mauro Thibau) e da Fazenda (Octávio Bulhões), além do presidente da Eletrobrás (Marcondes Ferraz), ocorrido no final do primeiro semestre de 1964, ficaram projetados os rumos da política econômica do país que incluía a questão energética. A definição clara dos projetos para este setor foi feita pelo ministro de Minas e Energia, Mauro Thibau, com a aprovação do presidente Castelo Branco. Neste sentido, a projeção definida para o setor energético foi ao encontro do projeto voltado para a economia geral do país. Ou seja, de controle do Estado sobre diversas empresas, “atuando em alguns poucos setores básicos, o qual pudesse arrastar, no processo de crescimento e através de encomendas

¹⁶³ SKIDMORE, Thomas. *De Castelo a Tancredo*, 1988, p.428.

¹⁶⁴ LEITE, Antonio Dias. *A Energia do Brasil*, 1997, p.152.

regulares de bens e serviços, grande número de empresas privadas, às quais deveria ser assegurada grande liberdade de ação”¹⁶⁵. Como reflexo desta política, em novembro de 1964 a Eletrobrás finalizou o processo de compra junto à Amforp (*American & Foreign Power*) de todas as suas ações, que proporcionaram à estatal o primeiro lugar na geração de energia elétrica no Brasil, com 54% dos 7.400 MW de potência instalada¹⁶⁶.

Neste contexto de projeções para o setor energético, é provável que o governo Castelo Branco enviou militares para ocupar a região de Sete Quedas por ser conhecido o potencial energético desta. Mas, seria necessário ocupar militarmente esta região para garantir o usufruto econômico? Bem, é possível apontar que tal atitude foi um ato de soberania perante o Paraguai para eliminar qualquer obstáculo que impedisse os direitos do Brasil em Sete Quedas, tendo em vista que até recentemente a nação guarani havia reclamado dos estudos feitos pelo Estado brasileiro na referida região. E sobre a ocupação, o governo brasileiro fez a seguinte exposição através da nota do embaixador Souza Gomes:

Quanto à solicitação feita no item 10 da nota D.F.I, nº 527, no sentido de que o pequeno destacamento do nosso Exército seja transferido de um ponto do território brasileiro para outro ponto do território brasileiro situado mais ao norte do limite internacional, reitero as explicações desde já dadas pelo meu governo de que ‘o diminuto contingente militar sediado em Porto Coronel Renato não pode representar inconveniente ou prejuízo algum para o país amigo, e que sua presença, nem de longe, poderia denotar propósitos de pressão, coação ou represália por parte do governo brasileiro’. Assim sendo, informo Vossa Excelência de que, no exclusivo interesse da segurança interna do Brasil, o meu governo se reserva o direito de reforçar o destacamento sediado em Porto Coronel Renato ou estabelecê-lo em caráter permanente¹⁶⁷.

Neste trecho do documento, o governo brasileiro deixou o seu recado para o Paraguai: a região é do Brasil e não se abre mão dela. Para demonstrar isto fez a seguinte afirmação:

O governo brasileiro, inspirado no mais elevado sentimento de boa convivência e desejoso de resguardar a harmonia continental, tão necessária na presente conjuntura histórica, estará pronto, a qualquer momento, a que o desentendimento existente entre as duas nações, em termos de caracterização da fronteira comum no Salto Grande das Sete Quedas, seja submetido ao alto julgamento de uma arbitragem internacional.¹⁶⁸

Ao expor que estava disposto a levar a questão Sete Quedas para um tribunal internacional, pode-se compreender que o aviso dado pelo governo brasileiro soou com um

¹⁶⁵ Ibid. p.147.

¹⁶⁶ ELETROBRAS.COM < http://www.eletrobras.gov.br/40anos/interno_62-66> Acessado em abril de 2012.

¹⁶⁷ Ofício do Itamaraty de 29 de outubro de 1965- CDO nº310

¹⁶⁸ Ofício do Itamaraty de 29 de outubro de 1965 – CDO nº310.

tom de ameaça, no sentido de “se aceitar ‘bem’, se não aceitar ‘ruim para vocês’”. Pelo jeito, o governo brasileiro acreditava que aquele documento de outubro de 1965 encerraria de vez o litígio fronteiro da seguinte maneira: ou os paraguaios seriam convencidos pela argumentação da nota de resposta, ou os mesmos deixariam de continuar com as reivindicações sobre a soberania de Sete Quedas entendendo que a nação guarani seria derrotada em uma arbitragem internacional. Porém, sobre isto, Menezes questiona: se “o Brasil realmente acreditava que Sete Quedas lhe pertencia, por que, então, entregar o assunto para ser definido em fórum internacional? Se Sete Quedas era uma posse brasileira por Tratados e acordos, por que pública e oficialmente levantar dúvidas pedindo mediação internacional?”¹⁶⁹.

Pelas evidências, se o governo brasileiro provavelmente acreditou que o ponto final do litígio fronteiro seria levar o problema para uma arbitragem internacional, acreditando que isto não aconteceria porque os paraguaios se intimidariam, o governo do Paraguai manteve sua posição sobre Sete Quedas. Afinal, como mencionou Menezes, a possibilidade de levar para uma arbitragem internacional o problema demonstrou que o governo brasileiro pode ter dado um “tiro no pé”, pois deixou margens para dúvidas que estimularam os paraguaios a insistir por seus direitos naquela fronteira. Para exemplificar outra opinião sobre isto, num artigo intitulado “*Postura frouxa*” do *Jornal do Brasil* de fevereiro de 1966, os editores do periódico criticaram o governo brasileiro por ter proposto a solução do caso em um tribunal internacional, pois isto colocou em dúvida se Sete Quedas já estava demarcada, alimentando as afirmações paraguaias de “mão beijada”. Esta publicação foi recortada pela embaixada paraguaia no Brasil e foi enviada para o governo de Assunção.¹⁷⁰

Enquanto os militares brasileiros ocupavam Porto Coronel Renato, o governo paraguaio aprofundava seus estudos sobre a demarcação de Sete Quedas. Nesse cenário, enquanto uma nova nota paraguaia não era enviada ao Brasil, diversos opositores de Stroessner, que estavam em outros países devido à repressão do seu regime ditatorial, chamavam o presidente paraguaio de “conivente” com os interesses brasileiros nas Sete Quedas. Para Menezes, “não se tem dúvida em afirmar que o incidente colocava o governo Stroessner contra a parede no Paraguai, principalmente pela presença militar na área considerada em litígio”.¹⁷¹ Porém, a polêmica sobre Sete Quedas não necessariamente possibilitaria que a força popular de Stroessner degenerasse, tendo em vista que seu governo

¹⁶⁹ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p.75.

¹⁷⁰ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai - R.E nº12-66.

¹⁷¹ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p. 72.

estava em um momento de consolidação após pouco mais de uma década. Na verdade, o litígio fronteiriço serviu de armamento para a oposição bombardear um escudo do ditador paraguaio e não toda a sua armadura, ao ponto de derrubá-lo. Neste sentido, vale novamente mencionar que a oposição política de Stroessner eram diversos partidos, sendo os mais contundentes: o Liberal, o Febrerista e o Democrata Cristão. A maioria daqueles que criticavam Stroessner eram exilados políticos na Argentina e no Uruguai. Ou seja, devido à perseguição política praticada por Stroessner internamente, foi no exílio que seus adversários tentaram derrubá-lo, tendo em vista o aparato político-militar que estava à volta do ditador como instrumento de manutenção de seu poder.

Atenta a tudo que ocorrera em solo paraguaio, principalmente sobre questões que envolvessem o litígio fronteiriço, houve o alerta da embaixada do Brasil em Assunção de que o Paraguai poderia denunciar o litígio com o Brasil em conferências internacionais. Afinal, nada impediria que os paraguaios buscassem apoio de outras nações sul-americanas para defender os seus direitos sobre a região de Sete Quedas. Neste sentido, vale ressaltar novamente que a proposta brasileira de levar a disputa para uma arbitragem internacional pode ser entendida até aquele momento como uma mera pressão, pois o governo Castelo Branco, no mínimo, acreditava que os paraguaios recuariam por não ter provas suficientes para defender a tese de que Sete Quedas não estava demarcada. A precaução da embaixada brasileira em Assunção ocorreu durante o II Encontro Extraordinário de Ministros de Relações Exteriores, em novembro de 1965, quando o Equador apresentou oficialmente o litígio fronteiriço que estava enfrentando com o Peru.

Diante da atitude da Delegação equatoriana, não seria improvável que o Paraguai procedesse de igual forma, com relação á pretensa invasão de seu território por forças brasileiras, na região de Guáira¹⁷².

Por mais que houvesse uma brecha para discussão sobre litígios fronteiriços,¹⁷³ as representações diplomáticas de Brasil e Paraguai não trataram do “caso Sete Quedas” naquele evento. Afinal, apesar dos atritos sobre aquela fronteira, ambas as nações estavam passando por um momento de aproximação política e econômica que nas últimas décadas estava se fortalecendo. Por isso, seus governos confiavam na possibilidade de resolver diretamente a

¹⁷² Ofício do Itamaraty de 22 de novembro de 1965- CDO nº 913.

¹⁷³ Neste mesmo período, apesar de não ter sido mencionado no II Encontro Extraordinário de Ministros de Relações Exteriores, havia uma divergência fronteiriça entre o Chile e a Argentina, na região de Laguna Del Desierto, onde um tenente chileno e seus comandados foram assassinados por militares argentinos. Naquele mesmo período, a Comissão Chileno-Argentino de Limites estava desenvolvendo trabalhos de caracterização fronteiriça na região (*FOLHA DE SÃO PAULO*, 22 de novembro de 1965).

divergência sobre Sete Quedas. Tanto que alguns dias depois, o governo brasileiro enviou um representante à capital paraguaia para propor soluções que resolvessem o litígio fronteiriço.

O personagem brasileiro que entrou em cena como representante do país em Assunção foi ninguém menos do que Golbery Couto e Silva. No início do capítulo anterior foi mencionada a importância deste homem para os estudos da Geopolítica brasileira que foram inclusive publicados na década de 1960, nos quais o então general demonstrava o seu posicionamento favorável aos Estados Unidos na conjuntura bipolar da Guerra Fria. Golbery foi o criador do Serviço Nacional de Informações (SNI) e era o chefe do mesmo naquela época.¹⁷⁴. Estas linhas dedicadas a Golbery demonstram a importância do “caso Sete Quedas” para o governo Castelo Branco, pois este enviou para o Paraguai um dos principais nomes políticos, militares e intelectuais do país naquele período. Porém, a escolha de Golbery provavelmente não levou em conta apenas sua habilidade política e seu conhecimento sobre Relações Internacionais, mas também o fato do mesmo ter sido uma das autoridades brasileiras que fizeram parte da missão militar do país no Paraguai na década de 1950. Ou seja, Golbery conhecia de perto os principais nomes do governo paraguaio chefiado por Stroessner.

A viagem de Golbery para o Paraguai foi mais um motivo de críticas ao governo Castelo Branco feitas pelo jornal *Última Hora* que era um dos maiores em circulação no Brasil contrários aos militares no poder. Em um pequeno trecho, o periódico carioca questionou qual seria a razão de Golbery visitar o governo de Stroessner e supôs que a viagem teria como principal objetivo a polêmica sobre Sete Quedas. Para o jornal, o governo brasileiro tinha a obrigação de informar à população quais eram os principais motivos do encontro de Golbery com as autoridades do Paraguai. Vale ressaltar que a movimentação de setores da sociedade paraguaia contrários à ocupação militar brasileira na fronteira litigiosa já chamavam a atenção da imprensa no Brasil e isto possibilitou que o “caso Sete Quedas” ficasse mais conhecido em diversos meios de comunicação brasileiros¹⁷⁵.

Golbery Couto e Silva se encontrou duas vezes com o presidente Stroessner e também com o Conselho Nacional Assessor de Limites do Paraguai para tentar resolver o impasse sobre a região de Sete Quedas, além de ter entregue ao presidente paraguaio uma carta do presidente Castelo Branco¹⁷⁶. Mesmo tendo tomado a decisão de enviar o general Golbery do Couto e Silva com a missão de negociar uma solução para a crise,¹⁷⁷ o governo brasileiro

¹⁷⁴ SKDMORE, Thomas. *De Castelo a Tancredo*, 1988.

¹⁷⁵ *ÚLTIMA HORA*, 26 de novembro de 1965.

¹⁷⁶ *ÚLTIMA HORA*, 29 de novembro de 1965.

¹⁷⁷ *ÚLTIMA HORA*, 26 de novembro de 1965.

“reforçou a ocupação do território em litígio, enviando para lá um batalhão de pára-quedistas e quatro aviões de combate”¹⁷⁸. Este fato demonstra o posicionamento brasileiro no impasse diplomático, pois se os paraguaios não recuassem perante as justificativas do Brasil durante a visita de Golbery, o governo Castelo Branco estaria disposto a intensificar a sua permanência na área em litígio para manter a posição privilegiada do país contra o Paraguai na crise sobre Sete Quedas.

Como consequência deste reforço militar de ocupação, as manifestações de repúdio no Paraguai contra o Brasil estavam aumentando consideravelmente. A oposição a Stroessner intensificava suas críticas ao governo e movimentos estudantis gritavam slogans chamando o Brasil de “imperialistas”¹⁷⁹. Esta pressão interna que a cada dia ganhava as manchetes dos periódicos paraguaios provavelmente teve peso significativo para o governo Stroessner não recuar perante as argumentações de Golbery, tendo em vista que grandes interesses de Estado estavam em jogo. Ao contrário das críticas de opositoristas feitas no exterior, os movimentos estudantis, nesta questão sobre Sete Quedas, atuaram dentro do território paraguaio, mas segundo Menezes, foram repreendidos por militares da nação guarani quando os protestos eram direcionados de forma violenta contra a embaixada brasileira em Assunção¹⁸⁰.

Ainda tratando sobre a visita de Golbery Couto e Silva a Assunção, a proposta do general e estudioso brasileiro foi a mesma firmada verbalmente entre João Goulart e Stroessner quase dois anos antes. Golbery propôs “que ambos países explorassem juntos o potencial energético de Sete Quedas”¹⁸¹. Se a proposta fosse simplesmente neste tom cordial, levando em conta os direitos paraguaios de soberania retirando os militares brasileiros de Sete Quedas, tudo poderia ter sido resolvido em novembro de 1965 na viagem de Golbery a Assunção. Mas este propôs num gesto de superioridade que teria irritado as autoridades paraguaias e provocou a continuidade do impasse. Segundo Menezes, Golbery pediu para que “o Paraguai aceitasse sem discussão, a posse e os direitos brasileiros sobre Sete Quedas”¹⁸². Em outras palavras, Golbery teria simbolicamente estendido a mão em troca de submissão. Naturalmente, isto catalisou o patriotismo paraguaio contra o Brasil neste impasse.

Ao retornar para o Brasil, o general brasileiro teve de noticiar ao governo Castelo Branco que suas negociações haviam fracassado. Com isso, a proposta brasileira ao Paraguai

¹⁷⁸ Ibid.

¹⁷⁹ MENEZES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner*, 1987.

¹⁸⁰ Ibid.

¹⁸¹ Ibid, p. 81.

¹⁸² Ibid.

de levar o “caso Sete Quedas” para uma arbitragem internacional, que era possivelmente até aquele momento considerada uma pressão para intimidar os paraguaios, acreditando que estes não teriam provas suficientes para defender seus argumentos, passou a ser vista pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil como uma necessidade. Em 1º de dezembro de 1965, o Itamaraty informou oficialmente que o Brasil aceitava um tribunal arbitral internacional para decidir a questão da fronteira com o Paraguai. O tribunal seria escolhido de comum acordo entre os dois países, esperando apenas a resposta do Paraguai à sugestão brasileira.¹⁸³

Contudo, naquele momento, o governo Stroessner não se manifestou sobre o anúncio do Itamaraty. O fato é que internamente, para o ditador, o impasse era conveniente em função de seu governo a fim de ter mais um motivo de desviar a atenção da opinião pública do país das atitudes antidemocráticas que praticava, até porque a ocasião permitia fazer do litígio um tema de oportunismo que favorece a imagem de Stroessner em defesa dos direitos nacionais. No entanto, o governo paraguaio se desgastaria de forma intensa caso as divergências com o Brasil aumentassem colocando em risco as conquistas de aproximação de décadas anteriores que eram fundamentais para ambos os países no cenário geopolítico¹⁸⁴. É importante mencionar mais uma vez que num primeiro momento diversos setores da sociedade paraguaia repudiaram a ocupação militar brasileira em Porto Coronel Renato. Com tamanha repercussão, o governo paraguaio agiu de forma oficial exigindo que o governo brasileiro retirasse as tropas daquela área. Uma reação que não levou em conta apenas a repercussão popular, mas os interesses nacionais. Os principais opositores de Stroessner, que incluía ex-membros do Partido Colorado, e que viviam no exterior, aproveitaram a oportunidade para atacar Stroessner chamando-o de culpado por aquela ocupação. Mas o ditador paraguaio aproveitou a repercussão do litígio fronteiro para expor na imprensa cotidianamente o que o governo paraguaio estava fazendo para conquistar os direitos de Sete Quedas. Ou seja, desviou o olhar da sociedade dos problemas internos para questões externas. Mais adiante trataremos sobre isto de forma profunda.

Vale ressaltar que, neste mesmo período, como veremos no próximo capítulo, os paraguaios reivindicavam a livre navegação pelo rio Paraná e estavam tendo problemas sobre isso com a Argentina. Esta liberdade de navegação estava relacionada às reivindicações do governo paraguaio perante o Estado da Argentina de permitir às embarcações da nação guarani navegarem em território argentino sem a necessidade da fiscalização argentina. Isto

¹⁸³ *ÚLTIMA HORA*, 02 de dezembro de 1966

¹⁸⁴ MENEZES, *A herança de Stroessner*, 1987.

porque, em janeiro de 1965, embarcações paraguaias foram apreendidas por fiscais argentinos com a alegação de contrabando. A partir de então, o governo de Buenos Aires havia determinado que todas as embarcações paraguaias fossem fiscalizadas quando adentrassem em território argentino. Tal fato foi entendido pelo governo Stroessner como um insulto à livre navegação do Rio Paraná. Ou seja, tendo em vista o fato de os paraguaios estarem vivenciando naquela época intrigas diplomáticas com seus maiores vizinhos, não era interessante intensificar duas frentes de conflito diplomático no Prata, correndo risco de ser derrotado pelos dois grandes países em questões de relevância para a nação guarani.

No final de 1965, em resposta à nota brasileira, o ministro de Relações Exteriores, Raul Sapeña Pastor, enviou um extenso documento no qual recusava os argumentos do governo brasileiro. O então chanceler paraguaio insistia em afirmar que, apesar da assinatura dos tratados de 1872 e 1927, “existia uma pequena faixa de terra de 20 quilômetros entre o ponto 341/IV e o chamado Salto de Guaíra que até aquele momento não havia sido demarcada”. Ademais, acrescentou que como consequência “de uma guerra de extermínio”, na qual o Paraguai foi derrotado na Guerra da Tríplice Aliança, os paraguaios estiveram à mercê do Tratado de Paz e Limites, em 1872¹⁸⁵. E além destas ponderações, sugeriu soluções para que o problema fosse resolvido fazendo a seguinte explanação:

a-) Que el gobierno de los Estados Unidos del Brasil retire de la zona no demarcada aún (un trecho de 20 Kilómetros entre el hito 341 y los Saltos del Guairá) sus fuerzas militares de ocupación, a objeto a ser posible la solución pacífica del diferendo de demarcación.

b-) Que la Comisión Mixta de Límites y Caracterización de la Frontera prosiga normalmente sus trabajos, para cuyo objeto el Gobierno del Brasil dispondrá la concurrencia de su Delegación a la 26ta. Conferencia de la Comisión Mixta, convocada para reunirse en Asunción, en una fecha que se fijará de nuevo por acuerdo de ambos Gobiernos.

c-) Que em caso de desacuerdo entre los Gobiernos del Paraguay y del Brasil en el seno de su Comisión Mixta, ambos Gobiernos recurran a todos los medios de solución pacífica de los conflictos internacionales, comenzando por negociaciones directas¹⁸⁶.

Em síntese, a nota demonstra que o documento enviado pelo governo brasileiro em outubro de 1965 não convenceu os paraguaios e estes insistiriam na defesa de seus direitos nas Sete Quedas. Porém, esta claro que o governo paraguaio respeitava o Brasil como um importante parceiro geopolítico e que por este motivo acreditava que o impasse poderia ser solucionado de forma pacífica, apesar dos conflitos de interesse. Na verdade, o que mais

¹⁸⁵ *ÚLTIMA HORA*, 26 março de 1966.

¹⁸⁶ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 01 de abril de 1966 M.R.E.P.N- 23/66.

incomodava a nação guarani não era o discurso brasileiro de soberania sobre Sete Quedas, mas sim, a ocupação militar na área em litígio.

Após o envio da nota paraguaia, houve muita expectativa no Paraguai para saber qual seria a resposta brasileira. A imprensa naquele país estava atenta a tudo que estivesse relacionado à questão Sete Quedas no Brasil. Tamanha era a importância da repercussão do litígio fronteiro em solo brasileiro que a embaixada paraguaia no Rio de Janeiro contratou nos primeiros dias do ano de 1966 uma empresa de serviços de recortes periódicos no intuito de ser informada sobre tudo que fosse publicado sobre o “caso Sete Quedas” no Brasil¹⁸⁷. E uma das notícias publicadas pelo *Jornal do Brasil* naquele mês de janeiro foi considerada de grande destaque para a embaixada paraguaia no Brasil ao enviar o recorte da publicação para o governo de Assunção. Na ocasião, o periódico fluminense reservou duas páginas inteiras sobre o litígio fronteiro informando os motivos que geraram a polêmica entre Brasil e Paraguai. E ainda acrescentou a informação de que o embaixador brasileiro em solo paraguaio, Souza Gomes, estava no Brasil desde o natal de 1965 e havia pedido ao Itamaraty para que fosse ampliada a segurança policial da embaixada brasileira em Assunção e também na sua residência naquele país para evitar que estes locais fossem alvos de manifestações violentas devido à ocupação militar brasileira em Porto Coronel Renato. Na ocasião, estes dois lugares estavam sob proteção reforçada de policiais paraguaios¹⁸⁸.

Ainda em janeiro de 1966, o periódico paraguaio *La Tarde* publicou a notícia de que no Rio de Janeiro foi informado que o então chanceler Juracy Magalhães se encontraria com seus colaboradores e trataria sobre o “caso Sete Quedas” durante o encontro.¹⁸⁹ No entanto, apesar de notícias como esta, o Itamaraty estava demorando em responder a nota de Sapeña enviada no mês anterior causando indignação à imprensa paraguaia. Em diversos momentos, alguns periódicos daquele país, através de artigos publicados, chamavam o Itamaraty de “arrogante” também por agir com “desprezo” em relação ao Paraguai¹⁹⁰.

Enquanto a resposta brasileira não era enviada ao governo paraguaio, a embaixada da nação guarani no Rio de Janeiro enviava constantemente para Assunção recortes de publicações sobre o litígio fronteiro publicados na imprensa brasileira. Foi o caso do periódico *O Globo* de 27 de fevereiro de 1966, que publicou a manchete “*paraguaios estão dispostos a bisar guerra do Chaco, por problema na fronteira*”, referindo-se à euforia de

¹⁸⁷ Ofício da Embaixada paraguaia no Brasil para o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 14 de janeiro de 1966.-D.P.I nº14.

¹⁸⁸ Recorte do Jornal do Brasil anexado ao ofício da Embaixada paraguaia no Brasil para o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 05 de janeiro de 1966-R.E nº1.

¹⁸⁹ Ofício do Itamaraty de 25 de janeiro de 1966- CDO nº 47/254(43).

¹⁹⁰ *ÚLTIMA HORA*, 16 de fevereiro de 1966.

exilados paraguaios em Montevideo e Buenos Aires que declaravam estarem prontos os cidadãos da nação guarani para enfrentarem as tropas brasileiras em Porto Coronel Renato da mesma maneira que enfrentaram tropas bolivianas na defesa do Chaco¹⁹¹.

Notícias como esta publicada no jornal *O Globo*, foram questionadas por repórteres brasileiros ao embaixador paraguaio no Brasil. Raul Peña negou que tais informações “representavam a opinião do povo e do governo paraguaio.”¹⁹² É provável que Raul Peña tenha negado tais informações à imprensa brasileira para evitar até aquele momento que suas declarações desgastassem ainda mais as relações com o Brasil, acreditando que poderia solucionar o impasse de forma cordial, tendo em vista a importância brasileira para os paraguaios no cenário geopolítico sul-americano. Tanto que alguns dias depois o mesmo embaixador declarou à imprensa paraguaia que o governo de seu país não queria “brigar com o Brasil.”¹⁹³

Mas não foram estas manifestações dos exilados paraguaios que motivaram repórteres a entrevistar Raul Peña. O que motivou sua entrevista foi a atitude rígida do governo paraguaio naquele mês de fevereiro de 1966 de pedir que o próprio embaixador deixasse o Brasil, provavelmente como uma demonstração de retaliação diplomática que geralmente é considerada um dos atos mais graves quando um país está diplomaticamente divergente por algum motivo perante o outro, gerando desconforto em suas relações. Na ocasião, Raul Peña, quando questionado a respeito da data de seu regresso ao Brasil, informou que ficaria fora do país por tempo indeterminado¹⁹⁴.

Apesar da tensão brasileiro-paraguaia no mês de fevereiro ter aumentado pelas circunstâncias, o embaixador paraguaio Raul Peña retornou ao Rio de Janeiro no início do mês de março, suavizando ligeiramente aquele incômodo diplomático. Para evitar que as divergências piorassem, o governo brasileiro preparou cautelosamente o documento de resposta a ser enviado para o Paraguai ao ponto do próprio presidente Castelo Branco ter participado da reunião do Conselho de Segurança que aprovou o conteúdo da nota naquele mesmo mês¹⁹⁵. Na ocasião estava presente o general Golbery Couto e Silva que pouco tempo antes havia se encontrado com Stroessner para tentar solucionar o impasse. Golbery expôs

¹⁹¹ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 28 de fevereiro de 1966 R.E. nº12-66.

¹⁹² *ÚLTIMA HORA*, 28 de fevereiro de 1966.

¹⁹³ *ÚLTIMA HORA*, 10 de março de 1966.

¹⁹⁴ *ÚLTIMA HORA*, 28 de fevereiro de 1966.

¹⁹⁵ *ÚLTIMA HORA*, 12 de março de 1966.

aos integrantes do Conselho os motivos relacionados ao problema com o Paraguai, propondo soluções e apontando possíveis riscos¹⁹⁶.

A nota foi enviada ao Paraguai no final daquele mês e Juracy Magalhães informou à imprensa brasileira alguns trechos daquele documento. Segundo o chanceler brasileiro, o Brasil negava-se a discutir com os paraguaios a soberania de Sete Quedas, “uma vez que a fronteira entre os dois países ficou integralmente definida nos Tratados de 1872 e 1927, e perfeitamente demarcada”. Acrescentou que o governo brasileiro não aceitava as acusações do Estado paraguaio, o qual alegava a demarcação da região em questão “insuficiente mesmo com a assinatura dos tratados de 1872 e 1927.”¹⁹⁷ Ou seja, o governo brasileiro utilizou os mesmos argumentos da nota enviada ao Paraguai no mês de outubro de 1965, não acrescentando nenhuma novidade.

A nota brasileira não apenas esquentou os ânimos de diversos setores da sociedade paraguaia, mas enfureceu o governo Stroessner que até aquele momento negava publicamente querer “brigar” com o governo Castelo Branco, acreditando que haveria um desfecho cordial devido à aproximação entre os dois países¹⁹⁸. Com isso, para Stroessner, o diálogo com os brasileiros já não fazia mais diferença. A solução seria apelar para uma arbitragem internacional que já havia sido uma proposta do Brasil no final de 1965. Para não ir desprevenido a um tribunal, o Conselho Nacional de Limites do Paraguai,¹⁹⁹ se reuniu novamente em meados do mês de abril de 1966 com o intuito de levantar provas que pudessem ser um trunfo para a nação guarani. Isto é, defender os direitos paraguaios era mais uma maneira de Stroessner conquistar a população, ao mesmo tempo sendo uma necessidade para o país, acima de qualquer interesse partidário, que exigia ousadia política no cenário internacional. Mais adiante, veremos que os principais partidos de oposição aos *colorados*, percebendo o risco do Paraguai perder para o Brasil, oficializaram neste mesmo período o apoio ao governo Stroessner para defender os direitos do país na zona dos Saltos das Sete Quedas.

A habilidade do governo ditatorial paraguaio ao tratar sobre o “caso Sete Quedas” de uma maneira favorável ao regime teve um momento simbólico de declaração oficial de “guerra diplomática” contra o Brasil. Uma declaração que não apenas teve grande impacto no cenário interno do Paraguai como também em solo brasileiro. No primeiro dia do mês de abril de 1966, o presidente Stroessner fez um pronunciamento criticando a atitude brasileira

¹⁹⁶ VIANA FILHO, Luís. *O governo Castelo Branco*, 1975.

¹⁹⁷ *ÚLTIMA HORA*, 26 de março de 1966.

¹⁹⁸ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987.

¹⁹⁹ *FOLHA DE SÃO PAULO*, 15 de abril de 1966.

em relação à ocupação militar em Porto Coronel Renato. Para o presidente, as relações do seu país com o Brasil haviam sido “gravemente alteradas” pela atitude do governo brasileiro no “caso Sete Quedas”. Durante o discurso, recordou que em janeiro de 1964 havia se encontrado e conversado com o então presidente João Goulart em “tom de cordialidade” sobre o aproveitamento hídrico de Sete Quedas. Ainda acrescentou que se fosse necessário resolver o impasse sobre o litígio fronteiriço por meios jurídicos, assim o faria²⁰⁰.

As declarações de Stroessner tiveram grande repercussão no Brasil. A opinião do governo brasileiro era expressa publicamente através do chanceler Juracy Magalhães. Alguns dias depois da declaração de Stroessner, o ministro de Relações Exteriores brasileiro foi intensamente questionado por diversos jornalistas que queriam maiores esclarecimentos sobre as divergências entre Brasil e Paraguai. Naturalmente, naquele momento de transição a caminho de uma ditadura militar que se consolidou em 1968, o governo brasileiro não queria transparecer a ideia de que quem estava causando a disputa diplomática era o Brasil ao ocupar uma área em litígio. O chanceler utilizava o argumento de que a ocupação militar em Porto Coronel Renato era uma questão de segurança nacional e os paraguaios reclamavam daquela situação sem fundamento²⁰¹. Entre outras palavras, Juracy Magalhães tentou demonstrar para o público brasileiro que o Paraguai estava fazendo “tempestade em copo d’água”.

É provável que ambos os regimes militares tiravam proveito do impasse diplomático para demonstrarem ao público de seus respectivos países que estavam defendendo os direitos nacionais na zona dos Saltos das Sete Quedas, sendo este mais um motivo para Castelo Branco e Stroessner alegarem que seus governos eram necessários para seus respectivos países. Na época o jornalista que publicou este ponto de vista foi Pedro Barroso, do jornal *Tribuna da Imprensa* do Rio de Janeiro. Sua publicação chamou a atenção da embaixada paraguaia no Brasil, que enviou a publicação, para Assunção. Nesta o jornalista brasileiro mencionava o seguinte:

Segundo se informa nos meios diplomáticos, tanto o Brasil como o Paraguai têm o máximo interesse em manter viva a disputa territorial, conseguindo com isso desviar a atenção de seus respectivos povos para problemas outros que não internos e despertando neles um sentimento nacionalista de defesa dos territórios²⁰².

²⁰⁰ FOLHA DE SÃO PAULO, 02 de abril de 1966.

²⁰¹ ÚLTIMA HORA, 07 abril de 1966.

²⁰² Recorte anexado ao ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 25 de maio de 1966 M.R.E. nº37/66.

E não foi apenas na imprensa escrita que esta opinião foi exposta. Como o impasse não se encerrava devido os dois governos não recuarem, houve um momento em que através das declarações dos chanceleres de ambas as nações, o “caso Sete Quedas” foi tema para um governo acusar o outro de desviar a atenção da opinião pública dos problemas internos vivenciados naquele momento.

As trocas de acusações ocorreram quando num discurso proferido diante da Comissão de Relações Exteriores do Congresso brasileiro, Juracy Magalhães aproveitou a oportunidade para acusar o governo paraguaio de estar causando toda aquela tensão, através da imprensa nacional, para “maquiar” os problemas internos vivenciados no Paraguai.²⁰³ A embaixada paraguaia no Brasil não perdeu tempo ao enviar para o governo de seu país a reportagem que referenciou as declarações do chanceler brasileiro. Dias depois, foi noticiado pelo periódico brasileiro *Folha de São Paulo* que o ministro de Relações Exteriores paraguaio, Raul Sapeña Pastor, declarou que “é incrível que o senhor Juracy Magalhães tenha atribuído a origem da questão a muitas coisas locais internas do Paraguai. Toda a América conhece muito bem a situação dos dois governos e sabe qual deles pode necessitar de motivos artificiais”. Sapeña Pastor disse ainda que o governo paraguaio não “tinha um relatório oficial a respeito, mas que se fossem exatas as versões divulgadas pelas agências noticiosas, é indubitável que o Senado brasileiro não foi informado de forma veraz e correta”. O chanceler paraguaio nesta mesma declaração acusou o Brasil de estar agredindo o Paraguai.²⁰⁴

Percebe-se que o mês de abril de 1966 foi o ápice da tensão Brasil-Paraguai sobre Sete Quedas. Pela primeira vez o governo paraguaio afirmou publicamente que aceitaria resolver o problema fronteiro em uma arbitragem internacional, o que gerou maior descontentamento diplomático. Ambas as nações não estavam cedendo porque, do lado brasileiro, retirar os militares da área em litígio poderia significar perante a opinião pública brasileira um recuo para o vizinho reclamante, além de ver seus interesses de exploração energética ameaçados. Afinal, se os paraguaios aceitaram ir para um tribunal internacional, o Brasil poderia deixar de ter direitos sobre a região caso o Paraguai vencesse a disputa jurídica. Neste caso, haveria a possibilidade da presença militar reforçar o potencial político brasileiro no cenário internacional, pois poderia existir a chance dos paraguaios saírem vitoriosos. Entre outras palavras, em abril de 1966 a proposta brasileira de arbitragem internacional não era mais uma ameaça contra o Paraguai, mas sim uma realidade que poderia ser um tiro saindo pela culatra, cavando a derrota brasileira. Para evitar isto, a

²⁰³ FOLHA DE SÃO PAULO, 20 de abril de 1966.

²⁰⁴ FOLHA DE SÃO PAULO, 24 de abril de 1966.

manutenção das tropas em Porto Coronel Renato poderia ser entendida como uma possibilidade de tal fato interferir no julgamento sobre a soberania de Sete Quedas, tendo em vista que aqueles que julgariam poderiam propor no mínimo a posse compartilhada, para evitar consequências negativas naquela conjuntura geopolítica. Era uma possível maneira de demonstrar que o Brasil estava colocando “as cartas na mesa”, pois daria a entender que não aceitaria uma eventual derrota.

Já do lado paraguaio não havia um recuo provavelmente porque, além da questão energética, constantemente a opinião pública paraguaia estava acompanhando o “caso Sete Quedas”. Se viesse a ceder, Stroessner fatalmente teria sua imagem prejudicada e alimentaria o poder de ataque de seus adversários políticos. Além disso, um grande interesse nacional estava em jogo. Se os paraguaios acreditavam ter direitos sobre a zona dos saltos, porque o Estado da nação guarani deveria aceitar uma ocupação militar brasileira naquela área?

O cenário estava pronto para um conflito internacional com possíveis sequelas nas relações políticas e econômicas entre Brasil e Paraguai por causa de uma fronteira possivelmente não caracterizada. Uma região de grande valor econômico para ambos. E, ao contrário de como foi repercutido o impasse durante o governo de João Goulart, ou seja, anteriormente com menor divulgação pública, o litígio estava constantemente noticiado nas páginas de periódicos paraguaios e brasileiros. Sem dúvidas, aquele foi o momento mais tenso nas relações entre Brasil e Paraguai desde o final da Guerra da Tríplice Aliança em 1870.

2.3 A Repercussão

2.3.1 *Em ambas as nações*

Nos anos de 1965 e 1966, Brasil e Paraguai estavam sendo governados por militares. Em solo brasileiro uma ditadura ganhava forma e viria a se consolidar com o Ato Institucional nº 5 em 1968. Em território paraguaio, um regime ditatorial já estava consolidado. As relações diplomáticas entre ambos eram estáveis e diversos projetos estavam sendo colocados em prática como a ligação rodoviária entre Assunção e o Atlântico atravessando o território brasileiro, diminuindo a dependência do Paraguai em relação à Argentina.

Mas apesar das boas relações, havia um impasse. A repercussão do litígio fronteiriço no âmbito interno não era das melhores nos dois países. No Paraguai, as críticas contra o

Brasil eram constantes ao ponto do “caso Sete Quedas” ter sido utilizado pela oposição política de Stroessner como munição contra ele devido sua histórica aproximação com o Brasil. As críticas ao regime ditatorial de Stroessner foram mais frequentes naturalmente fora do Paraguai (devido à grande repressão feita pelo regime), mais especificamente na Argentina e no Uruguai. Neste último país, os *ex-colorados* paraguaios, os quais infelizmente não é possível apontar quem eram exatamente devido as fontes não trazerem maiores informações, acusaram Stroessner de ser conivente com a postura “expansionista” do Brasil para que este país “fique com a posse definitiva dos Saltos Del Guairá”. Descontentes com o apoio brasileiro à ditadura do então chefe de Estado paraguaio desde a década de 1950, alegaram que “existia um plano de Stroessner juntamente com o governo brasileiro” para evitar que o chefe de Estado guarani deixasse o poder “ensejando logo a sua reeleição” através de uma reforma constitucional²⁰⁵.

Entretanto, se o litígio fronteira foi mais um motivo para situação e oposição aprofundarem suas históricas divergências políticas, houve um momento em que as críticas passaram a se tornar apoio ao governo do Paraguai. Afinal, quem estava se sentindo prejudicado era a nação guarani. Houve o momento em que se percebeu ser necessária uma unidade paraguaia para reivindicar os direitos do país na zona dos Saltos das Sete Quedas. Divergências partidárias começaram a ser deixadas de lado com o propósito de evitar que o Brasil mantivesse a ocupação militar na área em litígio, a qual diversos paraguaios acreditavam que poderia ser do Paraguai. Este movimento de apoio político ao governo Stroessner ganhou forma a partir de março de 1966 quando o Brasil estava prestes a responder à nota paraguaia enviada em dezembro de 1965. O líder do Partido Democrata Cristão, Trala Flurgos, em visita à capital venezuelana, Caracas, declarou que “seu povo, não obstante as profundas divergências internas, está unido na reclamação de seu patrimônio nacional”. E ainda “observou que os Saltos Del Guairá (Sete Quedas) têm um grande valor estratégico com possibilidade para ser uma usina hidrelétrica entre as maiores do mundo, com o aproveitamento de mais de 20 milhões de kW.”²⁰⁶ Vale ressaltar que não é possível mencionar neste trabalho se o Partido Democrata Cristão era legal no Paraguai em 1966 e se seus principais líderes eram exilados políticos ou viviam em solo guarani. Isto porque, as fontes consultadas não contém estas informações.

Os discursos de apoio ao governo aumentaram após a nota de resposta do Brasil no final do mesmo mês de março. Na ocasião, o governo brasileiro insistiu que a região de Sete

²⁰⁵ FOLHA DE SÃO PAULO, 18 de abril de 1966.

²⁰⁶ ÚLTIMA HORA, 12 de março de 1966

Quedas pertencia ao Brasil e que não aceitava as argumentações paraguaias de que a referida fronteira não estava demarcada. Foi neste contexto que surgiram novos elementos para Stroessner continuar a engrandecer a imagem de seu governo. Isto porque, as declarações de oposicionistas apoiando o então chefe de Estado e a relutância brasileira foram essenciais para o presidente paraguaio aproveitar a oportunidade de declarar publicamente que aceitava uma arbitragem internacional, em 1º de abril de 1966 na cerimônia de abertura do parlamento do Paraguai²⁰⁷. Uma declaração oportuna em favor da imagem de seu governo perante a opinião pública e também para demonstrar ao Brasil que o Paraguai não estava se intimidando na defesa de seus interesses. Em síntese, o governo de Stroessner fez do impasse o útil e o agradável em benefício do seu regime ditatorial²⁰⁸. Tanto que três partidos de oposição, sendo eles o Liberal, o Revolucionário Febrerista e o Democrata-Cristão, “fizeram uma declaração conjunta em defesa da soberania paraguaia sobre os Saltos de Guairá, pedindo também energética atitude do governo no caso.”²⁰⁹

Além de setores políticos paraguaios manifestarem indignação com a atitude brasileira em ocupar a área em litígio, a imprensa naquele país também não hesitou em publicar artigos criticando o Brasil, possibilitando que a repercussão do impasse fosse cada vez mais conhecida pela população. Foi o caso do diário *La Libertad* que criticou energicamente “a atitude do Brasil com respeito ao litígio fronteiriço com o Paraguai nos Saltos Del Guairá, sugerindo a retirada da embaixada do Brasil e da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai.”²¹⁰ A mesma sugestão já havia sido feita em novembro de 1965 pela Federação Universitária do Paraguai e a Federação dos Estudantes Secundários, que também ameaçaram realizar atos públicos se o governo brasileiro não retirasse as tropas de Porto Coronel Renato²¹¹. Vale ressaltar ao leitor que as fontes consultadas não informam se estas entidades eram legais no Paraguai e quem eram seus dirigentes. Ou seja, se os principais líderes eram aliados, oposicionistas ou neutros em relação à ditadura de Stroessner. Mas é possível que a ação destas entidades tivesse como objetivo chamar a atenção para questões de interesse nacional. E no mesmo período em que estas manifestações ocorriam, como reação à atitude

²⁰⁷ É importante mencionar que não é possível informar ao leitor quem eram os representantes no parlamento paraguaio. Quem eram os partidos políticos que compunham esta instituição e qual era o papel de atuação deste neste período da ditadura de Stroessner. As referências bibliográficas consultadas para o desenvolvimento deste trabalho não tratam diretamente sobre o Paraguai internamente nos anos de 1965 e 1966. Ceres Moraes, em sua obra *A consolidação da ditadura de Stroessner*, trata sobre a história do Paraguai entre 1954-1963, como já foi citado no capítulo anterior.

²⁰⁸ AMARAL E SILVA, *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973*, 2006.

²⁰⁹ FOLHA DE SÃO PAULO, 15 de abril de 1966.

²¹⁰ ÚLTIMA HORA, 16 de fevereiro de 1966.

²¹¹ ÚLTIMA HORA, 22 de novembro de 1965.

brasileira de ocupar a área em litígio, Stroessner interferiu nos trabalhos da Missão Militar brasileira no país. Naquele ano, a organização das Forças Armadas da nação guarani foi conduzida apenas por paraguaios, sendo que antes esta função era desempenhada por membros brasileiros da Missão Militar em conjunto com militares paraguaios²¹².

E se as notícias de periódicos paraguaios relacionadas ao litígio fronteiriço eram constantemente transcritas por jornais brasileiros, diversas informações publicadas na imprensa do Brasil sobre o “caso Sete Quedas” eram mencionadas em alguns jornais do Paraguai. Foi o caso do *La Tribuna*, que transcreveu as notícias de periódicos brasileiros sobre as declarações de Juracy Magalhães após o envio da nota de resposta do Brasil ao governo de Assunção em março de 1966, quando o governo brasileiro afirmou novamente que não concordava que Sete Quedas não estava demarcada. Foram mencionadas as notícias dos periódicos: *A Notícia*; *Correio da Manhã*; e *O Globo*.²¹³ É importante chamar a atenção do leitor de que ao analisar o periódico paraguaio *La Tribuna*, este demonstra apoio ao governo Stroessner, sobretudo na questão Sete Quedas, além de valorizar a imagem dos heróis da chamada “Epopéia Nacional”, a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), incluindo Solano Lopez. Ou seja, mesmo não sendo um periódico do Partido Colorado, provavelmente contribuiu para publicar noticiais que interessavam ao regime de Stroessner.

A repercussão através da imprensa sobre o “caso Sete Quedas” inegavelmente foi mais abrangente em solo paraguaio do que no Brasil. E percebe-se que a partir do momento em que Stroessner anunciou publicamente aceitar resolver o impasse em um tribunal internacional, as manchetes em jornais paraguaios sobre o litígio fronteiriço ganharam mais espaço, chegando a ter uma página inteira dedicada ao tema. Foi o caso do periódico *Pátria*, que constantemente não apenas referenciava o impasse com o Brasil, mas também valorizava a imagem do Partido Colorado, pois era um periódico do próprio com o *slogan* “*Vocero de la junta de Gobierno del Partido Colorado*”. Ao citar este jornal, é possível reforçar o apontamento de que Stroessner fez do litígio fronteiriço mais um motivo para valorizar a imagem de seu governo ao enfatizar, no decorrer das publicações, o papel do Partido Colorado sob sua administração na tentativa de garantir os direitos paraguaios na zona dos saltos. Tanto que após as declarações do chanceler brasileiro Juracy Magalhães na Comissão de Relações Exteriores do Congresso em Brasília, em abril de 1966, quando este criticou o governo paraguaio por polemizar a questão Sete Quedas, o *Pátria* noticiou que os expoentes do Partido Colorado visitariam a fronteira em litígio para observar de perto as características

²¹² Ibid.

²¹³ *La Tribuna*, 26 de março de 1966.

geográficas da região e reforçar a tese paraguaia de que Sete Quedas não estava demarcada²¹⁴.

O periódico paraguaio *Pátria* destacou o litígio fronteiriço de tal maneira durante o primeiro semestre de 1966, que reservou um editorial diário dedicado à questão Sete Quedas, intitulado “*Sobre el Salto del Guairá. Al Oído de América*”²¹⁵. Quem sempre assinava o artigo era Leopoldo Ramos Gimenez, um dos editores do jornal. Pelo título percebe-se a valorização do impasse com o Brasil ao ponto de chamar a atenção do leitor paraguaio de que a América estava atenta sobre tudo que estivesse relacionado à questão Sete Quedas envolvendo o Paraguai. Um editorial que possibilita também apontar que Stroessner tentava transparecer a idéia de estar prestando contas à população num tema de grande interesse nacional. E é nítida a tentativa constante das edições de contagiar o leitor ao representar Sete Quedas como um território a ser defendido pelo Paraguai, sendo o governo um instrumento fundamental para conquistar a soberania daquela região. Um discurso que naturalmente intencionava não apenas valorizar o regime, mas também desviar o olhar de problemas sociais, econômicos e, sobretudo, políticos vivenciados internamente. Geralmente o editorial fundamentava o argumento paraguaio sobre o litígio fronteiriço, como a exposição de mapas, e criticavam a ocupação militar brasileira em Porto Coronel Renato.

Vale acrescentar que o jornal oficial do Partido Colorado não apenas valorizava a exposição dos acontecimentos relativos ao impasse para demonstrar a importância da atuação do governo Stroessner no caso, como também enfatizava o potencial econômico da região em questão com capacidade de atingir os maiores índices internacionais de geração de energia, fazendo o Paraguai ganhar destaque mundial por conta disto. Foi publicada em maio de 1966 a declaração de Júlio César Chaves, um dos membros da Comissão Assessora de Limites do Paraguai, de que Sete Quedas era também importante por causa de sua capacidade de produzir a maior geração de energia no mundo, suprimindo consideravelmente as necessidades do Paraguai e regiões mais desenvolvidas economicamente do Brasil, além da possibilidade de vender parte da produção gerada à Argentina, Bolívia e Uruguai²¹⁶.

E se não bastasse a repercussão do impasse no Paraguai entre partidos políticos, movimentos estudantis e sindicais, e principalmente da imprensa escrita, ainda em 1965 foi publicada pelo escritor paraguaio Efraim Cardoso a obra *Los Derechos del Paraguay sobre los Saltos del Guairá*. Este autor faz uma abordagem histórica sobre a região desde o século

²¹⁴ *PÁTRIA*, 23 de abril de 1966.

²¹⁵ *PÁTRIA*, fevereiro, março, abril, maio e junho de 1966.

²¹⁶ *PÁTRIA*, 21 de maio de 1966.

XVI quando a Coroa espanhola tinha posse sobre Sete Quedas. No século XVIII, nos Tratados de 1750 e 1777, a região foi um motivo de controvérsia entre Portugal e Espanha para saber quem teria o direito de soberania. No decorrer daquele século em diante ficou definido que o Paraguai, até então colônia espanhola, tinha o direito de posse sobre as Sete Quedas. Na segunda metade do século XIX (1864-1870) houve a Guerra da Tríplice Aliança e logo em seguida o Tratado de Paz e Limites em 1872. Para Cardoso, o próprio Tratado determinou que Sete Quedas pertencia ao Paraguai, tendo em vista que o texto do documento define que a fronteira segue pelo leito do Rio Paraná até as Sete Quedas, e deste ponto segue pela cordilheira da serra de Maracaju. Entre outras palavras, Cardoso defende o Paraguai apontando que se for interpretar o documento ao pé da letra, desde o início das principais quedas até o cume da serra, que é o ramo norte por ser o ponto mais alto, a região acima da cordilheira é brasileira e abaixo é paraguaia. E se isto for verdade, todas as Sete Quedas pertencem ao Paraguai²¹⁷.

Bem, nota-se pela repercussão abordada até aqui em solo paraguaio, como o “caso Sete Quedas” chamou a atenção no Paraguai em diversos setores sociais do país. Vale mencionar mais uma vez que a princípio, a repercussão não partiu do governo e sim da sociedade. A partir do momento que o assunto foi ganhando dimensão, Stroessner fez do “caso Sete Quedas” um tema de interesse para si, numa demonstração ao povo de que este impasse era mais um motivo para ele estar no poder. A oposição, que em sua maioria estava exilada na Argentina e no Uruguai, tentou fazer do litígio um tema para atacar Stroessner e o Estado brasileiro pelo apoio dado ao ditador paraguaio desde a década de 1950. Quando estes opositoristas perceberam que atacar Stroessner de nada adiantava, os principais líderes de oposição declararam apoio ao ditador *colorado* para defender os interesses do Paraguai na zona dos saltos, já que o Estado brasileiro, mesmo próximo de Stroessner, se negava a retirar as tropas militares de Porto Coronel Renato e afirmava Sete Quedas ser de sua soberania. Com isso, Stroessner teve elementos suficientes para explorar o litígio fronteiro a seu favor.

Mas e no Brasil, houve muita repercussão? Na verdade, desde 1962, quando os paraguaios reclamaram dos estudos feitos por brasileiros naquela região, o Itamaraty evitou consideravelmente publicar maiores esclarecimentos sobre o assunto, provavelmente para preservar a imagem do histórico processo de demarcação fronteira do Brasil com todos os seus vizinhos e resolver longe dos holofotes a polêmica com o governo do Paraguai. Porém, desde a ocupação militar em Porto Coronel Renato em 1965 e as conseqüentes manifestações de repúdio no Paraguai, aos poucos a questão Sete Quedas ganhava manchetes em solo

²¹⁷ CARDOSO, Efrain. *Los derechos del Paraguay sobre los Saltos del Guairá*, 1965.

brasileiro. Isto porque, o episódio simbolicamente colocou em cheque a imagem do Brasil no Paraguai por conta das sequelas sofridas pela nação guarani após o término da Guerra da Tríplice Aliança em 1870, com situações comuns de violência física e verbal contra a embaixada brasileira em Assunção, e até mesmo o ato de manifestantes queimarem publicamente a bandeira do Brasil.

Naquele contexto de formação de uma ditadura militar em solo brasileiro, quando o regime estava aos poucos efetuando a censura que impedia a livre manifestação de idéias e opiniões, bem como a faculdade de comunicar e receber livremente informações sobre determinados fatos que pudessem inclusive desgastar a sua imagem perante a opinião pública, os jornais de maior circulação no país divergiram entre suas opiniões sobre a crise diplomática com o Paraguai.

Declarado opositor ao regime, o *Última Hora* criticou a atitude do governo Castelo Branco por ter ocupado uma área em litígio. O colunista Miguel Neiva apontou que o “caso Sete Quedas” poderia “agravar as relações com o Paraguai, aumentando as tensões diplomáticas na América do Sul.” E ainda questionou se os deputados oposicionistas filiados ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que apoiaram publicamente a atitude do governo brasileiro no impasse por defender os interesses nacionais, não haviam percebido isto.²¹⁸ Tal publicação foi interpretada como positiva pela embaixada paraguaia no Rio de Janeiro, que enviou um documento ao governo Stroessner contendo o referido artigo em anexo para demonstrar que, no Brasil, havia divergências de opiniões na imprensa sobre a atitude do governo brasileiro de ocupar Porto Coronel Renato.

Já dentre os jornais que apoiavam o golpe militar de 1964, como por exemplo o *Folha de São Paulo*, houve a publicação de uma coluna escrita por Sérgio Paulo Freddi. Na ocasião o autor aponta que os protestos no Paraguai eram “influenciados” pelo governo ditatorial de Stroessner “mantendo a todo custo a tensão, justificando-se assim a suposição de que há outros interesses em jogo, sendo o problema da fronteira simples pretexto”. Acrescentou que o Itamaraty atuava no caso “com extrema cautela, tentando manter os laços de amizade” do país com a nação guarani fazendo “a oferta de dividir com o Paraguai os benefícios do aproveitamento hídrico da região de Sete Quedas”. Afirmou ainda que o Brasil estava sendo “acusado injustamente” e esperava uma resposta positiva do governo Stroessner aceitando a proposta brasileira.²¹⁹ No caso do jornal *O Globo*, que também apoiou o golpe militar no Brasil, na publicação da coluna intitulada “*Hostilidade Injustificável*,” o periódico

²¹⁸ *ÚLTIMA HORA*, 30 de maio de 1966.

²¹⁹ *FOLHA DE SÃO PAULO*, 07 de abril de 1966.

brasileiro censurou os motivos das reclamações paraguaias, apenas informando que “injustamente” estudantes paraguaios depredaram a Missão Cultural e Comercial do Brasil em Assunção.²²⁰

E se no Paraguai houve um momento em que opositoristas a Stroessner aproveitaram o litígio para intensificar as críticas ao governo, no Brasil isto também ocorreu. O jornalista e político Carlos Lacerda, conhecido por ser uma verdadeira “pedra no sapato” de presidentes brasileiros, como nos casos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, constantemente fazia críticas ao regime militar que tanto apoiara no golpe que derrubou João Goulart, pois percebeu que a meta de ser o chefe de Estado do país estava cada vez mais distante de acontecer. Lacerda aproveitou o momento de crise entre Brasil e Paraguai para publicar um artigo com a seguinte pergunta: “*afinal qual é o problema com o Paraguai?*”. Escreveu que o litígio fronteiriço deveria ser divulgado amplamente no Brasil para que o povo brasileiro tivesse um conhecimento profundo sobre o impasse com os paraguaios e questionou quem permitiu ao então governo brasileiro, depois de cem anos, declarar uma “segunda guerra contra o Paraguai?”²²¹. Se Lacerda tratou deste assunto por oportunismo ou por acreditar que o tema era de grande relevância para o Brasil, o fato é que sua fama no cenário nacional contribuiu para que o “caso Sete Quedas” fosse mais conhecido pelo público brasileiro.

Entretanto, é possível verificar que muitos opositoristas demonstraram apoio ao governo Castelo Branco no impasse diplomático com o Paraguai. Isto porque, o potencial hídrico daquela região era tão necessário para o Brasil que diferenças políticas entre situação e oposição tiveram neste tema sobre Sete Quedas um entendimento em virtude dos interesses nacionais que estavam em jogo, até pelos benefícios econômicos. Já foi mencionado nos parágrafos anteriores que os líderes do MDB, o partido da oposição, manifestaram no Congresso Nacional o apoio em nome da legenda ao governo brasileiro na condução do “caso Sete Quedas”. O líder da oposição que fez o discurso era o deputado baiano Vieira de Melo. Logo em seguida, o deputado filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e líder do governo na Câmara Federal, Raimundo Padilha, elogiou a “atitude patriótica do MDB”²²². Neste contexto de bipartidarismo no Brasil, o MDB, mesmo tentando ser efetiva oposição, tinha grandes elementos em comum com o governo, principalmente econômicos. Afinal, o grupo que consideravelmente tinha peso político dentro do partido estava ligado a interesses da grande classe empresarial do país com a intenção de consolidar a importância do setor

²²⁰ PEREIRA, Osny Duarte *Itaipu: prós e contras*, 1974.

²²¹ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p. 83.

²²² *ÚLTIMA HORA*, 30 de maio de 1966.

privado no território brasileiro.²²³ O que de certa maneira faz deste “caso Sete Quedas” mais um típico exemplo.

O litígio fronteiriço, por se tratar de uma questão de grande relevância para o Brasil, foi motivo para o então presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Wilson Barbosa Martins (que entre 1983 e 1986 seria governador do futuro estado de Mato Grosso do Sul), convocar o chanceler Juracy Magalhães para tratar sobre este assunto no final do mês de abril de 1966²²⁴. No mês seguinte este se apresentou à referida comissão e reafirmou que desde o Tratado de Paz e Limites de 1872, Sete Quedas pertencia ao Brasil e que o Estado brasileiro estava ofertando aos paraguaios o compartilhamento dos recursos hídricos daquela região. Este discurso seria futuramente escrito por ele em seu livro de memórias enquanto chanceler²²⁵.

Vale acrescentar que, durante o desenvolvimento deste trabalho, foi possível ter acesso à informação de que o então presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Ataíde, teria se encontrado com embaixador paraguaio no Brasil, Raul Peña, para tratar informalmente sobre o “caso Sete Quedas”. A fonte pesquisada não contém a informação do que teria sido tratado neste encontro, mas demonstra de forma relevante que uma instituição de grande prestígio em solo brasileiro, na pessoa de seu presidente, estava interessada nas possíveis consequências do litígio fronteiriço²²⁶. Ou seja, em 1966, a questão Sete Quedas teve considerável repercussão no Brasil, mas a historiografia dedicada às relações brasileiro-paraguaias analisa de forma resumida este tema. Por isso, este trabalho referencia Menezes por ter sido ele o que mais aprofundou sobre o litígio fronteiriço em sua pesquisa. Novamente é válido mencionar que suas fontes eram jornais impressos, o que não deixa de ter relevância no estudo do “caso Sete Quedas”.

Diante de toda essa repercussão em ambas as nações, naquele momento a situação do impasse diplomático era o seguinte: se antes do golpe militar jornais brasileiros publicaram a informação de que João Goulart e Stroessner tinham se encontrado e anunciado que as duas nações construiriam e administrariam uma usina hidrelétrica aproveitando o potencial energético das Sete Quedas, desde a ocupação militar brasileira em Porto Coronel Renato aquelas supostas intenções sofreram um processo de interrupção.²²⁷ Com isso, a política externa brasileira colocava em risco não apenas todas as conquistas de aproximação com o

²²³ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*, 1999.

²²⁴ FOLHA DE SÃO PAULO, 28 de abril de 1966.

²²⁵ MAGALHÃES, Juracy. *Minha Experiência Diplomática*, 1971.

²²⁶ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai para a embaixada paraguaia no Brasil de 10 de fevereiro de 1966- D.P.I nº83.

²²⁷ MENEZES, A herança de Stroessner, 1987, p.88.

Paraguai, como também possibilitava discussões no cenário sul-americano sobre a desconfiança no histórico processo de caracterização fronteiriça do Brasil. Esta preocupação foi exposta pelo chefe do Serviço de Fronteira do Itamaraty, João Guimarães Rosa (também conhecido por ser um dos maiores nomes da literatura brasileira do século XX), em uma sessão secreta da Comissão de Relações Exteriores da Câmara. Segundo Rosa, “o atendimento da reivindicação paraguaia importaria na criação de precedente capaz de estimular reclamações análogas de outros países”.²²⁸

Declarações como esta sempre eram acompanhadas pelo governo paraguaio, através de sua embaixada no Rio de Janeiro. Foi o caso de uma opinião similar expressada pelo diplomata e então deputado pelo estado da Guanabara, Afonso Arinos Filho, na Câmara dos Deputados em 23 de abril de 1966. Este teria apontado que o governo brasileiro deveria manter a firme atitude de não abrir mão de sua soberania em Sete Quedas para também evitar que países vizinhos como a Bolívia reivindicasse direitos sobre o Acre, e a Argentina na região de Palmas. Tal declaração foi expressada pela embaixada paraguaia no Brasil em nota enviada ao governo de seu país.²²⁹

Pelas circunstâncias, realmente o Itamaraty tinha motivos para se preocupar com as consequências daquele impasse. Isto porque, segundo Menezes, uma possível derrota em uma arbitragem internacional poderia estimular outros países sul-americanos a manifestarem desconfiança com a política de demarcação fronteiriça brasileira desde o período colonial.²³⁰ Assim, conseqüentemente, desgastaria a política externa do Brasil na América do Sul, sendo uma barreira para seu grande objetivo de consolidar a liderança geopolítica na América do Sul.

2.3.2 *No cenário internacional*

Com o prolongamento do impasse diplomático entre Brasil e Paraguai, outros governos manifestaram preocupação com as possíveis consequências daquela crise, porque muitos interesses geopolíticos estavam em jogo, como a disputa brasileiro-argentina pela supremacia política do Prata e o surgimento dos rumores de um possível conflito bélico que necessariamente exigiria um posicionamento de outras nações da região para evitar um aprofundamento na instabilidade política e econômica na América Latina, tendo em vista o

²²⁸ FOLHA DE SÃO PAULO, 30 de abril de 1966.

²²⁹ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai M.R.P nº62.

²³⁰ MENEZES, *A herança de Stroessner*, 1987.

possível efeito dominó negativo no comércio, no câmbio, no risco de não atrair investimentos externos, do aumento do déficit e de ser mais um obstáculo à consolidação dos projetos de blocos econômicos no continente latino-americano. Apesar de não ter havido a declaração de um Estado para outro ameaçando garantir a sua soberania sobre Sete Quedas através de um confronto bélico, naquele momento não era impossível acreditar que isto pudesse acontecer por se tratar de divergência sobre uma região de fronteira onde havia um grande potencial hidrelétrico. Com isso, algumas nações do Ocidente com boas relações com o Estado brasileiro manifestaram preocupação na crise com o Paraguai.

Foi o caso do governo dos Estados Unidos que cada vez mais estava impondo a sua supremacia política e econômica sobre a América Latina, apoiando regimes militares para também combater movimentos comunistas e facilitar a consolidação do seu potencial geopolítico nas Américas. Os governos de Brasil e Paraguai compartilhavam naquele momento o posicionamento alinhado aos Estados Unidos em diversos temas políticos e econômicos na arena internacional, como condenar o regime socialista cubano e reforçar o papel da *Aliança para o Progresso* na América Latina²³¹. Os governos de Brasil e Paraguai também apoiaram os Estados Unidos em abril de 1965 ao intervir na República Dominicana na tentativa de evitar uma revolução socialista neste país²³². Ambas as nações sul-americanas enviaram contingentes militares para fortalecer o potencial bélico da Força Interamericana de Paz. Foi justamente por causa da importância estratégica brasileiro-paraguaia no hemisfério Sul para os Estados Unidos, que provavelmente os norte-americanos demonstraram preocupação com o desenrolar do “caso Sete Quedas” na possibilidade de seus interesses geopolíticos serem ameaçados, haja vista que dois aliados estavam se enfrentando numa crise fronteiriça.

Mas não era apenas com o “caso Sete Quedas” que o governo norte-americano estava preocupado. E sim, com todos os litígios fronteiriços existentes no continente americano. O então secretário de Defesa, Robert McNamara, declarou no Senado dos Estados Unidos que a segurança nas Américas sempre estaria ameaçada se os impasses diplomáticos que envolviam questões fronteiriças não fossem solucionados. Afirmou que os norte-americanos estariam à disposição para intermediar a resolução de diversos conflitos e utilizou como exemplo a condução da diplomacia de seu país para resolver o histórico litígio fronteiriço com o México na primeira metade do século XX. Também apontou o caso do Canal que antes fora norte-

²³¹ MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina*, 1990, p. 54

²³² AYERBE, Luís Fernando. *Cultura y relaciones internacionales: América Latina y el Caribe en el Choque de Civilizaciones*, 2003

americano e depois passou a ser do Panamá, além de tentar mediar as divergências entre El Salvador e Honduras que constantemente estavam vivenciando uma tensão diplomática por conta de problemas fronteiriços²³³.

Neste contexto, a preocupação do governo dos Estados Unidos com o litígio fronteiriço envolvendo Brasil e Paraguai ficou evidente quando o secretário geral do Itamaraty, Pio Corrêa, visitou o governo daquele país com a finalidade de tratar de assuntos como a OEA e a guerra do Vietnã. Em meio às conversações, as autoridades norte-americanas demonstraram ao secretário brasileiro que estavam preocupados com a crise diplomática entre o Brasil e o Paraguai. Para tranquilizar os Estados Unidos, Pio Corrêa utilizou argumentos agradáveis aos ouvidos. Assim, com um discurso diferente do que o governo brasileiro havia declarado aos paraguaios, afirmou aos norte-americanos que a atitude brasileira no caso não era uma “intransigência” e que o motivo da ocupação militar era de “resguardar fronteiras delimitadas para oferecer aos paraguaios um amplo e fraternal acesso às riquezas das regiões fronteiriças.”²³⁴

É provável que o interesse norte-americano no intuito de ter um desfecho o “caso Sete Quedas” também estivesse relacionado ao potencial energético da região exigindo os trabalhos de empresas especializadas em aproveitamento de recursos energéticos. Segundo Menezes, desde o governo de João Goulart o governo dos Estados Unidos estava interessado em financiar o projeto com participação do setor privado. Porém, antes já havia sido oferecida ao Brasil ajuda técnica e financeira da União Soviética feita pelo embaixador do país em solo brasileiro, Andrei Fomim, a pedido do primeiro ministro Nikita Khrushchev. Provavelmente o interesse soviético teria catalisado a presença norte-americana nas questões políticas e econômicas que envolviam Sete Quedas antes e depois do golpe militar que derrubou João Goulart em 1964. Este apontamento fez parte de uma publicação em maio de 1966 do jornal brasileiro *Tribuna da Imprensa* na seção *Diplomacia, Tratados & Cia* com o título “*EUA fomentam desavenças entre Brasil e Paraguai*” e foi recortado pela embaixada paraguaia no Rio de Janeiro para ser enviado a Assunção²³⁵. Segundo a publicação, nos comentários nos bastidores diplomáticos,

Informa-se que o fato da União Soviética ter-se apresentado para construir a usina, através de um financiamento a longo prazo, despertou os ciúmes do Departamento de Estado que vê nisso uma “fórmula para os comunistas na América do Sul”. Assim, alimentando a disputa, os Estados Unidos terão a mais ampla possibilidade

²³³ LA TRIBUNA, 25 de fevereiro de 1966.

²³⁴ ÚLTIMA HORA, 20 de abril de 1966.

²³⁵ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 25 de maio de 1966 M.R.E nº37/66.

de conseguir para uma de suas empresas a empreitada da hidrelétrica, o que a esta altura, já parece certo, sejam quais foram os resultados de toda a questão²³⁶.

A mesma publicação divulga uma informação que necessita ser analisada com cautela. Menciona que certos diplomatas brasileiros culpavam o Pentágono pela prorrogação do “caso Sete Quedas”, como se percebe pelo título do artigo. Segundo o conteúdo publicado, a jovem diplomacia brasileira acreditava que o interesse dos Estados Unidos era instituir militares norte-americanos em Assunção, após a retirada da Missão Militar brasileira da capital paraguaia como retaliação do governo Stroessner. De acordo com o periódico, era “absolutamente certo” que a presidência paraguaia iria “pedir oficialmente a retirada da Missão Militar”. E acrescenta que o Pentágono objetivava ocupar de forma militar o coração da América do Sul, “podendo deslocar-se para qualquer parte do Hemisfério Sul do Continente ‘toda vez em que se fizer necessário’ tal como aconteceu com a República Dominicana”²³⁷.

Porém, é necessário novamente mencionar que o então governo brasileiro compartilhava a opinião de que as nações americanas deveriam limitar suas soberanias em benefício da segurança coletiva e das fronteiras ideológicas no contexto da Guerra Fria com apoio do governo norte-americano. Ou seja, se o Brasil tinha interesses em comum com os Estados Unidos que incluíam a formação da FIP, qual o sentido do governo norte-americano intervir unilateralmente no Paraguai estimulando a retirada da Missão Militar brasileira, sendo o governo Castelo Branco um considerável aliado sul-americano? Se o litígio fronteiriço ameaçava a construção de uma usina com enorme capacidade de produção energética que necessitaria dos trabalhos de empresas privadas, qual o interesse dos Estados Unidos colocar em risco seus objetivos econômicos em Sete Quedas? Esta reportagem possibilita exemplificar que o impasse também foi alvo de opiniões conspiratórias (no sentido de manipular informações contra algo ou alguém) em solo brasileiro, assim como no Paraguai. É muito provável que o “caso Sete Quedas” tenha sido um dos assuntos tratados entre Stroessner e o Secretário de Estado norte-americano, Dean Rusk, na visita deste a Assunção em novembro de 1965²³⁸. Mas isto não possibilita afirmar que naquela situação os Estados Unidos teriam estimulado os paraguaios a insistirem por seus direitos na fronteira em questão prorrogando o impasse.

No âmbito sul-americano, o litígio fronteiriço teve considerável repercussão. E por justamente a questão Sete Quedas interessar diretamente aos países da Bacia do Prata, “o

²³⁶ *TRIBUNA DA IMPRENSA*, 24 de maio de 1966.

²³⁷ *Ibid.*

²³⁸ Ofício do Itamaraty de 26 de novembro de 1965 nº924.

governo colegiado do Uruguai emitiu nota oficial recomendando uma ação conjunta dos demais países da América Latina para solucionar pacificamente o litígio entre os países irmãos, Brasil e Paraguai”²³⁹. É possível que os receios dos uruguaios estivessem relacionados ao potencial de barganha do Paraguai pela sua localização geográfica na Bacia e o seu poder de negociação em futuras conferências entre nações ribeirinhas da região. Com isso, o impasse sobre Sete Quedas poderia fazer com que o Paraguai, ao se sentir prejudicado em relação ao Brasil, impedisse a consolidação de projetos voltados para o Prata em organismos internacionais, ampliando a instabilidade geopolítica na Bacia, tendo em vista que o Uruguai, a Argentina e a Bolívia teriam que obrigatoriamente se posicionar na disputa entre o Brasil e o Paraguai para evitar que seus interesses na região fossem prejudicados. Outra possibilidade para a preocupação uruguaia pode ter relação com o fato de o Uruguai, naquele momento, ser um dos membros da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC)²⁴⁰ juntamente com Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai e Peru. Se o objetivo da ALALC era a integração comercial da América Latina com a eliminação gradativa dos obstáculos ao comércio recíproco no Continente, o atrito diplomático entre qualquer um dos membros desta organização poderia impedir que os objetivos de todos os países membros fossem consolidados causando um negativo efeito dominó.

A intenção uruguaia de mediação foi motivo para o chanceler Juracy Magalhães demonstrar sua insatisfação ao embaixador do Uruguai no Brasil, Felipe Amarin Sánchez, após este último visitá-lo em seu gabinete. Isto porque, Juracy Magalhães teria reclamado que o governo brasileiro não foi solicitado pelo Uruguai se o aceitava como mediador. E caso isto ocorresse o Brasil não seria simpático à iniciativa uruguaia. O embaixador do Uruguai teria ficado surpreso com as declarações do chanceler brasileiro e no dia seguinte viajou para Montevideo provavelmente para tratar sobre o assunto com seu governo. Este episódio foi mencionado pelo encarregado de negócios da embaixada paraguaia no Brasil, Romillio Colunga, ao enviar um documento para Assunção depois de ter conversado com o conselheiro e encarregado de negócios uruguaios em solo brasileiro, Pablo Oscar Guffanti, que lhe passou esta informação²⁴¹.

²³⁹ PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu: prós e contras*, 1974, p. 66.

²⁴⁰ Em 1970, a ALALC se expandiu com a adesão de novos membros: Bolívia, Colômbia, Equador, e Venezuela. Em 1980, se tornou ALADI. Permaneceu com essa composição até 1999, quando Cuba passou a ser membro. Atualmente a sede da ALADI se localiza em Montevideú. Fonte: <http://www.aladi.org/nsfaladi/preguntasfrecuentes.nsf/009c98144e0151fb03256e005e795d/cf2ded02ef8e4a6c03256ed100613e5d?OpenDocument>. Acessado em junho de 2011.

²⁴¹ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 02 de maio de 1966 M.R.P nº62

Apesar das declarações de Juracy Magalhães feitas ao embaixador uruguaio Felipe Amarin Sanches, em maio de 1966, o governo uruguaio anunciou que oficializaria em breve a intenção de ser o árbitro jurídico para resolver o impasse sobre a região de Sete Quedas. Segundo publicação do periódico brasileiro *Última Hora*, o governo uruguaio, através do conselheiro Zorilla San Martin, já havia informado este interesse ao governo paraguaio.²⁴² E foi justamente por apenas o Paraguai ter sido informado, que a manifestação uruguaia foi considerada “estranha” pelo ministro de Relações Exteriores do Brasil, Juracy Magalhães, um dia depois da informação. Uma declaração com tom de surpresa, mas que nos bastidores não era novidade pelo que já foi mencionado no parágrafo anterior. Para o chanceler brasileiro, era “estranho que o Sr. Zorilla San Martin tenha ido conversar com uma das partes de uma contenda que deseja mediar, não dando atenção à outra parte.”²⁴³ A repercussão no Brasil sobre a intenção uruguaia de mediação chamou a atenção da embaixada paraguaia no Rio de Janeiro que por diversas vezes enviou recortes destas publicações ao governo de Assunção.

Possivelmente pelo interesse público do Uruguai no “caso Sete Quedas”, somado ao fato do chanceler Juracy Magalhães achar “estranho” o contato feito por Zorilla San Martin apenas com o governo paraguaio e não com o Brasil, o governo brasileiro tentou saber através da imprensa uruguaia a opinião do governo local sobre o litígio fronteiriço envolvendo Sete Quedas. Isto porque, três dias depois da declaração do chanceler do Brasil sobre o interesse do Uruguai em mediar o “caso Sete Quedas”, a embaixada brasileira em Montevideú enviou um documento ao Itamaraty com recortes da imprensa uruguaia, em anexo, publicados poucos dias antes, tratando do impasse diplomático entre Brasil e Paraguai.²⁴⁴ Pelo menos um periódico uruguaio manifestou ser favorável ao ponto de vista paraguaio no “caso Sete Quedas”, apontando que tal região era do Paraguai. Sugeriu que o litígio deveria ser resolvido através do diálogo para evitar consequências drásticas. A publicação foi do *Accion* de Montevideú, acrescentando que aquele episódio estava causando inquietudes nas chancelarias latino-americanas. Quem aproveitou a oportunidade de transcrever esta publicação como demonstração de um posicionamento internacional a favor do Paraguai, pelo menos feito por um jornal, foi o já citado *colorado* paraguaio, *Pátria*²⁴⁵.

Diante desse contexto, outro país platino que estava atento sobre tudo o que acontecia no “caso Sete Quedas” era a Argentina. Contudo, os argentinos não estavam preocupados

²⁴² *ÚLTIMA HORA*, 20 de maio de 1966.

²⁴³ *ÚLTIMA HORA*, 21 de maio de 1966.

²⁴⁴ Ofício de 24 de maio de 1966-CDO nº392.

²⁴⁵ *PÁTRIA*, 12 de maio de 1966.

com o desgaste nas relações brasileiro-paraguaias até mesmo porque aquela situação poderia fazer a nação guarani se aproximar de forma mais intensa da Argentina e se distanciar do Brasil. O receio da nação portenha era justamente um possível acordo entre Brasil e Paraguai, no qual ambas as nações explorassem juntas o potencial energético de Sete Quedas que poderia interferir diretamente nos projetos argentinos voltados para o Prata. Uma das declarações de preocupação dos argentinos ocorreu em abril de 1966, quando o embaixador argentino em Assunção, general Carlos Jorge Rosas, “teria alertado a chancelaria argentina das graves consequências que poderia acarretar à navegação nos rios Paraguai e Paraná o possível acordo paraguaio-brasileiro para uma construção de uma hidrelétrica nos Saltos de Guairá”²⁴⁶.

Enquanto o impasse não tinha um desfecho, a crise diplomática não teve apenas manifestações de preocupação feitas por membros de Estados. Num encontro realizado em Lima, no Peru, a Organização Democrata Cristã da América assinou uma resolução declarando que o “caso Sete Quedas” poderia por “em perigo a paz na América Latina”. Por este motivo, foi proposto, naquele evento, que “os problemas jurídicos e técnicos do condomínio do Brasil e Paraguai sobre os Saltos Del Guairá devem ser resolvidos solidariamente, de acordo com as novas concepções de interdependência dos povos”, ao mesmo tempo “que o aproveitamento do potencial hidrelétrico deve se fazer comunitariamente por ambos os Estados, em igualdade de direitos e obrigações”.²⁴⁷

De fato, pelas circunstâncias não havia outra solução para o impasse, se não com a assinatura de um acordo entre ambas as nações para o aproveitamento em comum do potencial hídrico da área em litígio. Mas enquanto isto não acontecia, a atitude do Brasil, ocupando Porto Coronel Renato, foi mais um símbolo para justificar aversão à ditadura militar brasileira. Tal situação ocorreu na Venezuela, país que também estava em crise em suas relações com o governo brasileiro devido à presidência venezuelana ser contrária a ditaduras militares, quando um periódico de Caracas aproveitou a crise fronteiriça para compartilhar da opinião do governo daquele país ao criticar a política de fronteiras dos regimes antidemocráticos utilizando o Brasil como exemplo. O periódico *República* noticiou que por causa da condução do governo brasileiro no “caso Sete Quedas”, ocupando uma área de fronteira com o Paraguai, a Guiana, recém independente da Inglaterra, teria dificuldades para caracterizar seus limites com o Brasil, denunciando que o governo Castelo Branco tinha a política de “ocupar militarmente e depois enviar notas diplomáticas no mais tradicional

²⁴⁶ FOLHA DE SÃO PAULO, 20 de abril de 1966

²⁴⁷ ÚLTIMA HORA, 26 abril de 1966

estilo da ditadura militar” para impor sua soberania. A publicação deste artigo na Venezuela foi divulgada por periódicos paraguaios, demonstrando que a imprensa no Paraguai fazia questão de noticiar a repercussão do “caso Sete Quedas” no cenário internacional num momento em que as relações brasileiro-paraguaias estavam cada vez mais desgastadas. Com isso, a embaixada brasileira, em Assunção, preocupada com a divulgação do litígio fronteiriço em outros países, enviou trechos destas publicações em anexo ao Ministério de Relações Exteriores²⁴⁸.

O Itamaraty não perdeu tempo em divulgar oficialmente, alguns dias depois de ter recebido o documento da embaixada brasileira em Assunção, que o governo Castelo Branco “desconhecia” qualquer problema fronteiriço em relação à Guiana, para evitar boatos que causassem constrangimentos nas relações do Brasil com o novo país independente. As autoridades do Itamaraty fizeram questão de afirmar que a liderança da comissão de demarcação de fronteira entre a Guiana e o Brasil ficou para o então governador do estado do Amazonas, Arthur Reis, que trabalhava juntamente com o Congresso Nacional brasileiro para concluir os trabalhos de fronteira naquela região.²⁴⁹ Porém, o apontamento feito pelo periódico venezuelano *República* de possíveis problemas futuros na demarcação entre o Brasil e a Guiana pode ser levado em consideração, porque a embaixada paraguaia enviou uma nota a Assunção na qual acusa que Arthur Reis foi logo chamado pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara, tendo em vista que o governador alegou que tinha muitas “denúncias a declarar”. Segundo a nota, os deputados brasileiros estavam preocupados com as divergências constantes entre a Venezuela e a Guiana que incluía a demarcação de suas fronteiras, podendo prejudicar a caracterização do Brasil com o recém vizinho independente²⁵⁰. Ou seja, ocupar militarmente a fronteira com a Guiana, da mesma maneira como fez em Porto Coronel Renato, para garantir a soberania brasileira não poderia ser uma idéia dispensável.

Provavelmente o governo venezuelano acreditava nesta hipótese porque constantemente acompanhava o “caso Sete Quedas”. Tanto que em março de 1966, a embaixada paraguaia em Caracas concedeu uma entrevista à imprensa para dar maiores esclarecimentos sobre o impasse entre Brasil e Paraguai. Quem respondeu às perguntas foi o embaixador do Paraguai, Juan Manoel Frutos Panes, que foi destaque nas manchetes venezuelanas e repercutiu na imprensa paraguaia. Na ocasião, o documento enviado pelo

²⁴⁸ Ofício do Itamaraty de 10 de junho de 1966- CDO nº 395/601. (611).

²⁴⁹ *FOLHA DE SÃO PAULO*, 14 de junho de 1966.

²⁵⁰ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 13 de junho de 1966 M.R nº46/66

Ministério de Relações Exteriores do Paraguai ao Brasil em dezembro de 1965, no qual expõe o ponto de vista paraguaio, foi fotocopiado e entregue aos jornalistas presentes durante a entrevista²⁵¹.

Este interesse do governo venezuelano não apenas pode ter relação com uma preocupação sobre a caracterização da tríplice fronteira Venezuela, Brasil e Guiana (ao norte do então Território Federal do Rio Branco, e atualmente estado de Roraima), mas também por causa das divergências diplomáticas vivenciadas com o governo Castelo Branco devido à condução da *Doutrina Betancourt*, que condenava governos sob ditaduras militares na América Latina. E apesar da nação guarani também estar sob um regime antidemocrático, o próprio embaixador paraguaio em Caracas, Juan Manoel Frutos Panes, informou ao governo Stroessner que a Venezuela estava apoiando o Paraguai na questão Sete Quedas²⁵². Neste sentido, naquela situação o governo venezuelano provavelmente abriu uma exceção ao deixar de lado a doutrina que seguia na política externa, compartilhando com o Paraguai uma defesa sobre algo que também poderia ocorrer contra a Venezuela: soberania fronteiriça ameaçada. Com isso, percebe-se o efeito dominó de repercussão que o “caso Sete Quedas” proporcionou principalmente na América do Sul fundamentando a preocupação de Guimarães Rosa sobre as possíveis consequências do problema fronteiriço com o Paraguai ao ter reivindicações análogas com outros vizinhos. Este talvez tenha sido um dos momentos mais receosos vivenciados por ele enquanto chefe do Serviço de Fronteira do Itamaraty.

No entanto, por mais que o governo brasileiro tentasse evitar que a questão Sete Quedas fosse entendida por outros países como uma atitude arbitrária do Brasil e que isto se refletiria nas relações com as demais nações sul-americanas, o fato é que o impasse com o Paraguai não era entendido no cenário internacional como um acontecimento isolado porque poderia haver sequelas no cenário geopolítico da América do Sul. E a repercussão do impasse brasileiro-paraguaio não se restringiu às Américas. Do outro lado do Atlântico houve publicações sobre o impasse que naturalmente interessava mais ao Paraguai de ganhar notoriedade internacional do que ao Brasil. Afinal, conquistar apoio de outras nações era fundamental para a nação guarani conquistar os seus direitos sobre a região em litígio, mesmo não havendo uma arbitragem internacional. Neste caso, o problema fronteiriço foi noticiado pela imprensa espanhola tendo como exemplo o periódico *Arriba*, de Madrid, que expôs um mapa da região de Sete Quedas ao destacar “dos países iberoamericanos, Brasil y Paraguay, se enfrentan actualmente con un problema de delimitación territorial: el Salto del

²⁵¹ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 22 de maio de 1966 M.R.E.P nº21/86

²⁵² Ibid.

Guairá”. Na ocasião, a reportagem tratou do tema abordando uma entrevista com o já citado membro da Comissão Assessora de Limites e também presidente do Instituto de Cultura Hispânica do Paraguai, Júlio César Chaves, na qual este afirmou ser Sete Quedas uma região com capacidade de gerar a maior produção energética do mundo. A imprensa paraguaia destacou a publicação feita na Espanha²⁵³.

Aos poucos, uma região com uma paisagem natural exuberante ganhava manchetes internacionais. Sete Quedas talvez nunca tenha sido tão mencionada como antes. O que mais chamava atenção em 1966 não era a beleza das quedas, mas o potencial energético que a região poderia proporcionar. E isto era sinal de riqueza e conseqüentemente frutos para a economia do Estado que tinha a sua soberania. E qual era esta nação? Muitos naquela época talvez não estivessem preocupados em responder a esta pergunta, e sim evitar que ela se prolongasse por muito tempo. Afinal, a história ensinava que geralmente divergências entre Estados sobre soberania fronteiriça deixavam sérias sequelas diplomáticas e até mesmo diversos conflitos bélicos que ameaçavam a paz de um continente numa conjuntura geopolítica. E a história das relações entre Brasil e Paraguai era um típico exemplo. Mas desta vez, o resultado das divergências entre ambos foi diferente do final da Guerra da Tríplice Aliança em 1870. Os elementos internos e externos relevantes para o desfecho deste impasse são o objeto de estudo do próximo capítulo.

²⁵³ *PÁTRIA*, 21 de maio de 1966.

CAPÍTULO III:

O FIM DO “CASO SETE QUEDAS”: O ACORDO DIPLOMÁTICO EM 1966 E O SEU SIGNIFICADO HISTÓRICO

3.1 As divergências paraguaio-argentinas e a aproximação Brasil-Paraguai no “caso Sete Quedas”.

Entre os anos de 1962 e 1967, o Paraguai esteve envolvido em divergências diplomáticas com seus dois grandes vizinhos Brasil e Argentina. O problema com o Brasil teve início em 1962 quando o governo paraguaio soube através do *Jornal do Brasil* que o país estava desenvolvendo estudos hídricos na região das Sete Quedas. A partir de então a nação guarani começou a reivindicar seus direitos sobre o aproveitamento hídrico daquela fronteira. Já no caso dos problemas com a Argentina, a crise teve início nos primeiros dias de 1965 quando as autoridades de Corrientes apreenderam dois navios paraguaios que eram provenientes de Assunção e estavam seguindo caminho rumo ao porto de Buenos Aires. O motivo da apreensão era contrabando, segundo as autoridades argentinas²⁵⁴. Este fato causou indignação ao governo paraguaio que incitou a imprensa guarani a publicar diversas manchetes sobre o incidente e explorar a crise com a Argentina²⁵⁵.

O problema ocorrido em Corrientes não teria grande repercussão se fosse encarado pelo governo paraguaio como um simples fato isolado. Mas a verdade é que quase um ano antes do incidente havia sido assinada entre Paraguai e Argentina a Ata de Buenos Aires, em fevereiro de 1964. O documento foi assinado pelos chanceleres Raul Sapeña Pastor, Paraguai, e Miguel Angel Zavala Ortiz, Argentina, com o intuito de facilitar a livre navegação paraguaia em território argentino para usufruir do porto de Buenos Aires²⁵⁶. Por causa do incidente em Corrientes, o governo paraguaio alegou que os argentinos não cumpriram com os termos da Ata de Buenos Aires. Vale mencionar que antes da assinatura deste documento, em 1958 havia sido instituída a Comissão Técnica Mista paraguaio-argentina de Yaciretá, “encarregada da realização de estudos sobre a utilização da energia hidráulica na altura dos

²⁵⁴ Ofício Confidencial do Itamaraty de 19 de julho de 1965- CDO nº507\920. (43)(42).

²⁵⁵ Ofício Confidencial do Itamaraty de 28 de junho de 1965- CDO nº 461/681. (41)(43).

²⁵⁶ FLECHA, Antonio Salum. *La política internacional del Paraguay* 1990, p.242-243.

saltos das ilhas de Yacireta/Apipé²⁵⁷. Ou seja, acordos envolvendo o aproveitamento de rios internacionais já haviam sido assinados entre Paraguai e Argentina no governo Stroessner.

Com isso, em solo guarani, diversos periódicos publicaram notícias sobre o incidente e editores escreviam artigos criticando o governo argentino. Foi o caso do *La Tarde*, que através de seu diretor, Saguier Aceval, criticou a atitude do governo argentino por não permitir a aplicação da Ata de Buenos Aires²⁵⁸. De certa maneira, Stroessner soube tirar proveito da situação para demonstrar à opinião pública que seu governo era necessário para conquistar benefícios ao país como a livre navegação dos rios já que o Paraguai é um país mediterrâneo. Pelo menos esta foi a opinião da embaixada brasileira naquele país, que estava atenta sobre tudo relacionado à crise entre Paraguai e Argentina. Em junho de 1965, através de um documento confidencial, o então embaixador brasileiro Souza Gomes apontou que “o tom da imprensa nos últimos dias mostra claramente a intenção do General Stroessner, ao desviar a atenção pública para o problema da livre navegação em primeiro lugar e contestar as insinuações argentinas, em segundo”²⁵⁹.

As reclamações paraguaias eram constantes porque o governo da Argentina decidiu que depois do incidente ocorrido em Corrientes todos os navios paraguaios que adentrassem em território argentino deveriam ser acompanhados por fiscais até o porto de Buenos Aires. Era por isto que Stroessner utilizava o termo “livre-navegação” para não submeter os navios paraguaios a tal fiscalização. Mas a Argentina possuía um dispositivo legal em sua Constituição considerando o Rio Paraná como rio interno, ou seja, sob direito argentino. Por isso, decidiu unilateralmente romper com a Ata de Buenos Aires, segundo o embaixador do Brasil em Assunção, Souza Gomes²⁶⁰.

O governo argentino estava sob a presidência de Arturo Illia que estava no poder desde outubro de 1963. Seu partido era a União Cívica Radical do Povo (UCR do Povo) que havia vencido as eleições com percentual relativamente baixo. Tinha pouco mais do que a maioria no Senado, mas não estava em posição confortável na Câmara dos Deputados, além de controlar pouco mais da metade das províncias do país.²⁶¹ Segundo Felix Luna, logo que assumiu o poder, a UCR do Povo cometeu o equívoco de formar a equipe de governo apenas

²⁵⁷ MELO, Luciano Moraes. O Paraguai e o processo de aproveitamento dos potenciais hidrelétricos dos rios da Bacia do Prata nos anos de 1960 e 1970, 2011, p.67.

²⁵⁸ Ofício Confidencial do Itamaraty de 02 de fevereiro de 1965- CDO nº 92/910.3(43)(42).

²⁵⁹ Ofício Confidencial do Itamaraty de 28 de junho de 1965- CDO nº 461/681. (41)(43).

²⁶⁰ Ofício Confidencial do Itamaraty de 31 de março de 1965- CDO nº 218.

²⁶¹ ROMERO, Luis Alberto. História Contemporânea da Argentina, 2006, p. 140.

com membros do partido e não fazendo alianças, o que provavelmente contribuiu para a instabilidade do governo Illia²⁶².

Na Argentina, o governo de Illia enfrentava, de saída, numerosos problemas ligados a sua carência de legitimidade e de consenso a seu favor. A esses fatores poderiam acrescentar-se mais dois, um de estilo e outro de representação social. Tanto seu presidente quanto seu ministério e os parlamentares da UCRP tinham um perfil antiquado em relação a uma Argentina que passara por profundas mudanças no decênio pós-peronista. Alguns de seus sintomas eram o movimento cultural vanguardista; as transformações dos costumes, para as quais contribuía a expansão da psicanálise; a vida universitária massificada, palco de crescentes tensões, que tendiam à radicalização ideológica, busca de maior racionalidade, cujo órgão emblemático era o semanário *Primeira Plana*, que combinava linguagem elaborada, temas políticos hostis ao governo e a aspiração a uma modernização cosmopolita dos hábitos da vida. Tudo isso envolvia as novas classes médias urbanas desiludidas como o fracasso do frondizismo, que deveriam ter sido um dos esteios sociais do novo governo, mas se distanciaram dele²⁶³.

A UCR do Povo defendia ideias nacionalistas e tentava colocá-las em prática como foi o caso do rompimento dos contratos com as empresas estrangeiras exploradoras de petróleo, pagando um imenso valor financeiro de indenização a tais empresas através da retirada de capital dos cofres públicos. É provável que o mesmo nacionalismo tenha sido um dos principais motivos para o governo argentino ter agido unilateralmente descumprindo com a Ata de Buenos Aires em relação ao Paraguai. Mas também é importante mencionar que possivelmente outros motivos contribuíram para o Estado argentino tomar tal decisão, como os rumores de que Stroessner estaria apoiando grupos hostis a derrubarem o governo de Illia²⁶⁴.

No entanto, apesar da polêmica envolvendo as duas nações, o governo paraguaio acreditava que o problema seria solucionado e contava com a ajuda do embaixador argentino em Assunção, Marco Aurélio Benítez. Stroessner dava mostras de pensar que este seria seu advogado perante o governo de Arturo Illia defendendo os interesses paraguaios na questão da livre navegação do Rio Paraná. Mas o presidente argentino esperava o contrário de seu embaixador, o que não era para menos. Porém, os trabalhos de Benítez não estavam agradando o governo argentino que estava cogitando tirá-lo de Assunção e enviá-lo para outra embaixada. Sabendo desta informação, Benítez entrou em contato com Stroessner para que intercedesse junto ao governo Illia pedindo a sua não transferência para outra embaixada. O

²⁶² LUNA, Felix. *De Peron a Lanusse (1943-1973)* 1974, p.168.

²⁶³ FAUSTO, Boris; DEVOTO, J. Fernando. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*, 2004, p.386.

²⁶⁴ Ofício Confidencial do Itamaraty de 19 de julho de 1965- CDO nº507\920.(43)(42).

presidente paraguaio atendeu ao pedido do embaixador argentino e entrou em contato com Illia. Com isso, Benítez continuou no cargo²⁶⁵.

Durante as comemorações do *14 de julho* na embaixada da França em Assunção, o embaixador argentino Benítez convidou o Coronel brasileiro Moreira Lima, que era o adido militar²⁶⁶ da embaixada brasileira no Paraguai, para tomar uma xícara de chá em seus aposentos. Em meio às trocas de palavras, Benítez tratou sobre a crise entre Paraguai e Argentina. Disse que o incidente ocorrido em Corrientes era um típico caso de contrabando e que a má vontade dos paraguaios em relação aos argentinos em diversas questões geopolíticas era por causa do apoio brasileiro ao governo Stroessner. Aproveitou para acusar o presidente paraguaio de apoiar grupos hostis ao governo de Illia na Argentina. E além disso, enfatizou que a paciência da Argentina em relação ao Paraguai estava se esgotando. Para Benítez, se outros países como o Brasil não estivessem apoiando o governo de Stroessner, os paraguaios não estariam sendo arrogantes em relação aos argentinos na condução da política externa do país. Como resposta, o Coronel Moreira Lima disse que a política brasileira voltada para o Paraguai era apenas possibilitar uma nova saída ao mar e que não havia nenhum apoio contra a Argentina. O diálogo entre o embaixador argentino e o Coronel brasileiro foi tão significativo para a embaixada brasileira, provavelmente para compreender a visão argentina em relação à aproximação brasileiro-paraguaia, que foi registrado pelo Encarregado de Negócios da Embaixada brasileira em Assunção, Manuel Maria Fernandez Alcázar através de um documento confidencial enviado ao Itamaraty²⁶⁷.

Meses depois, em novembro de 1965, a representação diplomática paraguaia elaborou uma tese defendendo a livre-navegação de rios internacionais e que seria apresentada no encontro da ALALC em Montevideu no Uruguai. Mas a tese não chegou a ser debatida porque a delegação da Argentina retornou para o seu país de origem antes do término do encontro. Houve muita expectativa por parte dos paraguaios que houvesse naquele evento grandes avanços entre as duas nações, até mesmo por causa da presença do embaixador argentino em Assunção juntamente com a delegação diplomática da Argentina. Mas com a retirada dos argentinos a pedido do seu governo, que aliás não é possível apontar o motivo, o objetivo paraguaio fracassou²⁶⁸. Com isso, Stroessner estava cada vez mais irritado e se distanciou do embaixador argentino Marco Aurélio Benítez que tendia cada vez mais a

²⁶⁵ Ofício Confidencial do Itamaraty de 31 de março de 1966- CDO nº218.

²⁶⁶ Aquele que ocupa esta função é incumbido de trabalhar com estreita ligação com as autoridades militares locais. Por regras, uma embaixada dispõe de um adido militar ou rotativamente proveniente de cada um dos três ramos das Forças Armadas ou, junto dos Estados de maior relevância, três adidos de cada um dos membros.

²⁶⁷ Ofício Confidencial do Itamaraty de 19 de julho de 1965- CDO nº507\920.(43)(42).

²⁶⁸ Ofício Confidencial do Itamaraty de 10 de novembro de 1965- CDO nº856

defender os interesses argentinos. Diante do grande impasse entre os dois países e pelas dificuldades de propor uma solução, não restou alternativa ao embaixador argentino a não ser aceitar ser transferido para outra embaixada. Ele foi enviado às Filipinas e não recebeu nenhuma honraria pelos seus trabalhos realizados em solo guarani²⁶⁹. Com a saída de Benítez, o novo embaixador argentino em Assunção era o General Carlos Jorge Rosas. Setores da imprensa paraguaia estavam otimistas com chegada de Rosas e acreditavam que um novo embaixador facilitaria uma solução para os problemas com a Argentina. No entanto, a crise ainda parecia distante de ser solucionada.

E enquanto os problemas com a Argentina persistiam, o governo Stroessner enfrentava o Brasil no campo diplomático a respeito de Sete Quedas. A ocupação militar em Porto Coronel Renato já era manchete nos principais jornais paraguaios. Ao final de 1965, Stroessner estava passando por um delicado momento no qual teve um enorme desgaste diplomático com os dois “pulmões” do país, Brasil e Argentina. Nos primeiros meses de 1966 o quadro parecia irreversível com o Brasil não abrindo mão de alegar sua soberania sobre Sete Quedas e a Argentina não cedendo em relação à manutenção da fiscalização das embarcações paraguaias no Rio Paraná. Mas no mês de março pequenos avanços começaram a surgir de ambos os lados. A diplomacia brasileira reforçou a oferta feita em novembro de 1965, na visita de Golbery Couto e Silva a Assunção, da possibilidade de dividir com o Paraguai os benefícios econômicos do potencial energético de Sete Quedas, e a Argentina sinalizava a assinatura de um novo convênio para navegação do Rio Paraná. O embaixador argentino Rosas estava conduzindo as conversações para um novo acordo com o Sub-Secretário de Estado das Relações Exteriores do Paraguai, Dr. Pedro Godinot de Villaire²⁷⁰.

A verdade era que a crise paraguaio-argentina era acompanhada pelo governo brasileiro e a crise paraguaio-brasileira era acompanhada pelo governo argentino. A movimentação no cenário do Prata envolvendo o Paraguai interessava aos dois grandes, Brasil e Argentina, pelos interesses geopolíticos que estavam em jogo. No caso do Brasil, a crise com a Argentina faria o Paraguai precisar casa vez mais dos portos brasileiros. Já a crise com o Brasil faria o Paraguai se aproximar da Argentina para defender os projetos portenhos voltados para o Prata como a defesa da *consulta prévia*²⁷¹. Ou seja, a crise com dois países vizinhos naturalmente faria o Paraguai recuar perante um para não perder para o outro. No caso das relações com o Brasil, seria mais vantajoso para o Paraguai até aquele momento

²⁶⁹ Ofício Confidencial do Itamaraty de 31 de março de 1966- CDO nº 218.

²⁷⁰ Ofício Confidencial do Itamaraty de 31 de março de 1966- CDO nº 218.

²⁷¹ PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu: prós e contras*, 1974, p. 72.

ceder, aceitando o compartilhamento dos benefícios energéticos das Sete Quedas, do que enfrentá-lo em uma arbitragem internacional e correr o risco de perder. Afinal, o desgaste com o Brasil significava distanciamento e necessidade de aproximação cada vez mais intensa com a Argentina, ou seja, aumentar a dependência para os argentinos.

Mas neste jogo de disputas no cenário geopolítico da bacia platina é importante observar algo: a importância das águas como recurso natural. Para o Paraguai, o seu principal meio de barganha é o aproveitamento das águas do Rio Paraná. Ele está a “cavaleiro da bacia e com uma posição geográfica intermediária entre os grandes, pode ser simultaneamente sócio obrigatório do Brasil e da Argentina no aproveitamento das águas”²⁷². A este respeito, Pereira utiliza como referência as palavras do ex-chanceler argentino, Nicanor Costa Méndez, que faz a seguinte observação:

Paraguai e Bolívia são o “heartland” da América Meridional, e torna-se cada vez mais evidente que quem exercer preponderância nesses Estados, dominará totalmente a bacia do Prata e a nação que exercer a liderança nessa “zona-chefe” estará destinada a ser indiscutivelmente, a primeira potência latino-americana.²⁷³

Segundo Elhance, “o compartilhamento de águas internacionais caracteriza uma relação de interdependência entre os países ribeirinhos, na medida em que a ação de um deles pode comprometer os interesses dos demais”²⁷⁴. Neste caso, o Paraguai teria o direito de usufruir das águas compartilhadas com o Brasil para obter os benefícios do potencial energético de Sete Quedas. Mas caso ambas as nações entrassem em consenso e decidissem juntas construir uma usina hidrelétrica no curso do Rio Paraná, quem poderia ser prejudicada era a Argentina, sendo este país de forma considerável dependente do potencial energético do mesmo rio. Com isso, os argentinos necessitavam novamente ampliar os laços de aproximação com o Paraguai para evitar que os projetos brasileiros na bacia do Prata prejudicassem os interesses portenhos. Provavelmente por este motivo, a imprensa argentina recebeu com entusiasmo a notícia do convite feito pelo governo do país ao presidente Stroessner para que este visitasse a capital Buenos Aires²⁷⁵.

Neste cenário de dificuldades da política externa paraguaia perante Brasil e Argentina, o Paraguai estava em desvantagem perante ambos. Em relação ao Brasil, a ocupação militar na área em litígio já colocava os brasileiros em vantagem. Já sobre a Argentina, estes tinham

²⁷² MELLO, Leonel Itaussu Almeida, *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p. 173.

²⁷³ PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu: prós e contras*, 1974, p. 72.

²⁷⁴ ELHANCE, Aruh P. *Hydropolitics no terceiro mundo: conflito e cooperação nos rios internacionais*, 1999, p.13.

²⁷⁵ Ofício do Itamaraty de 03 de janeiro de 1966. CDO- nº1\430.1(43)(41).

o controle do Rio Paraná em seu território. Durante certo período, o governo paraguaio evitou tratar sobre estes problemas em fóruns internacionais e defendeu a ideia de que poderia solucionar os empecilhos diplomáticos diretamente com os dois países. Mas isto não foi suficiente por causa da resistência de ambas as nações de não cederem em seus argumentos, fazendo os paraguaios tentarem levar estes problemas diplomáticos para tribunais e fóruns internacionais. Em abril de 1966, Stroessner declarou que aceitava uma arbitragem internacional para resolver a questão Sete Quedas com o governo brasileiro. E em novembro de 1965, a chancelaria paraguaia tentou defender a tão desejada livre navegação na reunião da ALALC em Montevideú, mas não obteve sucesso como já foi mencionado.

A luta travada pelo Paraguai perante seus vizinhos baseava-se em dois temas básicos sobre a utilização das águas do Prata: navegação e potencial energético. O primeiro foi motivo de disputas entre Portugal e Espanha durante o período colonial na região platina e continuou a ser objeto de tensão entre Brasil e Argentina desde o século XIX. Já o segundo tema se tornou motivo de divergência ampla justamente na década de 1960, num momento em que Brasil e Argentina tentavam superar a demanda de energia necessária para impulsionar o desenvolvimento econômico. Neste caso, os paraguaios tinham um trunfo sobre os argentinos para conquistar seus direitos relacionados à navegação. Isto porque, as notícias sobre a oferta brasileira de dividir com a nação guarani os benefícios energéticos das Sete Quedas deixaram os argentinos extremamente receosos, o que resultaria em um poder de barganha dos paraguaios sobre a Argentina para conquistar o direito sobre a fiscalização argentina no Rio Paraná. É provável que o governo Stroessner tenha tido esta percepção quando em junho de 1966 a Argentina fez a convocação para que todos os países do Prata participassem de uma reunião em Buenos Aires.

Mas afinal, qual o motivo da Argentina ter convocado todos os países para uma reunião? Fazendo uma análise geográfica, o sistema platino abrange 37% do território argentino. Dentre os cinco países ribeirinhos é aquele “com pior inserção no sistema hidrográfico”²⁷⁶. Segundo Schilling, ao contrário do Brasil, a Argentina é o país mais dependente da Bacia, sendo que o potencial hídrico é essencial para o desenvolvimento econômico da nação²⁷⁷. Os argentinos necessitavam tanto de suprir suas necessidades

²⁷⁶ MELLO, Leonel Itaussu Almeida, *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p. 173.

²⁷⁷ SCHILLING, Paulo. *O expansionismo brasileiro: a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamaraty*, 1981, p. 124.

energéticas que na década de 1950 o país tentou desenvolver tecnologia nuclear para fins de geração de energia.²⁷⁸

Por causa da sua dependência em relação ao potencial energético do Rio Paraná, a Argentina estava em uma situação de interdependência em relação a Brasil e Paraguai (no sentido de constrangimento e assimetria). Segundo Santos Júnior, esta definição de interdependência “acontece, no âmbito das relações internacionais, quando os efeitos de uma transação envolvem tanto benefícios quanto constrangimentos ou custos recíprocos, podendo vir a restringir a autonomia dos envolvidos em acordos ou negociações”²⁷⁹. Com o Paraguai, como já mencionado no início deste capítulo, a Argentina estava desenvolvendo projetos para construir as usinas de Corpus e Yacyretá. E para evitar que ambas fossem prejudicadas na capacidade de gerar energia, o governo argentino estava atento ao “caso Sete Quedas”. Por isso, Arturo Illia, já em 1965, realizava consultas com seus vizinhos para promover a integração física da Bacia do Prata e criar mecanismos de jurisdição para regulamentação²⁸⁰.

A particularidade de a Argentina ser um país de águas abaixo, o que a colocava em posição de desvantagem em relação ao Brasil, motivou o governo Illia a dar esse primeiro impulso em busca de entendimento no âmbito da Bacia, com o intuito de desenvolver projetos conjuntos e evitar que a realização de obras águas acima viesse a causar danos no curso de seus rios que cabia à Argentina. Com efeito, a iniciativa do governo Illia, que não havia conseguido alcançar acordos que permitissem concertar estratégia comum sobre o aproveitamento energético dos rios, configurava tentativa de “multilateralizar” diálogo que não havia prosperado desde a queda do Presidente Arturo Frondizi²⁸¹.

Enquanto Illia esteve no poder, seu governo não conquistou avanços neste sentido²⁸². Vale destacar que seu governo não agradava os seus potenciais opositores na condução de sua política externa. Quando os Estados Unidos decidiram intervir na República Dominicana, em abril de 1965, para evitar uma movimentação socialista neste país, os norte-americanos contaram com o apoio militar de diversas nações latino-americanas como o Brasil e o Paraguai. Tais países incorporaram a chamada Força Interamericana de Paz, como já foi mencionado no capítulo anterior. A representação argentina na OEA votou a favor da intervenção na República Dominicana e isto causou opiniões distintas entre os partidos políticos do país. Os setores jovens da UCR do Povo, o partido de Illia, manifestaram

²⁷⁸ YAHN FILHO, Armando Gallo, *Conflicto e cooperação na Bacia do Prata em relação aos cursos d'água internacionais*, 2005, p.78.

²⁷⁹ SANTOS JÚNIOR, Raimundo B. *Diversificação das Relações Internacionais e Teoria da Interdependência*, 2000, p.249.

²⁸⁰ ZUGAIB, Eliana. *A Hidrovia Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia sul-americana do Brasil*, 2006, p. 105.

²⁸¹ Ibid, p. 106.

²⁸² LUNA, Felix. *De Peron a Lanusse (1943-1973)* 1974, p. 171.

indignação. Afinal, estes defendiam que nenhuma nação deveria intervir em outra de forma militar. Já parte considerável das Forças Armadas, que eram favoráveis à aproximação do país com os Estados Unidos, eram a favor da intervenção. Porém, o governo não permitiu que fossem enviados militares argentinos para reforçar a Força Interamericana de Paz na República Dominicana. O resultado foi o aumento do desgaste das relações entre o governo Illia e as Forças Armadas²⁸³.

Se o governo Illia já era observado internamente como frágil, seu partido político tendia a “complicar” as coisas ao desgastar a imagem do então governo graças a sua tese “radical”. A UCR do Povo recusou recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), pois não aceitava as condições impostas por este. Para suprir as dificuldades do comércio exterior, tentou diversas vezes controlar o câmbio para evitar que o volume das importações sobressaísse em relação ao de exportações. No entanto, as exportações não aumentaram como era esperado²⁸⁴. Em meio à instabilidade vivenciada durante o governo Illia, havia rumores de que um golpe de Estado estava prestes a ocorrer.

Apesar da instabilidade política vivenciada na Argentina durante o governo de Illia, das dificuldades encontradas e das diversas ações sem efeito político e econômico no país, o mês de junho de 1966 pode ser considerado o primeiro passo oficial para um entendimento entre os países do Prata. Como mencionado nos parágrafos anteriores, no dia 2 de junho, o governo argentino convocou Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia para uma reunião a ser realizada em Buenos Aires com o objetivo de tratar sobre diversos temas relacionados à região platina. É muito provável que esta convocação tenha sido um catalisador para Brasil e Paraguai deixarem as diferenças diplomáticas sobre Sete Quedas de lado e resolver definitivamente a questão. Neste sentido, Menezes faz a seguinte análise geopolítica:

É bem provável que os argentinos, que estavam perdendo influência no Paraguai, associado aos seus interesses no uso dos recursos da Bacia do Prata, viram o desacordo sobre Sete Quedas entre o Brasil e o Paraguai uma excelente oportunidade para convocar um encontro para decidir sobre o uso dos recursos naturais da área do Prata, incluindo um, que era fundamental para o Brasil: o uso dos recursos do rio Paraná, um rio comum ao Brasil, Paraguai e Argentina, como futura fonte de energia elétrica.²⁸⁵

Para Amaral e Silva, “é inegável que, nesse momento, se o Brasil já não tivesse resolvido diplomaticamente suas pendências com o Paraguai na questão Sete Quedas, correria

²⁸³ Ibid.

²⁸⁴ FAUSTO, Boris; DEVOTO, J. Fernando. Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002), 2004, p. 387.

²⁸⁵ MENEZES, Alfredo da Mota. A herança de Stroessner, 1987, p. 93.

o risco de o Paraguai decidir por unir-se diplomaticamente à Argentina no tema da administração dos rios compartilhados”²⁸⁶. Com isso, é possível perceber a complexidade das relações entre Brasil, Paraguai e Argentina até aquele momento no que se refere ao aproveitamento do Rio Paraná, seja energético ou para navegação. Ou seja, vários interesses estavam em jogo. E como até o início do mês de junho de 1966 as divergências entre Paraguai e Argentina não haviam sido superadas com propostas concretas de consentimento para resolver a questão da livre navegação, o governo de Stroessner, que já demonstrava estar mais próximo do Brasil do que dos argentinos, somado a outros interesses, marcava uma reunião para se entender com o governo Castelo Branco sobre Sete Quedas. Neste sentido, vale ressaltar novamente que a convocação feita pelo governo Illia foi o mais provável elemento externo que possibilitou um ambiente propício para os governos de Brasil e Paraguai se entenderem.

Como veremos adiante, vinte dias depois da convocação do governo argentino, os chanceleres de Brasil e Paraguai se encontraram por três dias seguidos para por um ponto final à crise diplomática. Num período de dois meses, os ministros de Relações Exteriores de ambas as nações trocaram as acusações por palavras de amizade. Pouco tempo depois deste encontro, Illia sofreria um golpe de Estado liderado por Juan Carlos Onganía que se tornaria o novo presidente da Argentina. Nos próximos parágrafos, estudaremos o desenrolar das negociações que resultaram na solução do “caso Sete Quedas”²⁸⁷.

3.2 A Ata das Cataratas: o acordo

O mês era junho de 1966 e o momento era um dos piores nas relações Brasil-Paraguai. Desde o final da Guerra da Tríplice Aliança, em 1870, o clima não estava tão ruim entre ambas as nações. Dois meses antes os chanceleres trocaram acusações através da imprensa e um clima de guerra estava ocorrendo, apesar das duas nações não ameaçarem impor sua

²⁸⁶ AMARAL E SILVA, *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral*, 1954-1973, 2006, p.77.

²⁸⁷ A crise diplomática entre Paraguai e Argentina referente à livre navegação do Rio Paraná se prorrogou até 23 de janeiro de 1967, quando os chanceleres do Paraguai, Raul Sapeña Pastor, e da Argentina, Nicanor Costa Mendez, firmaram em Buenos Aires o Tratado de Navegação que permitiu às embarcações paraguaias navegarem em águas sob jurisdição argentina livremente. É provável que a aproximação foi consequência da proximidade da data referente à primeira reunião dos países ribeirinhos do Prata. O objetivo desta, como veremos adiante, foi eliminar os obstáculos para integração platina envolvendo Brasil, Paraguai, Bolívia, Argentina e Uruguai. Possivelmente o governo argentino, já sob a presidência de Juan Carlos Onganía (líder do movimento que derrubou Arturo Illia do Poder), teria cedido a livre navegação de embarcações paraguaias em seu território para conquistar apoio da nação guarani em diversos temas que seriam debatidos naquele encontro que incluíam a questão sobre o princípio da *consulta prévia* a respeito de obras a serem construídas nos cursos de rios internacionais do Prata.

soberania sobre Sete Quedas de forma bélica. A proposta feita pelo Brasil sobre a construção de uma usina hidrelétrica com o Paraguai era a melhor maneira de resolver o impasse naquele momento e nada parecia substituir esta alternativa para dar fim ao litígio fronteiriço.

Dois meses antes, o nome brasileiro mais criticado pelo governo paraguaio era o de Juracy Magalhães. O então ministro de Relações Exteriores do Brasil irritava os paraguaios ao dar declarações de que não havia motivos para o governo do Paraguai reclamar sobre a soberania de Sete Quedas, além de acusar Stroessner de utilizar o impasse para desviar atenção da população de seu país. Por conta desta situação delicada, a embaixada paraguaia no Brasil acompanhava de perto tudo que acontecia no cenário interno da política brasileira, no qual Juracy Magalhães desenvolvia um papel de articulação política no governo Castelo Branco, ao mesmo tempo em que era chanceler. Tanto que no início do mês de junho de 1966, a embaixada enviou para Assunção uma nota informando que Juracy Magalhães estava sendo criticado por aliados e opositores por causa de suas declarações sobre a política interna e externa brasileira. Segundo o documento, o chanceler brasileiro teria sido apedrejado na capital baiana, Salvador, onde havia sido governador por vários anos (1931-1937 e 1959-1963). Além disso, no mês seguinte seria realizada uma reforma ministerial pelo presidente Castelo Branco em conjunto com os ministros Arthur Costa e Silva (Guerra) e Pedro Aleixo (Educação). Comentava-se nos bastidores que neste processo, o secretário geral do Itamaraty, Pio Correa, seria o substituto de Juracy Magalhães. A embaixada paraguaia enfatizou que esta informação era de grande interesse para o governo de seu país²⁸⁸.

De fato, uma possível mudança no ministério de Relações Exteriores interessava ao governo paraguaio. Não apenas por causa da questão Sete Quedas, mas pela importância das relações diplomáticas do Paraguai com o Brasil. Porém, Juracy Magalhães se manteve no cargo até o final do mandato de Castelo Branco em março de 1967. Três dias depois do envio do documento pela embaixada paraguaia ao governo de Assunção, surgiram as primeiras notícias sobre um encontro entre os chanceleres dos dois países que estava prestes a ocorrer²⁸⁹. No Brasil, a imprensa escrita, emissoras de televisão e rádio divulgaram que Juracy Magalhães e Raul Sapeña Pastor se encontrariam em Foz do Iguaçu e Porto Presidente Stroessner nos dias 21, 22 e 23 daquele mesmo mês²⁹⁰. A embaixada paraguaia enviava para Assunção todas as publicações na imprensa escrita brasileira sobre o encontro. O embaixador Raul Peña selecionava os periódicos e apontava qual o ponto de vista de cada um sobre o

²⁸⁸ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 08 de junho de 1966- M.R.E n°43/66

²⁸⁹ *FOLHA DE SÃO PAULO*, 11 de junho de 1966.

²⁹⁰ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 11 de junho de 1966- M.R.E n°44/66.

“caso Sete Quedas” para o chanceler Raul Sapeña Pastor ter maiores informações sobre a opinião da imprensa brasileira. Foi o caso do periódico *O Jornal*, que segundo Raul Peña sempre publicava artigos em tom conciliador sobre o litígio fronteiriço até aquele momento²⁹¹.

No Paraguai, simultaneamente às publicações sobre o encontro de chanceleres no Brasil, também foram publicadas notícias. O periódico *La Tribuna* divulgou o comunicado oficial entregue no dia 10 de junho pelo governo paraguaio à imprensa local de que os governos dos dois países autorizaram as chancelarias a se encontrarem nas cidades fronteiriças de Foz do Iguaçu e Porto Presidente Stroessner para tentar resolver o problema diplomático vivenciado entre ambos sobre a questão Sete Quedas, além de tratarem de outros assuntos de grande interesse.

No dia 14, Juracy Magalhães confirmou a sua presença na reunião e disse que estaria indo “desprevenido e levando sugestões que possam tirar o Brasil e o Paraguai do desagradável impasse em que se acham suas relações”. Comentou que ao se encontrar com Sapeña Pastor pretendia “o mesmo propósito de buscar uma solução alta, que resguarde os legítimos interesses de ambas as partes e propicie a retomada de relações fraternais entre os dois governos e os dois povos, nos níveis em que sempre mantiveram”. E sobre o estado de ânimo para o encontro, afirmou “não ser nem otimista e nem pessimista”. Finalizou a entrevista esperando que ao final do encontro ambos possam “chegar a uma conclusão feliz através de um diálogo franco entre dois homens com experiência política e experiência de vida, sabendo cada qual a imensa responsabilidade que lhe cabe”²⁹². Se a expectativa de Juracy Magalhães era conquistar resultados positivos naquele encontro, provavelmente Sapeña Pastor também esperava o mesmo.

No dia 21 de junho, os periódicos paraguaios destacaram o encontro que estava prestes a acontecer em Foz do Iguaçu²⁹³. Menezes menciona que o clima da abertura do encontro foi de entusiasmo e acrescenta que:

Juracy Magalhães, o chanceler brasileiro, estava dizendo no Hotel das Cataratas, próximo a Foz do Iguaçu, as seguintes palavras ao chanceler paraguaio, Sapeña Pastor: nós devemos esquecer a animosidade; “nós devemos esquecer as palavras desafortunadas e as expressões que foram usadas em nossa disputa... o governo brasileiro deseja soluções sem ferir a dignidade, soberania e os interesses de ambas as nações... esta deve ser a base para o desenvolvimento econômico de nossas populações... em direção ao ideal pan-americano de paz e progresso social”. Sapeña Pastor respondeu que “nós viemos para resolver as divergências, para esquecer os

²⁹¹ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 13 de junho de 1966- M.R.E nº45/66.

²⁹² *ÚLTIMA HORA*, 15 de junho de 1966.

²⁹³ Ofício do Itamaraty de 21 de junho de 1966- CDO nº443/930.2(42)(43).

ressentimentos e para trabalhar juntos no caminho puro da amizade... nossos governos não podem perder tempo e esforços em discussões estéreis... e medo... nós queremos soluções que respeitem a dignidade, soberania e interesse de ambas as nações”²⁹⁴.

O clima de respeito logo de início impressionou e deixou ambos os chanceleres a vontade. Mas a verdade é que ambos teriam que demonstrar muita habilidade para superar as divergências sobre a demarcação de Sete Quedas. Segundo Mendonça, Juracy Magalhães logo explicou que estava presente naquela reunião para resolver de vez o problema e não para discutir questões fronteiriças. Tanto que alegou não ter levado para o encontro nenhum representante do Serviço de Fronteiras do Itamaraty²⁹⁵. Isto deixava claro que o Brasil já não estava mais interessado em discutir a soberania de Sete Quedas e que os dois países estavam perdendo tempo demais com aquela discussão.

A resposta de Sapeña Pastor foi objetiva e demonstrava a intenção do governo paraguaio. Afirmou que o “interesse prioritário do Paraguai era retirar as tropas brasileiras da região e que só estaria disposto a discutir a questão hidrelétrica depois da concordância brasileira sobre a criação de uma zona neutra naquela área”²⁹⁶. O próprio chanceler paraguaio informou que tinha conhecimento sobre o planejamento de guerrilheiros comissionados pela oposição do governo Stroessner de atacar o destacamento militar brasileiro em Porto Coronel Renato. Como resposta, Juracy disse que já sabia deste planejamento das guerrilhas paraguaias e que o governo brasileiro estava disposto a enviar a cavalaria para proteger o destacamento militar²⁹⁷. Apesar destas trocas de informações, os trabalhos pesquisados para estudar este encontro não revelam mais do que o diálogo de cumprimentos no primeiro dia em que Juracy Magalhães se encontrou com Sapeña Pastor. Como bem informou o noticiário do *Última Hora* no dia seguinte, “nada foi revelado sobre o encontro de natureza sigilosa”²⁹⁸.

No dia posterior, ambos se encontraram novamente no Hotel *Acaray* em Porto Presidente Stroessner. Mas desta vez, um clima de insegurança perdurou entre as delegações dos dois países. Sapeña Pastor insistiu num assunto que no dia anterior Juracy Magalhães não havia concordado: a criação de uma zona neutra na fronteira, o que significava a criação de

²⁹⁴ MENEZES, *A herança de Stroessner*, 1987, p. 87.

²⁹⁵ MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras formas definitivas no Brasil*, 2004, p.117-118.

²⁹⁶ OLIVEIRA, Márcio Gimene de. *A fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade*, 2008, p.71.

²⁹⁷ *Ibid.*

²⁹⁸ *ÚLTIMA HORA*, 22 de junho de 1966.

um novo tratado fronteiriço. Segundo relato de Juracy Magalhães, a insistência paraguaia sobre este tema quase encerrou o encontro.

Nessa hora observei, com o máximo de calma, que um tratado entre os dois países só poderia ser revisto por outro tratado. Ou por uma guerra. E como o Brasil não estava disposto a aceitar novo tratado, perguntei-lhe se o Paraguai se considerava em condições de promover uma guerra²⁹⁹

Para aqueles que estavam temendo que houvesse uma guerra, o encontro entre os dois chanceleres encerrou qualquer possibilidade de conflito bélico. Isto porque, quando questionado sobre a possibilidade do Paraguai promover uma guerra, o chanceler paraguaio se mostrou surpreso e questionou se Juracy Magalhães estava fazendo uma ameaça. A resposta do brasileiro foi a seguinte: “pretendia trazer nossa discussão para uma base mais realista. Suspenso nosso encontro nesse clima tenso”³⁰⁰.

Na verdade, a ideia paraguaia de construir na área em litígio uma zona neutra jamais seria aceita pelo governo brasileiro, pois simbolizaria perda de território sendo que o Brasil acreditava ser Sete Quedas sob sua soberania. Provavelmente por esta razão, Juracy Magalhães deve ter se zangado com a proposta de Sapeña Pastor e decidiu suspender a reunião. Talvez aquele fosse o momento em que as duas delegações acreditaram que as negociações possivelmente iriam fracassar. Mas, felizmente, não foi o que aconteceu, como veremos.

Durante o encontro de chanceleres, alguns periódicos paraguaios opinavam que as negociações seriam bem sucedidas. O jornal *colorado Pátria* publicou a informação de que os jornalistas que estavam presentes em Porto Presidente Stroessner acreditavam que o resultado da reunião seria a retirada dos militares brasileiros da área em litígio e que apenas a Comissão Mista de Fronteira brasileiro-paraguaia teria acesso à região para dar continuidade aos trabalhos de demarcação³⁰¹. Já o *La Tribuna* mencionou que as negociações lideradas pelos chanceleres demonstravam um “otimismo discreto” por conta da reunião ter sido privada, sem ter maiores esclarecimentos³⁰². Ao analisar as informações publicadas, percebe-se que os três dias do encontro foram intensos ao ponto das reuniões dos dias 21 e 22 de junho terem ocorrido nos períodos matutino, vespertino e até mesmo noturno³⁰³, demonstrando que os

²⁹⁹ MAGALHÃES, Juracy *apud* MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras formas definitivas no Brasil*, 2004, p.178.

³⁰⁰ MAGALHÃES, Juracy *apud* MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras formas definitivas no Brasil*, 2004, p.178.

³⁰¹ *PÁTRIA*, 22 de junho de 1966.

³⁰² *LA TRIBUNA*, 22 de junho de 1966

³⁰³ *Ibid.*

governos dos dois países fariam o possível para resolver o impasse diplomático naquele encontro.

Finalmente, no dia 23 de junho, os chanceleres abriram as portas da sala de reunião para divulgarem aos jornalistas presentes em Porto Presidente Stroessner que o problema estava resolvido. Ambas as nações aproveitariam os recursos energéticos das Sete Quedas e os militares brasileiros desocupariam a região. Na verdade, o encontro apenas selou algo que já estava em processo desde a visita de Golbery Couto e Silva a Assunção em novembro de 1965. Na ocasião, mesmo com a oferta feita pela primeira vez pelo governo Castelo Branco de aproveitamento compartilhado (que não era inédita), os paraguaios deram mostras de que não assinariam nenhum acordo com o Brasil se não fossem retirados os militares de Porto Coronel Renato. O resultado do encontro entre Juracy Magalhães e Raul Sapeña Pastor deixou claro que a ocupação brasileira estava sendo o entrave nas negociações, apesar de ambos os governos divergirem sobre a soberania de Sete Quedas. Ou seja, o empecilho maior não eram as divergências sobre a demarcação, mas sim a ocupação. Tanto que ambos os Estados haviam anunciado publicamente em janeiro de 1964, após o encontro de João Goulart e Stroessner, que a melhor solução para resolver a polêmica seria o usufruto compartilhado daquela região.

Apesar da proposta de aproveitamento conjunto ter sido feita muito tempo antes do encontro de junho de 1966, o que provavelmente catalisou a solução do “caso Sete Quedas” foi o interesse internacional no impasse. A Argentina estava atenta sobre a possibilidade do acordo diplomático entre Brasil e Paraguai resultar na construção de uma hidrelétrica binacional no curso do Rio Paraná, pois isto interferiria nos seus projetos energéticos. No dia 2 de junho daquele mesmo ano, a nação portenha havia convocado todos os ribeirinhos da Bacia do Prata para um encontro em Buenos Aires. É provável que esta convocação tenha sido essencial para os governos de Brasil e Paraguai resolverem negociar a questão Sete Quedas o mais breve possível. Afinal, o interesse argentino no aproveitamento energético do Paraná poderia interferir nos interesses do Brasil em Sete Quedas. Já a demonstração uruguaia de arbitrar as divergências brasileiro-paraguaias em maio de 1966 possivelmente deixou o Itamaraty atento, pois além dos uruguaios terem se oferecido até aquele momento apenas para o governo paraguaio, provavelmente foi percebido que uma arbitragem internacional poderia atrapalhar os planos do Brasil, apesar do mesmo ter sugerido isto ao Paraguai em outubro de 1965. Afinal, sete meses depois a repercussão internacional do litígio fronteiro ganhou projeção, o que conseqüentemente fez o governo brasileiro reavaliar suas estratégias.

Finalmente, no dia 23 de junho de 1966, foi divulgado para a imprensa de ambas as nações, com conseqüente repercussão internacional, que o “caso Sete Quedas” estava solucionado. E desta vez, um documento havia sido assinado para formalizar o fim do impasse. Tratava-se da Ata das Cataratas, ou Ata do Iguaçu, que se tornou um marco nas relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai. Segundo Menezes,

Aquela reaproximação era tão importante para Stroessner que uma fonte de informação disse que ele, incógnito, era o hóspede do apartamento 222 do hotel Acaray em Puerto Presidente Stroessner e que as freqüentes interrupções, por parte de Sapeña Pastor, durante as conversações, eram para que o chanceler paraguaio fosse consultar o homem forte do Paraguai. Verdade ou não, aquela reunificação era muito importante para o governo de Stroessner³⁰⁴.

Sobre a Ata das Cataratas, é importante citar quatro pontos importantes:

I - Manifestaram-se acordes os dois Chanceleres em reafirmar a tradicional amizade entre os dois países irmãos, amizade fundada no respeito mútuo e que constitui a base indestrutível das relações entre os dois países.

II- Expressaram o vivo desejo de superar, dentro de um mesmo espírito de boa-vontade e de concórdia, quaisquer dificuldades ou problemas, achando-lhes solução compatível com os interesses de ambas as Nações.

III - Proclamaram a disposição de seus respectivos governos de proceder, de comum acordo, ao estudo e levantamento das possibilidades econômicas, em particular os recursos hidráulicos pertencentes em condomínio aos dois países do Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra;

IV – Concordaram em estabelecer, desde já, que *a energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do Rio Paraná, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a foz do Rio Iguaçu, será dividida em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles o direito de preferência para a aquisição desta mesma energia a justo preço, que será oportunamente fixado por especialistas dos dois países, de qualquer quantidade que não venha a ser utilizada para o suprimento das necessidades do consumo do outro país.*³⁰⁵

O primeiro artigo nada mais é do que o ato de reafirmar a amizade entre os dois países que chegou a balançar depois da tensão sobre Sete Quedas. Já o segundo artigo reafirma a posição de superar qualquer obstáculo que pudesse atrapalhar o relacionamento entre ambas as nações. Nas palavras de Menezes, estes dois primeiros artigos são “inócuos”, ou seja, sem novidades³⁰⁶. Mas o terceiro e o quarto artigo são sem dúvidas uma grande inovação. Pela primeira vez a divisão do aproveitamento dos recursos energéticos das Sete Quedas era documentada e superava o encontro entre João Goulart e Stroessner na fazenda Três Marias

³⁰⁴ MENEZES, *A herança de Stroessner*, 1987, p.90.

³⁰⁵ AMARAL E SILVA, *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral*, 1954-1973, 2006, p. 116.

³⁰⁶ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p.92.

em Mato Grosso, em janeiro de 1964, no qual a troca de cordialidades e intencionalidades não passou de mera informalidade, tendo em vista que não houve a assinatura de um acordo naquele momento.

Mas a grande novidade na Ata, e que reforça a hipótese de que a convocação da Argentina para uma reunião entre os países da Bacia do Prata acelerou o processo de negociação entre Brasil e Paraguai para tentar resolver o impasse sobre Sete Quedas, é o quinto artigo.

V- Convieram, ainda, os chanceleres em participar da reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados ribeirinhos da Bacia do Prata, a realizar-se em Buenos Aires a convite do governo argentino, a fim de estudar os problemas comuns da área, com vistas a promover o pleno aproveitamento dos recursos naturais da região e o seu desenvolvimento econômico, em benefício da prosperidade e bem-estar das populações; bem como rever e resolver os problemas jurídicos relativos a navegação, balizamento, dragagem, pilotagem e praticagem dos rios pertencentes ao sistema hidrográfico do Prata, a exploração do potencial energético dos mesmos, e a canalização, represamento ou captação de suas águas, quer para fins de irrigação, quer para os de regularização das respectivas descargas, de proteção das margens ou facilitação do tráfego fluvial.

Este artigo demonstra o interesse brasileiro na região da Bacia do Prata em contar com o apoio paraguaio para consolidar os seus interesses. O governo brasileiro sabia do receio dos argentinos sobre a construção de uma usina hidrelétrica no curso do Rio Paraná. A inclusão deste artigo na Ata formaliza o acordo para defender os interesses de ambos na reunião dos chanceleres em Buenos Aires como o “pleno aproveitamento dos recursos naturais”, que interessava diretamente ao Brasil, e “resolver os problemas jurídicos relativos à navegação”, de interesse dos paraguaios que naquele momento estavam passando por um problema de crise com a Argentina justamente sobre a livre navegação do Rio Paraná. Para Menezes, este artigo foi o mais importante “aos interesses brasileiros na área do Prata”³⁰⁷.

O sexto artigo trata sobre o trabalho das Marinhas dos dois países que deveriam destruir ou remover os cascos soçobrados que ofereciam riscos à navegação internacional em águas do Rio Paraguai. Neste caso, nada de grandioso. Mas o artigo sétimo trata sobre a demarcação fronteiriça de ambas as nações.

VII- Em relação aos trabalhos da Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai, convieram os dois chanceleres em que tais trabalhos prosseguirão na data em que ambos os governos estimarem conveniente.

Para Menezes este artigo lhe parece “inócua, na medida em que um lago, no futuro, eliminaria os motivos para o desentendimento sobre fronteiras”. Mas não parece ser tão inócua assim para o autor da presente dissertação. Independente do futuro alagamento, havia a

³⁰⁷ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p.93.

necessidade de ambas as nações definirem efetivamente a demarcação fronteira da área em litígio e os trabalhos da comissão mista deveriam ser formalizados, tendo em vista a lacuna de décadas deixada pela comissão formada nos anos de 1930. Por causa da não formalidade da época em definir a caracterização de Sete Quedas, o problema desembocou na década de 1960 e resultou em toda aquela tensão diplomática. É importante acrescentar que Mário Gibson Barbosa, que substituiu Souza Gomes a partir de novembro de 1966 na embaixada paraguaia, menciona em suas memórias a hostilidade que recebeu no Paraguai por conta da questão Sete Quedas. Apesar da assinatura da Ata das Cataratas que encerrou a polêmica diplomática, era comum certos cidadãos paraguaios o tratarem com indiferença porque os sentimentos de mágoa contra o Brasil ainda persistiam. E para ele, um dos principais motivos eram as dúvidas sobre o local onde se iniciava a fronteira enxuta na referida região³⁰⁸. Afinal, como veremos adiante, apesar da retirada dos militares de Porto Coronel Renato, ainda houve incursões de soldados brasileiros naquela fronteira que muitos paraguaios acreditavam ser de soberania da nação guarani.

Para o Paraguai, os artigos seguintes da Ata foram os mais animadores. Tratava-se da retirada dos militares brasileiros de Porto Coronel Renato e também da saída do então embaixador do país em Assunção, Jaime de Souza Campos. É provável que a retirada deste tenha sido sugerida pelo próprio governo paraguaio que provavelmente sentia-se desgastado nas suas relações com o embaixador brasileiro, principalmente por causa do “caso Sete Quedas”. No caso da remoção dos militares brasileiros de Porto Coronel Renato, para Stroessner tal atitude foi um trunfo a favor de seu governo perante a opinião pública. Afinal, o que os paraguaios de forma geral exigiam por questão de soberania, era a retirada daqueles militares da área em litígio.

Anos depois, Juracy Magalhães registrou em seu livro de memórias como diplomata as palavras que havia dito ao chanceler paraguaio, Raul Sapeña Pastor, ao final do encontro:

Depois de dois dias de intenso trabalho, em que procedemos a um amplo e franco exame do presente estado das relações entre nossos dois países, chegamos ao fim de nossa tarefa e temos o prazer de assinar essa ata final, que registra nosso entendimento em matérias de tanta importância para nossas nações. Não pretendemos ter encerrado todos os assuntos pendentes no quadro de nossas relações, mas podemos ter a consciência de ter obtido um progresso sensível, logrando, pelo menos, o afastamento da tensão que vinha turvando a tradicional amizade paraguaio-brasileira. Com o mesmo espírito de concórdia com que nos reunimos ontem e hoje, nesta cidade de Foz do Iguaçu e Porto Presidente Stroessner, haveremos de encontrar, seja de Chancelaria a Chancelaria, seja através de nossas embaixadas, a solução para os problemas que ainda permanecem.

³⁰⁸ BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia o traço todo da vida*, 1992, p.86.

O Brasil e o Paraguai têm um patrimônio de boas relações e de efetiva colaboração a conservar e enriquecer. É da conveniência de nossos países que assim façamos, como é de nosso dever proceder dessa forma, uma vez que a comunidade pan-americana espera que nossas nações contribuam para a paz e o progresso do continente.

Ao regressar a seu país, pode Vossa Excelência levar a certeza de que tanto eu quanto meus companheiros de trabalho somos gratos pelas atenções de que fomos alvo de toda a delegação paraguaia. De minha parte, guardarei uma agradável lembrança deste encontro, desde já formulando votos para que tenha o prazer de revê-lo em breve³⁰⁹

As palavras de Juracy Magalhães revelam que as conquistas de aproximação das duas décadas anteriores não poderiam ter sido interrompidas. Entre abril e junho de 1966, os chanceleres de ambas as nações protagonizaram um dos momentos mais controversos das relações entre Brasil e Paraguai que foram de acusações a elogios. Segundo Amaral e Silva:

O final do encontro revelou uma rápida mudança de rumos, com discursos diminuindo o tom da agressividade e ganhando ares de cooperação, de que os dois países teriam mais a ganhar trabalhando juntos do que lutando um contra o outro. Ficou claro que os potenciais ganhos econômicos-políticos venceram a batalha contra questões ideológicas [...] Foi um sinal claro de que os dois países estavam reconstruindo a amizade que, nos anos seguintes, faria com que a união Brasil-Paraguai não se dissolvesse mais³¹⁰.

De fato, a Ata das Cataratas foi um símbolo para reafirmar a amizade entre Brasil e Paraguai, mas isto não quer dizer que a questão Sete Quedas tivesse sido “engolida” pelos paraguaios. Depois de ter recebido das mãos de Juracy Magalhães um memorando em que o Brasil se mantém “convencido dos direitos que lhe assegura o Tratado de 1872”, isto é, de que Sete Quedas era de sua soberania, Sapeña Pastor entregou outro memorando ao chanceler brasileiro em que o Paraguai insistia em “não concordar com a tese de que Sete Quedas era brasileira”. A troca destes memorandos ocorreu no mesmo dia em que foi assinada a Ata das Cataratas³¹¹. Porém, documentos à parte, o fato era que a crise entre os dois países estava chegando ao fim.

Na imprensa paraguaia, muitos periódicos publicaram artigos elogiando a atitude do governo Stroessner durante o encontro com a chancelaria brasileira. A possibilidade de uma visita de Juracy Magalhães à capital paraguaia também ganhou destaque nos noticiários guaranis³¹². Como já foi mencionado nos parágrafos anteriores, durante o encontro entre os chanceleres dos dois países a imprensa paraguaia já noticiava com otimismo a possível

³⁰⁹ MAGALHÃES, Juracy. *Minha experiência diplomática*, 1971, p.122-123.

³¹⁰ AMARAL E SILVA, *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral*, 1954-1973, 2006, p. 75.

³¹¹ Ibid.

³¹² Ofício do Itamaraty de 24 de junho de 1966 nº 469\430.1(42)(43).

retirada dos militares brasileiros de Porto Coronel Renato. A embaixada brasileira em Assunção informava ao Itamaraty estas publicações³¹³. Com isso, o ambiente interno no Paraguai começava a preparar terreno para os noticiários sobre a Ata das Cataratas. Foi o caso do periódico *colorado Pátria*, que enalteceu os trabalhos da diplomacia paraguaia e chegou até homenagear as chancelarias dos dois países em seu editorial diário dedicado à questão Sete Quedas³¹⁴. O *La Tribuna* também fez elogios às diplomacias de Brasil e Paraguai destacando em forma de manchete que “*Culminaron com positivo y elocuente resultado tratativas de cancilleres de Paraguay y Brasil*”³¹⁵.

No Brasil, alguns periódicos como o *Jornal da Tarde* e o *Estado de São Paulo* chamaram o resultado do encontro entre Juracy Magalhães e Sapeña Pastor de “vitória da diplomacia brasileira”³¹⁶. Nas palavras de Menezes, “é difícil dizer qual lado teve uma vitória. Talvez fosse melhor dizer que ambos, tendo em vista seus interesses econômicos e políticos, tinham sido vitoriosos”³¹⁷. Neste caso, o Paraguai saiu vitorioso, pois foi resistente e defendeu seus direitos nas zonas dos saltos das Sete Quedas. Conseguiu naquele encontro de junho de 1966 fazer com que a chancelaria brasileira assinasse a retirada dos militares da área em litígio, conquistando a garantia de dividir com o Brasil o aproveitamento energético de Sete Quedas. Já o Estado brasileiro finalmente colocava em prática o desejo de suprir parte considerável da demanda energética tão necessária para o país impulsionar a sua industrialização. Além do aspecto doméstico, conquistou o direito de realizar estudos para construir no curso do Rio Paraná uma usina hidrelétrica de grande proporção que possibilitaria ao Brasil um prestígio geopolítico a mais na América do Sul, principalmente diante da Argentina que já demonstrava receio com a construção de uma hidrelétrica no Rio Paraná entre Brasil e Paraguai.

Aliás, desde quando assumiu o poder em 1954, Stroessner sabia tirar proveito da disputa geopolítica entre Brasil e Argentina para beneficiar o Paraguai³¹⁸. A preferência por se aproximar mais do Estado brasileiro em diversos momentos demonstrava que Stroessner tinha um importante aliado geopolítico para dar prosseguimento ao seu governo. Em outras palavras, era um recado ao Estado argentino de que os *colorados* buscavam diminuir sua esfera de influência contrabalaneando com o Brasil.

³¹³ Ofício do Itamaraty de 23 de junho de 1966 nº 456\930.2(42)(43).

³¹⁴ *PÁTRIA*, 24 de junho de 1966.

³¹⁵ *LA TRIBUNA*, 24 de junho de 1966.

³¹⁶ MENEZES, *A herança de Stroessner*, 1987, p. 92.

³¹⁷ *Ibid.*

³¹⁸ MORAES, Ceres. *A consolidação da ditadura de Stroessner*, 1996.

O desfecho do “caso Sete Quedas” foi também uma maneira do presidente Stroessner chamar a atenção da Argentina numa provável demonstração de aproximação diplomática entre Brasil e Paraguai, num momento de crise entre a nação guarani e a Argentina na questão envolvendo a fiscalização de embarcações paraguaias feita por argentinos, como já foi mencionado no início deste capítulo. O periódico do Partido Colorado *Pátria* publicou, quatro dias após a assinatura da Ata das Cataratas, um artigo elogiando o governo brasileiro ao preservar suas relações com o Paraguai, valorizando a amizade diplomática ao contribuir para o fim do litígio fronteiriço. Acrescentou que esperava o mesmo do presidente Arturo Illia (que sofreria um golpe de Estado no dia seguinte desta publicação) ao liderar juntamente com o chanceler argentino, Zavala Ortiz, uma política diplomática para solucionar a crise vivenciada entre Paraguai e Argentina sobre a livre navegação no Rio Paraná em solo argentino, no qual as embarcações paraguaias estavam submetidas a questões burocráticas que impediam a sua livre circulação. Sobre isto, o presidente Stroessner declarou que a crise com a Argentina,

Nos entristece - me dijo- porque nuestra política es la de acercarnos amistosamente a todos los pueblos de America y muy especialmente al pueblo argentino al cual tantas cosas nos unem. Y nos irrita porque el tratamiento desigual que se le da a las embarcaciones de nuestra bandera hiere nuestra dignidad y nuestro amor próprio³¹⁹.

No Uruguai, nação que se propôs a intermediar a questão Sete Quedas em uma arbitragem internacional, a repercussão em alguns setores da imprensa foi de entusiasmo. O periódico *El Debate* de Montevideu publicou no dia 24 de junho de 1966 a manchete “Triunfo da América”. O conteúdo da publicação fez elogios ao desfecho do impasse entre Brasil e Paraguai. Criticou o governo brasileiro por ter ocupado uma área em litígio de forma militar e o Itamaraty por insistir na defesa de que a região já estava demarcada. Porém, apesar de sutilmente elogiar o governo paraguaio ao chamar de extraordinária a sua atuação em levantar documentos que comprovassem Sete Quedas não ser necessariamente brasileira, o periódico uruguaio apontou que o grande mérito para o desfecho cordial do impasse foi do Brasil. Isto porque, estando em uma condição favorável por ocupar a região em questão, “*el gobierno brasileño tiene una digna actitud al retirar esa tropa, debe reconocerse que tal paso constituye un triunfo para quien le da*”. Vale acrescentar que esta publicação foi reproduzida pelo periódico paraguaio *Pátria*, que foi a fonte consultada para mencionar tal informação neste trabalho³²⁰.

³¹⁹ *PÁTRIA*, 27 de junho de 1966.

³²⁰ *PÁTRIA*, 27 de junho de 1966.

Na Venezuela, país que acompanhava constantemente o impasse entre Brasil e Paraguai, o periódico *La Esfera* de Caracas também fez uma publicação intitulada “*Brasil retiró sus tropas de los saltos de la Guaira*”. Na ocasião elogiou o desfecho, mas ao contrário do periódico uruguaio *El Debate*, apontou que os méritos eram do Paraguai sob a liderança do presidente Stroessner na luta pelos direitos da nação guarani. Nas palavras do *La Esfera*, mereceu o “triumfo pleno de la tesis sustentada por el gobierno del presidente Stroessner, a quien apoyó en demanda todo el pueblo paraguayo, sin discriminaciones políticas”. Além disso, considerou acertada a decisão do governo brasileiro de retirar as tropas da região em questão³²¹.

Mas esta decisão tomada não significava que o governo brasileiro cedesse às reivindicações feitas pelos paraguaios efetivamente. Afinal, nada impediria que incidentes pudessem ocorrer novamente entre brasileiros e paraguaios naquela região, como ocorreram no primeiro semestre de 1965 e que possivelmente foram relevantes para que houvesse a ocupação militar na área em litígio. Mesmo com a decisão do compartilhamento conjunto dos benefícios das Sete Quedas, foi publicado pelo periódico fluminense *O Globo* que os militares brasileiros se deslocariam de Porto Coronel Renato para uma região próxima, mas que agentes policiais e aduaneiros seriam designados a se fixarem temporariamente naquela área³²². Como já foi mencionado nos parágrafos anteriores, a continuação da incursão de militares na região foi um dos motivos citados pelo embaixador brasileiro em Assunção, que iniciou seus trabalhos a partir de novembro de 1966, Mário Gibson Barbosa, ter sofrido hostilidade no Paraguai nos primeiros meses em exercício no cargo. Tanto que a primeira conversa entre este e o chanceler do Paraguai, Raul Sapeña Pastor, foi em tom de desagrado, tendo em vista que o ministro teria reclamado de tais incursões na região das Sete Quedas. Provavelmente teria sido este o motivo que levou Stroessner a conceder títulos de propriedade agrícola, no final de 1966, a recrutas que haviam terminado o serviço militar do Exército paraguaio, para ocuparem a *Colônia de Canindeyú*, “situado em território paraguaio, em frente ao Salto das Sete Quedas”³²³.

É importante acrescentar que no Brasil um grande número de oficiais do Exército teria ficado indignado com a retirada das tropas militares de Porto Coronel Renato. Segundo publicação do periódico *O Jornal*, muitos consideravam “a retirada das tropas que se encontravam na fronteira, um recuo absurdo e um atentado contra a nossa soberania. Acham

³²¹ Ofício da Embaixada paraguaia na Venezuela para o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 18 de julho de 1966- M.R.E nº34/66.

³²² Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 28 de junho de 1966- M.R.E nº53/66.

³²³ Ofício reservado do Itamaraty de 21 de dezembro de 1966- CDO nº1011.

que o Sr. Juracy Magalhães foi inábil, pois a retirada das tropas deu a entender a todo mundo, que o Brasil realmente estava numa região que não lhe pertencia”. A mesma publicação em tom preconceituoso satirizou a idade de Juracy Magalhães por ter tomado tal atitude ao chama-lo de “pobre sexagenário” e acrescentou que as críticas não deveriam ser dirigidas somente a ele, “mas, e principalmente, ao marechal Castelo Branco, responsável de fato pela política externa do país e que deu autorização ao ministro do Exterior para que promettesse a retirada das tropas”. Naturalmente, a publicação citada foi recortada e enviada pela embaixada paraguaia no Rio de Janeiro para o seu governo³²⁴.

O mesmo periódico *O Jornal*, que fazia parte do grupo *Diários Associados*, então pertencente a Assis Chateaubriand, publicou um artigo intitulado “As oito quedas do Itamaraty” tratando sobre o desfecho do “caso Sete Quedas”. A publicação foi escrita por Theophilo de Andrade que criticou o governo brasileiro por retirar as tropas brasileiras de Porto Coronel Renato. Para este, a Ata das Cataratas foi uma derrota para o Brasil. Acrescentou que a determinação de retirar o então embaixador Souza Gomes da embaixada brasileira em Assunção foi um mal agradecimento a este por ter cumprido as determinações do Itamaraty durante o impasse. Fato que teria resultado no pedido de Stroessner para que o embaixador do Brasil fosse trocado. Além disso, apontou que o governo brasileiro concedeu “ao Paraguai, de graça, metade da força que um dia vier a ser aproveitada na cachoeira de Sete Quedas”³²⁵. Nos últimos parágrafos do artigo, escreveu o que provavelmente muitos brasileiros pensavam sobre a solução do impasse naquela época:

Alguns dos leitores que me honraram com as suas cartas e telegramas, de patriotas indignados, perguntem se tudo está perdido ou se, na verdade esta oitava queda do Itamaraty, que foi adicionada às Sete, que deram o nome aos Saltos, não deverá merecer uma corrigenda [...] O governo do marechal Castelo Branco ordenou a movimentação do destacamento militar para a zona brasileira de Porto Coronel Renato, usando do direito incontestável de soberania. Mas o governo do general Alfredo Stroessner o contestou. E o governo brasileiro bateu em retirada, deixando que a movimentação dos nossos soldados, em nosso território, fique ao sabor das manifestações históricas dos nossos vizinhos [...]. O marechal Castelo Branco deve dizer ao país o que pensa daquela Ata, e das razões porque entendeu de bater em retirada, quando semanas antes, havia feito movimentar os nossos soldados, em nossa fronteira³²⁶.

Mas mesmo num país em processo de consolidação de uma ditadura, no qual alguns periódicos declaravam-se publicamente contrários aos militares, houve aqueles que

³²⁴ Recorte anexado ao ofício da embaixada paraguaia no Brasil enviado ao Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 28 de junho de 1966- M.R.E- 53/66.

³²⁵ Recorte anexado ao ofício da embaixada paraguaia no Brasil enviado ao Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 22 de julho de 1966- M.R.E- nº61/66.

³²⁶ Ibid.

consideraram o desfecho do “caso Sete Quedas”, uma decisão acertada mesmo sendo oposicionistas. E não era para menos, afinal, o mais importante foi que formalmente o Brasil tinha bandeira verde para estudar, construir e futuramente usufruir dos benefícios econômicos de Sete Quedas de que tanto necessitava, sem que os paraguaios continuassem a ser um obstáculo para isto, tendo em vista que estes também seriam beneficiados. Ou seja, o aproveitamento energético da referida região era uma questão nacional acima de divergências internas. Neste caso, o periódico oposicionista *Última Hora*, através de um artigo escrito por Danton Jobim (que criou a primeira escola de Jornalismo no Rio de Janeiro), demonstrou alívio com a assinatura da Ata das Cataratas.

Não simpatizamos com o modo por que o governo da revolução vem tratando certas questões de nossa política externa. Se evitamos fazer comentários a respeito é porque o problema interno brasileiro, que é a redemocratização do país, está para nós acima de qualquer outro.

No caso recente com o Paraguai, preferimos calar, para que não dissesse que a imprensa oposicionista leva a sua intransigência ao ponto de tentar agravar conflitos entre o Brasil e seus vizinhos.

Pelo contrário, sempre receamos esse agravamento, sobretudo em face de certas declarações pouco diplomáticas de nossas autoridades. Reconhecemos agora que, nas negociações da Foz do Iguaçu, se deu um valioso passo para o esvaziamento da questão de limites com o Paraguai, que só tendia a envenenar-se. Foi um alívio! [...] A fórmula encontrada parece-nos justa. Demonstramos com ela ao Paraguai que não queremos espoliá-lo de uma riqueza incalculável. E ainda mais: ao adotar essa fórmula, não espoliamos o Paraguai e não abrimos mão de nossa soberania territorial na região, o que é muito importante.

A oposição, que já demonstrou não fazer política interna à custa dos interesses brasileiros, deve regozijar-se com o resultado obtido, ou pelo menos sentir-se aliviada³²⁷.

E se no Brasil houve divergências de opinião sobre o desfecho do “caso Sete Quedas”, culminando na retirada dos militares brasileiros de Porto Coronel Renato, no Paraguai nem todos os periódicos comemoraram. Segundo informações que constam em documento diplomático, o jornal *El Enano* de Assunção apontou em um artigo intitulado “*Humillados ante Brasil*” que o governo paraguaio havia cedido às pressões do Estado brasileiro assinando a Ata das Cataratas. Isto demonstra que o fim do impasse também serviu de munição para atacar o governo Stroessner de um ângulo contrário àqueles que aplaudiram em solo guarani a assinatura da Ata. Porém, o *colorado Pátria* logo criticou o artigo publicado pelo *El Enano*. A embaixada brasileira em Assunção enviou ao Itamaraty recorte da crítica feita pelo *Pátria*³²⁸. Vale mencionar ao leitor que no referido documento citado não constam os argumentos nem do periódico *El Enano* e nem do *Pátria*.

³²⁷ *ÚLTIMA HORA*, 25 de junho de 1966.

³²⁸ Ofício do Itamaraty de 22 de junho de 1966- CDO nº930.1 (42)(43).

O fim do impasse sobre Sete Quedas deixou claro que durante a tensão diplomática por conta da ocupação militar em Porto Coronel Renato, os governos de ambas as nações tiveram atitudes de retaliação. No caso do Brasil, este diminuiu seus investimentos no processo de construção da usina hidrelétrica paraguaia de Acaray, no rio que levava o mesmo nome, afluente do Rio Paraná, sob a administração da empresa *Dott. Ing. Giuseppe Torno & C.S.A*. Uma semana após a assinatura da Ata das Cataratas, o embaixador brasileiro em Assunção, Souza Gomes, enviou uma nota ao chanceler Juracy Magalhães pedindo que o Brasil voltasse a intensificar seus investimentos na construção da usina. Segundo o chanceler, materiais brasileiros como “maquinarias, cimento, cabos Pirelli, casas pré-fabricadas, caminhões, dinamite, etc” estavam sendo fornecidos. “No entanto, devido à tensão política provocada pelo incidente fronteiro de Guaíra, apenas se realizou a venda de alguns caminhões FMN e de poucas parcelas de materiais, não considerando esta missão diplomática que essas vendas tenham compensado todos os esforços por ela despendidos”. Souza Gomes mencionou que “por ocasião da reunião de chanceleres nas cidades de Foz do Iguaçu e Presidente Stroessner, confiou-me o Sr. Mario Thibau, ministro de Minas e Energia do Brasil, que acabara de visitar a referida usina, o Sr. Luiz A. Argaña, procurador da firma construtora de que era necessário o fornecimento urgente de 50 mil toneladas de cimento”³²⁹.

Já no caso do Paraguai, foi mencionado no capítulo anterior que o governo Stroessner interferiu no final de 1965 nos trabalhos da Missão Militar Brasileira. Além disso, tomou uma atitude radical ao mandar em fevereiro de 1966 que o embaixador paraguaio no Rio de Janeiro, Raul Peña, retornasse a Assunção. Mas as fontes permitem apontar que a retaliação paraguaia também teve reflexos no futebol. Em abril de 1966, no auge da tensão diplomática por conta da troca de acusações entre os chanceleres Juracy Magalhães e Sapeña Pastor, o Olimpia (um dos clubes mais tradicionais do Paraguai) cancelou sua viagem destinada a Belo Horizonte, para enfrentar o Cruzeiro em dois amistosos marcados para os dias 26 e 28 daquele mesmo mês, sem dar maiores esclarecimentos³³⁰. Apesar de em 1966 nenhum clube brasileiro ter participado da Taça Libertadores da América³³¹, era comum amistosos contra equipes de países vizinhos. Porém, o cancelamento dos amistosos entre Cruzeiro e Olimpia não foi o único caso. Prestes a disputar a Copa do Mundo na Inglaterra, que ocorreria no mês de julho do mesmo ano, a seleção brasileira (que contava com atletas como Pelé e Garrincha) tinha um

³²⁹ Ofício Reservado do Itamaraty de 01 de julho de 1966- CDO nº48/430.1 (42)(43).

³³⁰ *PÁTRIA*, 21 de abril de 1966.

³³¹ É o principal torneio de clubes da América do Sul desde a sua primeira edição em 1960, reunindo equipes de diversos países do continente. Desde 1998 clubes mexicanos também participam da competição. É organizada anualmente pela Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL). Até o ano de 1966, apenas o Santos Futebol Clube foi o clube brasileiro a ter conquistado o título (1962-1963).

amistoso preparatório marcado contra a seleção paraguaia. O confronto seria no mês de maio e havia sido acordado pelo presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), João Havelange, mas foi cancelado pela Federação Paraguaia de Futebol também sem maiores esclarecimentos. No início daquele mesmo mês, o presidente da entidade futebolística do Paraguai, Germino Ângulo, havia declarado que o cancelamento foi um mal entendido³³².

Por conta de tudo que ocorreu durante o impasse diplomático, com reflexos desagradáveis nas relações entre Brasil e Paraguai, é possível perceber que a assinatura da Ata das Cataratas foi um alívio conforme mencionou o jornalista Danton Jobim do periódico *Última Hora*, e foi citado nos parágrafos anteriores. Sobre a questão dos limites, ficou definido que uma comissão mista de fronteira brasileiro-paraguaia daria continuidade aos seus trabalhos na região das Sete Quedas. Mas independentemente da caracterização, estava certo que o aproveitamento energético daquela fronteira seria compartilhado. Infelizmente para os naturalistas, povoados e animais que viviam naquela região, em pouco tempo as belezas naturais de Sete Quedas iriam desaparecer para dar espaço à construção da maior usina hidrelétrica do mundo até então. Porém, a história nos mostra que o potencial da região foi essencial para atender de forma considerável a demanda energética no Brasil, principalmente nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro. O Paraguai também teve seus ganhos com a construção da usina, não apenas pela demanda energética, mas pelo potencial geopolítico de barganhar entre Brasil e Argentina a favor de seus interesses. Afinal, se o Estado brasileiro não media esforços para consolidar a construção da usina no curso do Rio Paraná, os argentinos demonstravam receio com as possíveis consequências desta hidrelétrica, pois era possível que fossem ameaçados seus projetos de usufruto energético do mesmo rio.

Independentemente do que veio a ocorrer no contexto da Bacia do Prata após a assinatura da Ata das Cataratas, os encontros entre os chanceleres de Brasil e Paraguai em Foz do Iguaçu e Porto Presidente Stroessner, em junho de 1966, inegavelmente se tornaram um marco na história da diplomacia dos dois países de forma geral. Afinal, a Ata serviu de base para assinatura do Tratado de Itaipu sete anos depois, como veremos adiante. Documento que resultou historicamente na construção da maior usina hidrelétrica do mundo até então.

3.3 Os reflexos do acordo entre Brasil e Paraguai na história da Bacia do Prata

Vale ressaltar novamente que desde 1962, quando a polêmica envolvendo Sete Quedas entre Brasil e Paraguai se iniciou, a Argentina acompanhava a crise diplomática entre os dois

³³² *ÚLTIMA HORA*, 03 de maio de 1966.

vizinhos. Preocupada com a possibilidade de um acordo entre os dois países, podendo interferir nos seus interesses, a Argentina tratou de convocar no início do mês de junho de 1966 todos os países pertencentes à Bacia do Prata para uma reunião. Com a assinatura da Ata das Cataratas no final daquele mesmo mês, Brasil e Paraguai confirmaram presença no encontro que seria realizado em Buenos Aires. Diversos trabalhos acadêmicos que tratam sobre a dinâmica da Bacia do Prata no século XX iniciam suas pesquisas no período posterior à assinatura da Ata das Cataratas. E o motivo provável é justamente porque a partir da Ata a dinâmica da Bacia do Prata teve um novo capítulo que incluiu uma intensa crise diplomática entre Brasil e Argentina. As consequências do “caso Sete Quedas” na história da bacia platina foram significativas para fazer parte do debate historiográfico.

Apesar da convocação argentina ter ocorrido no primeiro semestre de 1966, o encontro dos países ribeirinhos do Prata aconteceu em fevereiro de 1967. E pode-se afirmar que tal evento foi histórico porque foi a oportunidade para o corpo diplomático de cada país da região demonstrar seu ponto de vista para superar os obstáculos à integração. Segundo Christian Caubet, os cinco países reunidos em Buenos Aires adotaram uma Ata e fizeram uma Declaração conjunta. Com esta, os países definiram seus objetivos fundamentais e, ao mesmo tempo, definiram as estruturas necessárias para que eles fossem efetivados³³³.

No caso da Bolívia, o país apresentou como sugestão o estudo de pré-viabilidade para a instalação de uma indústria petroquímica na região produtora de gás em Santa Cruz, para satisfazer as necessidades de consumo dos países da região platina. Já o Brasil apresentou o projeto de uma usina siderúrgica em Corumbá e também outro para aprofundar os estudos sobre o mercado da erva-mate na região. Mas sem dúvidas o Paraguai foi o que mais levantou sugestões para intensificar a integração do Prata. Apresentou projetos sobre a exploração de recursos energéticos dos rios Acaray e Mondaí, que são afluentes do Rio Paraná; reflorestamento do Alto Paraná; estudos de recursos florestais e de industrialização de fibras vegetais e viabilidade de exploração de jazidas de minério de ferro. E além destes projetos, propôs medidas conjuntas como preparar uma legislação internacional que visava regulamentar a compra, a venda e o transporte de energia elétrica³³⁴.

E é claro que os paraguaios não podiam deixar de propor uma regulamentação que facilitasse a livre navegação dos rios da Bacia do Prata. Assunto este que foi motivo de uma crise diplomática com a Argentina, e que já foi mencionado neste capítulo. É importante citar novamente que pouco mais de um mês antes, em 23 de janeiro de 1967, os chanceleres do

³³³ CAUBET, Christian. *As grandes manobras de Itaipu*, 1989, p.53

³³⁴ Ibid.

Paraguai, Raul Sapeña Pastor, e da Argentina, Nicanor Costa Mendez, haviam firmado em Buenos Aires o Tratado de Navegação que permitiu às embarcações paraguaias navegarem em águas sob jurisdição argentina livremente. Segundo Antonio Salum Flecha, “*al procederse a la ratificación de dicho tratado por ambos los países, se logró vencer un siglo de dificultades, intereses políticos y económicos, históricos y laborales que imposibilitaron hasta és [sic] momento la concertación de acuerdos*”³³⁵

Na declaração conjunta dos cinco Estados foi firmado o seguinte: vontade de realizar programas de trabalhos bilaterais e nacionais; decisão de criar um Comitê Intergovernamental Coordenador (CIC) encarregado de centralizar informações e repassá-las aos governos interessados; a intenção de criar em cada país platino organismos nacionais centralizadores destinados a estudar temas de interesse relacionados à Bacia do Prata; facilitar a assistência à navegação e aprofundar os estudos energéticos voltados para a integração da bacia; complementação industrial regional para facilitar a implantação de indústrias; complementação econômica; interconexão ferroviária, fluvial, rodoviária e aérea; e cooperação no domínio da educação e da saúde³³⁶. Para o periódico portenho *Clarín*, aquele encontro foi “um passo certo para complementação racional de idéias, objetivos e meios para superar os obstáculos que se opõem a uma efetiva assistência que dê impulso ao desenvolvimento”³³⁷.

Se o *Clarín* estava otimista com o encontro, os outros periódicos argentinos não estavam tão confiantes. Muitos foram até contrários à presença do Brasil porque acreditavam que o processo de integração do Prata poderia ampliar a distância econômica entre o Brasil industrial e a Argentina fornecedora de alimentos e matéria-prima. Aliás, a própria imprensa argentina fazia questão de mencionar o desfecho do “caso Sete Quedas”, reivindicando a participação da Argentina nos benefícios energéticos a serem usufruídos entre Brasil e Paraguai. O chanceler argentino Costa Mendez chegou a tratar sobre a questão Sete Quedas naquele encontro de chanceleres e mencionou o termo *consulta prévia*, que significava consultar todos os países ribeirinhos do Prata sobre a construção de obras nos rios da Bacia. Porém, a delegação brasileira presente no evento logo esvaziou o conteúdo apresentado pelos argentinos e manifestou ser contrária a esta proposta³³⁸. Mas, apesar da sugestão argentina não ter tido espaço para maiores discussões naquela reunião, o tema seria constante nas divergências entre Brasil e Argentina nos anos posteriores.

³³⁵ FLECHA, Antonio Salum, *La política internacional del Paraguay* 1990, p.242-243

³³⁶ CAUBET, Christian. *As grandes manobras de Itaipu*, 1989, p.54.

³³⁷ CERVO, Amado. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*, 2001, p. 169.

³³⁸ *Ibid.*

A reunião em Buenos Aires demonstrou que entre os cinco países da Bacia do Prata, havia o interesse de integração. De certa maneira, o mérito da reunião se deve à Argentina que desde o governo de Arturo Illia (1963-1966) desejava criar um organismo que regulamentasse juridicamente todas as ações voltadas para a Bacia entre os países ribeirinhos. No final da mesma reunião ficou claro serem necessárias outras para ter mais debates e sugestões entre os países do Prata. A segunda reunião ocorreu em 1968 na cidade de Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, durante o mês de maio. Neste encontro, além da participação dos cinco ministros de Relações Exteriores dos países da região platina, houve a presença de representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), CEPAL, PNUD, CIAP (Comitê Interamericano de Aliança para o Progresso) e da OEA. Neste evento, ficou definido que o CIC (Comitê Intergovernamental Coordenador) deveria estar encarregado da “tarefa de preparar um projeto de tratado para assegurar a institucionalização da bacia do Prata”³³⁹.

Em 1969, o encontro dos chanceleres do Prata aconteceu no mês de abril em Brasília e lá foi assinado pelos cinco países o Tratado da Bacia do Prata. Desta vez, o desejo dos países de regulamentar juridicamente os direitos e deveres na região platina se tornava realidade, pelos menos no papel. O artigo de maior destaque é o primeiro.

ARTIGO I

As partes contratantes convêm em conjugar esforços com o objeto de promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência direta e ponderável.

Parágrafo único - Para tal fim promoverão, no âmbito da Bacia, a identificação de áreas de interesse comum e a realização de estudos, programas e obras, bem como a formulação de entendimentos operativos ou instrumentos jurídicos que estimem necessários e que ponderam:

- a. À facilitação e assistência em matéria de navegação.
- b. À utilização racional do recurso água, especialmente através da regularização dos cursos d'água e seu aproveitamento múltiplo e equitativo.
- c. À preservação e ao fomento da vida animal e vegetal.
- d. Ao aperfeiçoamento das interconexões rodoviárias, ferroviárias, fluviais, aéreas, elétricas e de telecomunicações.
- e. À complementação regional mediante a promoção e estabelecimento de indústrias de interesse para o desenvolvimento da Bacia.
- f. À complementação econômica de áreas limítrofes.

³³⁹ CAUBET, Christian. *As grandes manobras de Itaipu*, 1989, p.54.

g. À cooperação mútua em matéria de educação, saúde e luta contra as enfermidades.

h. À promoção de outros projetos de interesse comum e em especial daqueles que se relacionam com o inventário, avaliação e o aproveitamento dos recursos naturais da área.

i. Ao conhecimento integral da Bacia do Prata.

Em síntese, o artigo é o mesmo estipulado pelos países na primeira reunião realizada em Buenos Aires dois anos antes. E não há dúvidas de que este documento foi também um reflexo da solução do “caso Sete Quedas” entre Brasil e Paraguai, tendo em vista que o impasse catalisou a convocação para o primeiro encontro na Argentina. Afinal, esta nação há muito tempo vinha discutindo com o Paraguai formas de aproveitamento dos diversos recursos da região platina. Neste sentido, o final dos anos de 1960 dava sinais de que a integração da Bacia do Prata estava cada vez mais próxima de se tornar uma realidade. Mas como veremos adiante, durante a década de 1970 a possibilidade de integração viria a enfrentar muitos obstáculos.

E enquanto reuniões entre chanceleres aconteciam na tentativa de superar obstáculos para integração da região platina, Brasil e Paraguai superavam a crise sobre Sete Quedas. Após a assinatura da Ata das Cataratas em junho de 1966, foi criada em fevereiro de 1967 a “Comissão Brasil-Paraguai para estudar o potencial hidrelétrico do Rio Paraná, ‘desde o Salto de Guaíra até o estuário do Rio Iguaçu’. Aquele ato foi seguido pela instalação oficial da Comissão no Rio de Janeiro, com a presença do novo chanceler brasileiro, Magalhães Pinto”³⁴⁰.

Pouco mais de dois anos depois, Stroessner se encontrou com o presidente brasileiro Arthur Costa e Silva em Foz do Iguaçu para inauguração da rodovia entre Assunção e Puerto Presidente Stroessner, que conectava a capital Assunção aos portos brasileiros de Paranaguá e Santos possibilitando uma nova saída ao Atlântico para o Paraguai³⁴¹. Segundo Menezes, naquele encontro:

Eles também distribuíram um documento público que, em síntese, concordava com a conexão rodoviária entre os dois países; reativava a Comissão de Comércio e Investimentos criada pelo Tratado de 27 de outubro de 1956; o Brasil passaria a comprar 45.000KWA de energia para servir parte do Estado do Paraná da usina hidrelétrica do Paraguai, em Acaray, através das Companhias Paranaense de Eletricidade (COPEL) e Administración Nacional de Eletricidad (ANDE); elaborava estudos no rio Paraná naquela parte que era comum entre ambas as nações, para construção de uma ponte no rio Apa [sic]; procurava a integração econômica dos

³⁴⁰ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p.94.

³⁴¹ AMARAL E SILVA, *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral*, 1954-1973, 2006 p. 77.

povos da Bacia do Prata e, naturalmente, o documento louvava outra vez a amizade e cooperação existentes entre brasileiros e paraguaios³⁴²

Dois anos depois, em 1971, foi inaugurada no mês de julho a ponte sobre o Rio Apa, construída com capital e tecnologia brasileira. Uma ponte que está localizada na fronteira do atual estado de Mato Grosso do Sul entre a cidade brasileira Bela Vista e a paraguaia Bella Vista Norte. Neste período, as conversações entre os dois países sobre a construção de uma grande usina hidrelétrica no Rio Paraná estavam se aprofundando. Os estudos técnicos apresentaram 50 propostas para o aproveitamento energético das Sete Quedas, mas apenas duas demonstraram ser vantajosas. A primeira previa a construção de uma usina de grande porte localizada 190 km abaixo da região das Sete Quedas, em Itaipu. Já a segunda previa a construção de duas usinas, sendo que uma se localizaria a 15 km das Sete Quedas e a outra em Itaipu. Levando em conta os custos para construção da usina, as condições geológicas e outros elementos decidiu-se pela primeira opção, sendo que a hidrelétrica seria construída 14 km águas acima da Ponte Internacional da Amizade entre Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Stroessner³⁴³.

Mas, se no início dos anos de 1970 as relações entre Brasil e Paraguai estavam superando a crise sobre Sete Quedas e a construção de uma usina hidrelétrica binacional aos poucos se tornava uma realidade, a Argentina cada vez mais demonstrava insatisfação com aquele projeto, pois acreditava que seria prejudicada. Ainda em 1971 foi realizada em Assunção a quarta reunião dos Ministros de Relações Exteriores da Bacia do Prata. A Ata final do encontro teve 25 resoluções em que os pontos 1 e 2 enunciam os seguintes objetivos:

1. Nos rios internacionais contíguos, sendo compartilhada a soberania, qualquer aproveitamento de suas águas deverá ser precedido por um acordo bilateral entre os ribeirinhos.
2. Nos rios internacionais de curso sucessivo, não sendo compartilhada a soberania, cada Estado pode aproveitar as águas conforme suas necessidades sempre que não causar prejuízo sensível a outro Estado da Bacia³⁴⁴

Segundo Elina Zugaib, “ao reconhecer a Argentina aquela distinção jurídica, ficava legalmente excluído do contexto da Bacia do Prata o princípio da consulta prévia no que se refere aos rios de curso sucessivo”³⁴⁵. A consulta prévia seria “a necessidade de trocas de

³⁴² MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p. 95.

³⁴³ AMARAL E SILVA, *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral*, 1954-1973, 2006, p. 78.

³⁴⁴ CAUBET, Christian. *As grandes manobras de Itaipu*, 1989, p.76.

³⁴⁵ ZUGAIB, Eliana. *A hidrovía Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia sul-americana do Brasil*, 2006, p. 111.

informações e consultas recíprocas entre todos os Estados eventualmente afetados por obras hidrelétricas”³⁴⁶. Para Caubet, “os pontos 1 e 2 da Resolução 25 satisfazem, pois, plenamente ao Brasil, tanto porque consagram as regras jurídicas às quais sua prática estatal corresponde quanto pelo fato de os cinco Estados da bacia as haverem formalmente aprovado”.³⁴⁷ Se o Brasil aparentemente saiu vitorioso com a Resolução 25, a Argentina saiu derrotada e, pelo jeito, por um erro de interpretação. Afinal, de acordo com a Resolução, por ter rios sucessivos, a Argentina não teria direito de interferir nos projetos de Brasil e Paraguai que estavam fazendo um acordo bilateral por usufruírem de rio contíguo. Nas palavras de Maria del Carmen Llaver,

A diplomacia brasileira obtém por meio dessa declaração grande apoio para sua política, impondo seus pontos de vista a nível do tratado da bacia do Prata e trocando o princípio da consulta prévia pelo simples ponto de prejuízo sensível. Convém então perguntar-se quais foram as razões que levaram a Argentina a subscrever a Ata de Assunção, contrária a esses princípios; os mesmos que, por outro lado, ela havia defendido até aquele momento, e que continuara defendendo. A Ata de Assunção foi uma total incongruência entre o que a Argentina pensava, discutia e defendia, e o que ela assinou a respeito.³⁴⁸

A Resolução 25 foi mais um motivo para intensificar as divergências entre Brasil e Argentina fazendo com que no ano de 1971, as relações entre ambos chegassem a um ponto sensível. Segundo Menezes, os argentinos reclamavam que a construção da usina hidrelétrica de Sete Quedas (que ainda não se chamava Itaipu) prejudicaria a construção da usina de Corpus que desde o início da década de 1960 já era um projeto na Argentina. O general brasileiro Amyr Borges Fortes alegava que, ao contrário dos argumentos argentinos, as usinas de Sete Quedas e Corpus poderiam ser construídas simultaneamente sem prejuízo algum, tanto que o Brasil estava pronto para demonstrar no encontro dos Ministros de Relações Exteriores da Bacia do Prata a ser realizado no Uruguai, em 1972, os resultados dos estudos técnicos que comprovavam a tese brasileira ³⁴⁹.

Em 1972 a Argentina deu início ao processo de levar a questão do aproveitamento energético de Sete Quedas para fóruns além da América do Sul. No mês de junho, a Argentina tratou sobre o tema na Conferência do Meio Ambiente, realizada em Estocolmo na Suécia. Sem grandes avanços o tema foi discutido na Assembléia Geral da ONU no mês de setembro e que teve naquela ocasião a assinatura da Resolução 2995, tendo como representantes de

³⁴⁶ MELO, Luciano Morais. *O Paraguai e o processo de aproveitamento dos potenciais hidrelétricos dos rios da Bacia do Prata nos anos de 1960 e 1970*, 2011, p.47.

³⁴⁷ CAUBET, Christian. *As grandes manobras de Itaipu*, 1989, p.77.

³⁴⁸ LLAYER, Maria del Carmem. *El Problema del aprovechamiento hidroeléctrico del alto Paraná*. 1979. p.27.

³⁴⁹ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p. 98.

Brasil e Argentina os chanceleres Mário Gibson Barbosa e Eduardo Mc Loughlin. Na ocasião o Brasil reconhecia que na exploração de recursos naturais os “Estados não devem causar efeitos prejudiciais em zonas situadas fora de sua jurisdição nacional”. Além disso, reconhecia que deveriam ser publicados todos os resultados técnicos relativos “aos trabalhos a serem empreendidos pelos Estados dentro de sua jurisdição nacional”³⁵⁰. Porém, apesar das palavras escritas no documento, pouco tempo depois os argentinos denunciariam o Brasil por não cumprir com aqueles termos. Já no cenário interno na Argentina, segundo Caubet, a Resolução 2995 não foi bem recebida pela imprensa. O *El Clarin* questionou se “a Argentina abandonou a tese de consulta prévia”. Já outros periódicos pediram explicações aos responsáveis pela diplomacia argentina e chamam a Resolução 2995 de “um acordo que mantém o desacordo”³⁵¹.

A polêmica sobre a construção de uma usina hidrelétrica que aproveitaria os recursos energéticos de Sete Quedas, resultando em uma crise diplomática com a Argentina, ganhou as páginas da *Revista Veja* com direito a reportagem de capa na edição da semana de 27 de setembro de 1972.

Fazendo um breve resumo sobre a polêmica com o Paraguai a respeito da soberania de Sete Quedas em meados dos anos de 1960, a revista destacou a polêmica com a Argentina.

Teoricamente, a Argentina não tem nada a ver com Sete Quedas. Contudo, há cinco anos, desde que começaram a ficar claras as intenções brasileiras de construir a hidrelétrica, Buenos Aires passou a demonstrar aguda preocupação com o regime dos rios da bacia do Prata. Segundo o almirante e ex-vice presidente da República Isaac Rojas, profeta da catástrofe do Paraná, uma usina em Sete Quedas alteraria de tal forma o curso das águas, que a Argentina seria visitada por enchentes, secas, montanhas de poluição e águas mortas produzidas pelas turbinas demoníacas. “O Brasil se crê dono das águas” proclamou há duas semanas num longo artigo no jornal “La Nación”³⁵².

Na mesma reportagem, o periódico informa que o Brasil não aceitava consultar a Argentina para ter o direito de construir uma usina hidrelétrica no Rio Paraná e que tal situação era ironizada pela própria chancelaria argentina alegando que o Brasil, visando interesses nacionais, cortaria toda a água do Rio Paraná sem dar satisfações aos demais países ribeirinhos do Prata. Um funcionário do Banco Mundial, que não teve seu nome mencionado na reportagem, informou ao correspondente da revista, Roberto García, que o aproveitamento energético de Sete Quedas provocaria alterações ecológicas na Bacia do Prata citando como

³⁵⁰ ZUGAIB, Eliana. *A hidrovia Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia sul-americana do Brasil*, 2006, p.114.

³⁵¹ CAUBET, Christian. *As grandes obras de Itaipu*, 1989, p.101.

³⁵² VEJA, edição de 27 de setembro de 1972, p.23.

exemplo a construção da usina de Assuan, no Egito, que teve como consequência a diminuição de peixes por causa da construção de represas. Para o funcionário do Banco Mundial, esta questão era um ponto favorável ao que defendia a tese argentina³⁵³.

Mas o mesmo periódico não deixava de demonstrar o questionamento brasileiro sobre as reclamações da Argentina. Segundo os técnicos brasileiros dedicados à construção da usina, “se as hidrelétricas são catastróficas, por que a Argentina não dispensa a mesma preocupação para a usina de Acaray, totalmente paraguaia, situada rio acima e, paradoxalmente, futura vendedora de energia para a região de Corrientes?”. Utilizando os argumentos brasileiros, a revista se posiciona favorável aos interesses do Brasil “cutucando” as preocupações portenhas e apontando que a Argentina estava preocupada com uma expansão da industrialização brasileira na região fronteira e, por isso, tentava obstruir a construção da usina de Sete Quedas de forma política.

E se a intenção da *Revista Veja* era demonstrar ao leitor brasileiro a situação geopolítica das relações brasileiro-argentinas em virtude da construção da usina de Sete Quedas, se posicionando favoravelmente aos interesses brasileiros, o periódico não deixou de apontar a realidade local nas proximidades dos saltos das Sete Quedas. Utilizando como exemplo um camponês que vivia na região, chamado Jorge Pereira, *Veja* demonstra o otimismo dos moradores com a construção da usina em virtude do surgimento de asfaltos e a produção de novas casas. Mas, não deixa de informar que algumas pessoas estavam pessimistas com a possibilidade da região sofrer problemas sociais.

Jorge intui o progresso. Soube que em Guaíra, na vila brasileira, já foi montado um escritório da Eletrobrás, onde um caseiro, Benedito Wako, recebe os técnicos que visitam as equipes de trabalho. Enquanto isso, Alfredo Aguero, chefe do pequeno escritório da empresa italiana *Electroconsult*, que está fazendo os estudos preliminares para a hidrelétrica, chega a ser pessimista. Atrás de sua mesa, em Salto de Guaíra, no Paraguai, prevê: “Eu já estou convencido de que tudo isto será o fim para Guaíra. O lugar vai ser transformado num centro de prostituição e cada casa será um bordel. O dólar vai substituir o cruzeiro e o guarani. Cada dose de uísque vai custar 5 dolares”.

Apesar do pessimismo de alguns, como no exemplo do chefe do escritório da empresa italiana *Electroconsult*, Alfredo Aguero, a revista fez questão de apontar os aspectos positivos relacionados à construção da usina. Empresas dos Estados Unidos e da União Soviética estavam interessadas em financiar a construção da usina e os técnicos do Banco Mundial estavam de olho nos resultados a serem obtidos. Além disso, calculava-se que mais de dois

³⁵³ Ibid, p.24.

mil empregos seriam criados. Com isso, *Veja* deixava clara a sua posição: Sete Quedas traria mais benefícios do que malefícios para o Brasil³⁵⁴.

Seis meses após a reportagem da *Revista Veja*, surgiu uma nova polêmica entre Brasil e Argentina. O motivo era o enchimento do lago de represamento da barragem de Ilha Solteira (no Alto Paraná, em território brasileiro). A Argentina alegou que o Brasil não cumpriu com a Resolução 2995 assinada em Nova Iorque por não ter publicado as informações necessárias sobre o represamento daquela barragem. Como resposta, o Itamaraty publicou uma nota na qual afirmava que o enchimento de Ilha Solteira não possibilitava risco de prejudicar outro Estado, pois a usina de Jupiá (também no alto Paraná, em território brasileiro) estava a jusante de Ilha Solteira e que o represamento desta seria controlado por aquela. Ou seja, o país não estava descumprindo com a Resolução 2995, segundo o Itamaraty³⁵⁵.

E enquanto Brasil e Argentina não se entendiam sobre o aproveitamento energético do Rio Paraná, os estudos voltados para a construção da usina de Sete Quedas avançavam. A região de Santa Maria, localizada 13 km abaixo de Sete Quedas, oferecia atrativos resultados econômicos, mas concluiu-se que o maior rendimento econômico apontava a construção de uma barragem em Itaipu³⁵⁶. Finalmente, em abril de 1973 era assinado entre Brasil e Paraguai, na cidade de Brasília, o Tratado de Itaipu, sendo este fato a maior consequência da solução do “caso Sete Quedas” em 1966. Este tratado, “em consonância com a política bilateral do Brasil, tinha como objetivo a construção da represa de Itaipu, que seria erguida no trecho da fronteira brasileiro-paraguaia que se estende do Salto de Sete Quedas (Guaíra) à foz do rio Iguaçu”³⁵⁷. Ao tratar do aproveitamento energético deste trecho geográfico, o Tratado de Itaipu consagra a Ata das Cataratas de 1966, declarando inclusive nos primeiros parágrafos do documento o referido acordo assinado sete anos antes:

Considerando

O espírito de cordialidade existente entre os dois países e os laços de fraternal amizade que os unem;

O interesse comum em realizar o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países desde e inclusive o salto Grande de Sete Quedas ou salto de Guairá até a foz do rio Iguaçu;

O disposto na Ata Final firmada em Foz do Iguaçu, em 22 de junho de 1966, quanto à divisão em partes iguais, entre os dois países, da energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do rio Paraná no trecho acima referido.

³⁵⁴ Ibid.

³⁵⁵ PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu: prós e contra*, 1974, p.169.

³⁵⁶ Ibid.

³⁵⁷ MELLO, Leonel Itaussu Almeida, *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p. 202.

Segundo Menezes, no mesmo dia em que foi assinado o Tratado de Itaipu, Stroessner foi recebido em Brasília com diversas homenagens no Congresso Nacional como a medalha Rio Branco. Em retribuição, o presidente paraguaio entregou aos presidentes do Senado e da Câmara, Filinto Muller e Flávio Marcílio, a Ordem Nacional de Solano López³⁵⁸. Homenagens à parte, aquele era um momento histórico nas relações entre Brasil e Paraguai porque é até os dias atuais o maior acordo político entre ambas as nações.

A assinatura do documento “encerrava importante significado para os interesses geopolíticos dos ‘dois grandes’ da região. Itaipu era para o Brasil um projeto essencialmente político e, na visão de muitos analistas, enquadrava-se na estratégia da Escola Superior de Guerra para estabelecer a supremacia brasileira na região”³⁵⁹. Para Zugaib, ao assinar o Tratado de Itaipu, o Paraguai pela primeira vez abandonava desde o final da Guerra da Tríplice Aliança, em 1870, sua posição pendular entre Brasil e Argentina e optava por se direcionar ao Estado brasileiro³⁶⁰. Neste sentido, Menezes aponta que, “quando o Brasil, em 26 de abril de 1973, assinou com o Paraguai o Tratado para construir Itaipu, os argentinos começaram realmente a entender que na verdade os paraguaios estavam escapando de seu domínio e dependência histórica”³⁶¹.

De fato, os paraguaios estavam cada vez mais próximos do Brasil e o Tratado de Itaipu era o ápice da aproximação desde a década de 1940. Mas o próprio Tratado “amarrava” o Paraguai aos interesses brasileiros na Bacia do Prata. Isto porque o artigo XIII define que ambas as nações aproveitariam dos benefícios energéticos de Itaipu de forma igualitária. Porém, um dos dois países teria o direito de adquirir o aproveitamento energético caso o outro não usufruísse de toda a sua parte. Neste caso, o referido artigo beneficia o Brasil, pois o Paraguai não usufruiria de toda a sua parte. E o que também significa que os paraguaios teriam que cumprir o acordo de vender apenas para o Brasil toda a parte excedente que não é utilizada.

Vale ressaltar que o parágrafo 4º do mesmo artigo determina que o valor dos *royalties* seja constante, acompanhando apenas as flutuações do dólar norte-americano. Isto fez com que o Brasil tivesse a vantagem de não pagar a mais pela compra do excedente da energia paraguaia. Tal situação seria motivo de nova polêmica nas relações entre ambas as nações

³⁵⁸ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p.102 e 103.

³⁵⁹ ZUGAIB, Eliana. *A hidrovía Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia sul-americana do Brasil*, 2006, p.116.

³⁶⁰ Ibid.

³⁶¹ MENEZES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner*, p.110.

trinta e cinco anos depois, quando o Partido Colorado finalmente deixou o Poder, como veremos adiante.

Pouco tempo depois da assinatura do Tratado, ainda em 1973, o então ministro das Minas e Energia, Antônio Dias Leite, declarou perante a Comissão das Relações Exteriores da Câmara dos Deputados que o “projeto Itaipu é essencialmente político”. Acrescentou que a realização do Tratado “coube efetivamente ao Ministério das Relações Exteriores que manteve as negociações de ordem política com a República do Paraguai para que surgisse uma solução justa, incontestável e politicamente aceitável para ambos os países”³⁶². De fato, Antônio Dias Leite tinha razão, pois Itaipu não se tornaria uma realidade sem a habilidade do Itamaraty. E para autores como Itaussu Mello, a localização da usina não era simplesmente de ordem técnica, mas geopolítica.

A importância política do projeto, além de seus aspectos técnicos e econômicos, é um forte indício de que a escolha do local para construção da usina hidrelétrica – junto à “fronteira viva” da região sul do país –, assim como o condomínio brasileiro-paraguaio sobre Itaipu, foram ditados por razões de ordem geopolítica, quais sejam a “satelitização” do Paraguai e o fortalecimento da presença do Brasil numa área estratégica da bacia do Prata³⁶³.

A hipótese de Itaussu Mello não é descartada, tendo em vista que existiam condições interessantes da usina ter sido construída em Santa Maria, a poucos quilômetros abaixo dos Saltos das Sete Quedas. O fato é que Itaipu colocou o Brasil em uma condição favorável no cenário platino aumentando seu eixo de influência sobre o Paraguai e estando em condições vantajosas em relação à Argentina que cada vez mais diminuía seu poder de barganha na região.

No mesmo ano de 1973, Perón havia retornado à presidência da Argentina substituindo Hector Campora. Segundo Zugaib, a respeito das relações diplomáticas na região platina, “convencido da ineficácia das batalhas jurídicas e por entender ‘que o fundamental era o aproveitamento dos rios e não as normas que o deveriam regulamentar’ Perón inaugurava uma nova era em busca da recuperação do tempo perdido”, sendo que o país “deveria passar a expressar-se politicamente através de fatos e da realização de obras, colocando fim à chamada *diplomacia dos papéis* na Bacia do Prata”³⁶⁴.

O grande reflexo das intenções de Perón na política de realização de obras na região platina foi a tentativa de aproximação profunda com o Paraguai com a assinatura do Tratado

³⁶² PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu: prós e contras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, p. 170.

³⁶³ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p.206-207.

³⁶⁴ ZUGAIB, Eliana. *A hidrovía Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia sul-americana do Brasil*, 2006, p.116.

de Yaciretá entre ambas as nações em dezembro de 1973. Apesar da assinatura do documento, a usina paraguaio–argentina estava mais no papel do que próxima de se tornar uma realidade. Em comparação com a usina hidrelétrica de Itaipu, Yacyretá estava na prática longe de se tornar algo concreto devido aos problemas de planejamento e execução do projeto. A primeira turbina da usina paraguaio – argentina só seria inaugurada em 1994.

No ano seguinte, Perón veio a falecer e sua esposa, Isabel Perón, então vice-presidente, assumiu o poder. Mas o seu governo sofreria um golpe de Estado em 1976, num momento de instabilidade política vivenciado em solo argentino. Quem assumiu o poder foi o general Jorge Rafael Videla, inaugurando um novo período de ditadura na Argentina que perduraria por sete anos. Em meio aos sucessivos acontecimentos internos, os argentinos ainda demonstravam receio com o projeto Itaipu. E desta vez o problema estava relacionado à altura da barragem da binacional brasileiro-paraguaia.

A princípio, a queda d'água de Itaipu seria de 120 metros e a cota do pé da barragem estaria a 100 metros no nível do mar. A usina de Corpus, que estaria entre Itaipu e Yacyretá, somente poderia ter uma queda de 18 metros, tendo em vista que Yacyretá teria que ser construída de modo que o nível d'água da represa estivesse na cota de 82 metros. Com isso, Corpus teria seu aproveitamento econômico totalmente inviável. Para não sair prejudicada, a Argentina propôs que Itaipu deveria elevar a cota do pé da barragem para 130 metros acima do nível do mar, possibilitando uma queda de 48 metros em Corpus. Com isso, para viabilizar o projeto Corpus, a Argentina necessariamente teria que negociar com o Brasil num momento em que a Itaipu já estava em construção. Mas a elevação da cota da binacional brasileiro-paraguaia para 130 metros diminuiria o potencial hidrelétrico de alguns rios que estão exclusivamente em território paraguaio. Isto resultaria numa séria negociação entre os três países para viabilizar os projetos voltados para o bom aproveitamento hídrico do Rio Paraná³⁶⁵.

E as preocupações da Argentina sobre a construção de Itaipu não pararam na questão sobre o represamento e a altura da barragem da binacional brasileiro-paraguaia. Outro motivo foi a intenção de Brasil e Paraguai de colocar mais duas turbinas totalizando um total de vinte em Itaipu. O Tratado previa a colocação de dezoito turbinas e a nova decisão brasileiro-paraguaia chamou a atenção dos argentinos. O ministro de Minas e Energia do governo Geisel, Shigeaki Ueki, criticou a preocupação argentina. Para ele o número de turbinas “não faria diferença” e sim, a quantidade “de metros cúbicos de água” que deixariam a binacional

³⁶⁵ YAHN FILHO, Armando Gallo. *Conflito e cooperação na Bacia do Prata em relação aos cursos d'água internacionais*, 2005, p.100.

brasileiro-paraguaia em direção “aos projetos hidrelétricos argentinos rio abaixo”. Apesar das divergências, Brasil e Paraguai decidiram colocar as vinte turbinas, mas afirmaram que Itaipu utilizaria as dezoito previstas no Tratado, sendo que as duas restantes seriam reservas. Os argentinos ficaram preocupados com a colocação das vinte turbinas em Itaipu, mas aceitaram os argumentos de Brasil e Paraguai³⁶⁶.

Mas apesar de relativos entendimentos entre Brasil e Argentina como no caso da quantidade de turbinas, a crise diplomática continuava sobre o projeto Itaipu. Em 1977, quando o governo brasileiro manteve a insistência de não permitir que a Argentina interviesse nas suas relações bilaterais com o Paraguai a respeito da usina binacional, a situação piorou apesar da possibilidade de haver um encontro entre o presidente brasileiro Ernesto Geisel e o argentino Jorge Rafael Videla. Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira, a tensão diplomática aumentou quando o governo de Buenos Aires “interditou o túnel Cuevas-Caracoles, sob a Cordilheira dos Andes, ao tráfego rodoviário de carga com destino ao Chile, o que levou o Brasil, ao suspeitar de pressão por causa de Itaipu, a fechar suas fronteiras a 80% da frota de caminhões da Argentina”³⁶⁷.

Se as relações diplomáticas brasileiro-argentinas chegaram a um momento auge de represália de ambos os lados, provavelmente por causa de Itaipu, os militares argentinos que estavam na presidência não deixaram de aprofundar o intercâmbio com o Brasil em diversas áreas. Tomando como exemplo o comércio bilateral entre ambos, este chegou à cifra de 750 bilhões em 1976 quando o Brasil tornou-se o primeiro comprador e segundo fornecedor da Argentina³⁶⁸.

Depois de intensas negociações entre Brasil, Paraguai e Argentina para regulamentar a utilização do uso das águas do Rio Paraná, em outubro de 1979 foi assinado o Acordo Tripartite em Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este). Mas a solução da crise entre estes países teria ocorrido provavelmente devido aos problemas na política externa da Argentina na segunda metade da década de 1970. Os argentinos estavam com sérios problemas nas suas relações com a Inglaterra sobre as Ilhas Malvinas (resultando no início dos anos de 1980 em um conflito bélico), e também com o Chile³⁶⁹. A respeito deste último, o presidente Videla manteve o país sob o clima de iminente confronto bélico por causa do canal

³⁶⁶ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p. 118.

³⁶⁷ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *As relações regionais no Cone Sul: iniciativas de integração*, 1998, p.318.

³⁶⁸ CERVO, Amado. *Relações Internacionais da América Latina: novos e velhos paradigmas*, 2001, p. 190.

³⁶⁹ ZUGAIB, Eliana. *A hidrovia Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia sul-americana do Brasil*, 2006, p.117.

de Beagle³⁷⁰. A dificuldade argentina no cenário sul-americano por causa de divergências diplomáticas com seus vizinhos provavelmente acelerou os entendimentos entre Brasil, Paraguai e Argentina, tendo em vista que os argentinos provavelmente não desejavam ter que enfrentar vários problemas de ordem geopolítica simultaneamente.

O Acordo Tripartite tem em seus pontos básicos, segundo Eliseo Rosa, os seguintes:

(1) o nível d'água acima de Corpus e abaixo de Itaipu deverá ser 105 metros acima do nível do mar; (2) Itaipu será operada por Brasil e Paraguai de tal modo que as mudanças de vazão variarão dentro dos parâmetros mutuamente aceitáveis para permitir a navegação normal a jusante do Rio Paraná; (3) Itaipu operará com dezoito turbinas de setecentos megawatts cada; (4) durante o enchimento do reservatório de Itaipu, as informações serão compartilhadas entre todas as partes e o Brasil garantirá um nível satisfatório de água a jusante, liberando água suficiente de suas barragens no Rio Iguaçu; (5) os três países cooperarão de modo a preservar o equilíbrio ecológico e a qualidade ambiental das áreas sob influência das instalações hidrelétricas³⁷¹

Para Armando Gallo Filho, o Acordo Tripartite demonstrou que o Tratado da Bacia do Prata, assinado em 1969, não superou na prática os obstáculos de integração que supostamente o texto do Tratado parecia trazer³⁷². Foi necessário a assinatura de um novo documento dez anos depois, entre Brasil, Paraguai e Argentina, para de fato consolidar os avanços de integração na Bacia do Prata.

De esta manera, las relaciones Argentino-Brasileñas, que se habían deteriorado em la década de 1960-70, fueron suavizadas por el Acuerdo Cooperativo Itaipú-Corpus [...].
Abarcando definiciones de cotas, sobre la base de concesiones mútuas según el Acuerdo Itaipú-Corpus, promete transformar el perfil geopolítico de la Región Platina³⁷³

O acordo representava um avanço no aspecto geopolítico da Bacia do Prata, mas em termos técnicos Itaipu perderia a capacidade de produzir em torno de 880.000 kwh, ou seja, de 12,6 milhões para 11,7 milhões de kwh.

Mesmo assim, é inegável que houve mais benefícios para as relações do Brasil com seus vizinhos Paraguai e Argentina, do que a perda de produção da binacional brasileiro-paraguaia. Para Menezes, “o mais espetacular resultado daquele encontro é que, pela primeira

³⁷⁰ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *As relações regionais no Cone Sul: iniciativas de integração*, 1998, p.318.

³⁷¹ ROSA, Eliseo J. *Economia, política e poder hidroelétrico: o Rio Paraná*, 1983, p.96

³⁷² YAHN FILHO, Armando Gallo. *Conflito e cooperação na Bacia do Prata em relação aos cursos d'água internacionais*, 2005, p. 104.

³⁷³ CASTRO, 1983 Apud ZUGAIB *A hidrovía Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia sul-americana do Brasil*, 2006, p.117.
p. 124.

vez, foi assinado um ‘memorandum de entendimento’ entre o Brasil e Argentina em que era previsto que todos os assuntos no futuro que interessavam ambas as nações seriam imediatamente discutidos em uma comissão especial de brasileiros e argentinos”³⁷⁴.

Se há um grande consenso entre diversos autores de que o Acordo Tripartite foi uma grande conquista para a integração da bacia platina, Amaral e Silva aponta que “o Acordo Tripartite mais que pôs fim a controvérsia, ele contribuiu para a estabilidade no Prata que, alguns anos depois, seria fundamental para o início dos acordos que levariam a integração regional pelo Mercosul”³⁷⁵.

Mas, e as relações entre Brasil e Paraguai especificamente sobre Itaipu, como ficaram nos anos posteriores à assinatura do Acordo Tripartite? Depois da polêmica sobre Sete Quedas na década de 1960, a binacional brasileiro-paraguaia era o símbolo do ápice das relações entre ambos e nenhum problema poderia ocorrer novamente, certo? Não. Segundo Menezes, em julho de 1978, pouco mais de um ano antes da assinatura do Acordo Tripartite, o ex-presidente da ELETROBRÁS, ex-ministro do governo Café Filho nos anos cinquenta e dono da firma que realizou os estudos para saber do potencial hídrico das Sete Quedas, Octávio Marcondes Ferraz, aponta que Itaipu seria ou “um novo canal do Panamá” ou “um problema sem solução”. Para ele, a paridade entre Brasil e Paraguai sobre a binacional em todas as decisões poderia no futuro ser um imenso problema nas relações entre ambas as nações³⁷⁶.

Quando publicou a obra *A herança de Stroessner* em 1987, Alfredo da Motta Menezes fez um apontamento sobre o futuro das relações entre Brasil e Paraguai a respeito do Tratado de Itaipu.

A mudança no preço da energia é um assunto ainda a ser totalmente resolvido, mas, é minha impressão, ela virá. Primeiro, porque tem base legal e segundo, o Paraguai entende claramente sua importância como modelo com o qual o Brasil espera diminuir a antiga fobia sul-americana sobre o expansionismo brasileiro e, conseqüentemente, abrir novos mercados para os seus produtos, principalmente os industrializados³⁷⁷.

Aquilo que Menezes havia previsto de fato ocorreu e o debate sobre a mudança no preço da energia que o Paraguai vende para o Brasil ganhou força em 2007, quando o ex-bispo e ex-ativista político, Fernando Lugo, se candidatou a presidente da república do Paraguai. Uma de suas propostas era debater com o governo brasileiro a revisão do preço de

³⁷⁴ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p.118.

³⁷⁵ AMARAL E SILVA, *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral*, 1954-1973, 2006, p.89.

³⁷⁶ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p.128.

³⁷⁷ *Ibid* p. 129.

energia que o Estado brasileiro compra do Paraguai. Finalmente, quando foi eleito presidente em 20 de abril de 2008, Lugo confirmou que defenderia os interesses paraguaios relacionados ao Tratado de Itaipu.

O ex-bispo foi eleito pelo PDC (Partido Demócrata Cristão) e quebrou uma hegemonia de 61 anos do Partido Colorado na presidência. O fato foi enfatizado pela *Folha de São Paulo* que fez questão de mencionar que era o “domínio mais longo vigente no mundo até então”. Stroessner havia sofrido um golpe de Estado em fevereiro de 1989 e seus sucessores eram do mesmo Partido Colorado. As eleições pós-Stroessner sempre ficaram marcadas pela desconfiança de fraude (o que provavelmente ocorreu durante os 19 anos posteriores até a vitória de Lugo em 2008). Apesar da Transparência Internacional ter denunciado compra de votos por parte dos Colorados, a votação foi tranqüila e teve a presença de observadores da OEA para garantir a seriedade nas eleições. Aliás, a eleição de 2008 ficou marcada por um “racha” entre os Colorados. O candidato derrotado nas primárias, Luis Castiglioni, disse que o partido sofria uma “infecção grave”. A candidata *colorada* na ocasião foi Blanca Ovelar que teve 30,7% dos votos contra 40,8% de Fernando Lugo.

E se uma das grandes heranças que os *colorados* deixaram ao país foi o Tratado de Itaipu, no dia da histórica vitória de Fernando Lugo, Frei Betto, ex-assessor do então presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que o Brasil poderia negociar o Tratado de Itaipu com o Paraguai. Porém, naquele período o pronunciamento oficial do governo brasileiro era que o Brasil não iria negociar a revisão do Tratado assinado em 1973³⁷⁸.

Segundo o jornal *Folha de São Paulo*, no mesmo dia em que foram realizadas as eleições presidenciais em solo guarani, o periódico *ABC Color* criticou veementemente o Brasil chamando-o de “explorador” por causa de Itaipu. “Sob a manchete ‘O Brasil explora o Paraguai em Itaipu’ o jornal dedicou nove páginas ao tema, detalhando por que defende a renegociação do Tratado”³⁷⁹. O texto de capa expõe o seguinte:

O Paraguai é um dos poucos países com excedentes energéticos do mundo, graças ao enorme potencial hidrelétrico de seus grandes rios. Apesar disso, em virtude de tratados firmados por ditaduras militares e mantidos por governantes corruptos, não pôde dispor do fruto de seus recursos naturais, como faria legitimamente qualquer nação do planeta. Em Itaipu nosso povo é obrigado a “ceder” ao Brasil a maior riqueza com que conta o país para sair da pobreza, a um preço ínfimo [...]. Reverter esta humilhante e insólita injustiça deve ser máxima prioridade do governo que surja das urnas das eleições de hoje³⁸⁰.

³⁷⁸ FOLHA DE SÃO PAULO, 20 de abril de 2008

³⁷⁹ Ibid.

³⁸⁰ Ibid.

A opinião da imprensa paraguaia sobre o Tratado de Itaipu, trinta e cinco anos depois da assinatura do acordo, tomando como exemplo o periódico *ABC Color*, ressuscitou uma nova polêmica nas relações entre Brasil e Paraguai num momento em que a nação guarani se libertava do histórico domínio do Partido Colorado. Mas o contexto era diferente. Ambas as nações já não estavam mais sob domínios de ditaduras militares e partidos de esquerda estavam conquistando vitórias eleitorais na América do Sul. Antes da posse de Lugo, em pleno ano de 2008, apenas Colômbia e Peru eram países governados por partidos de Direita. E o Brasil se mostrou disposto a negociar com os paraguaios a respeito da venda de energia.

Na posse de Fernando Lugo, no dia 15 de agosto do mesmo ano, o presidente Lula admitiu a possibilidade do Brasil renegociar o Tratado de Itaipu. Porém, afirmou que iria estabelecer um limite em relação às reivindicações paraguaias. O então presidente brasileiro afirmou que “tudo aquilo que for possível negociar nós vamos negociar, porque nós queremos ajudar os parceiros”. E ainda acrescentou que o Brasil “tem uma enorme responsabilidade de ajudar os países mais pobres da América do Sul e do Mercosul a se desenvolver”³⁸¹. Mas a disposição de Lula não era um consenso no governo brasileiro. O então ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, era totalmente contra. Acrescentou que a revisão do Tratado poderia fazer com que o Congresso Nacional brasileiro fosse chamado para debater o assunto. Já para o chanceler do governo Lula, Celso Amorim, o Brasil não estava querendo ser “bonzinho” para com seus vizinhos e sim, defender seus interesses em longo prazo. Defendeu que o Brasil só seria forte se a América do Sul estivesse “forte e unida”³⁸².

É provável que a disposição de Lula em relação ao Paraguai para rever o Tratado de Itaipu, pagando a mais pelo excedente de energia paraguaio, também tenha sido uma maneira de evitar a repetição de um desgaste diplomático com outro país sul-americano durante seu governo (2003-2010). Em 2006, o então presidente boliviano, Evo Morales, havia cumprido uma promessa de campanha eleitoral: exigir das nações importadoras que pagassem a mais pelo gás do país. O Brasil foi um dos que mais sofreram com isso porque a Petrobrás foi nacionalizada. No dia 1º de maio daquele ano, Evo Morales mandou que tropas militares do seu país tomassem posse da multinacional brasileira³⁸³. A polêmica decisão repercutiu em todo o mundo e no Brasil não foi diferente. Setores da imprensa, como a revista *Veja* e o jornal *Folha de São Paulo*, criticaram a atitude de Morales e aproveitaram para também

³⁸¹ FOLHA DE SÃO PAULO, 16 de agosto 2008.

³⁸² Ibid.

³⁸³ FOLHA DE SÃO PAULO, 02 de maio de 2006

criticar a política externa do governo Lula. A polêmica teve tamanha dimensão ao ponto de Lula, ao se encontrar com Evo Morales, em Viena na Áustria, dizer para o boliviano que estava sofrendo no Brasil uma forte pressão³⁸⁴. E o detalhe era que estavam prestes a ocorrer as eleições presidenciais no Brasil, em que o presidente Lula era candidato a reeleição. Depois de intensas negociações, em fevereiro de 2007, o Brasil firmou o acordo de pagar a mais pela importação do gás boliviano³⁸⁵.

Em julho de 2009, foi a vez dos paraguaios conquistarem um importante avanço em suas reivindicações perante o Brasil. Num encontro entre Fernando Lugo e Lula, em Assunção, o Brasil aceitou pagar três vezes a mais pelo excedente da energia vendida pelo Paraguai no aproveitamento energético de Itaipu, sendo que o número passaria de 120 milhões para 360 milhões de dólares³⁸⁶. Apesar do consenso entre os presidentes de ambas as nações, o acordo teria que ser aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro. Foi apenas em maio de 2011, com o Brasil sendo governado por Dilma Rousseff, que o Senado Federal aprovou o novo acordo de pagar o triplo aos paraguaios. Partidos de oposição como o DEM, PSDB e PPS demonstraram claramente serem contra o novo acordo e até o ex-presidente e então senador mineiro pelo PPS, Itamar Franco (que faleceu pouco menos de dois meses depois), afirmou que “consumidores e contribuintes [brasileiros] serão claramente afetados por esse aumento”³⁸⁷. Mas alguns deputados governistas não concordaram com a opinião dos oposicionistas. Para a senadora filiada ao PT pelo Paraná, Gleisi Hoffmann, as tarifas não vão aumentar “porque o tesouro vai pagar”³⁸⁸. Opiniões divergentes à parte, quatro dias depois, a presidente Dilma visitou a capital Assunção para se encontrar com o presidente Fernando Lugo e também acompanhar as comemorações dos 200 anos de independência do Paraguai³⁸⁹. E se o novo acordo sobre Itaipu a princípio agradou ao governo paraguaio, vale apontar que no início da década de 2020, quando ocorrer o vencimento do contrato e consequentemente a necessidade de sua renovação, o tema Itaipu voltará a ser objeto de discussão nas relações entre os dois países, talvez de forma mais ampla do que no final da década de 2000. Porém, isto provavelmente não resultará numa crise diplomática como foi o “caso Sete Quedas”. Afinal, como é possível perceber, Brasil e Paraguai desde a década de 1940 priorizaram o

³⁸⁴ FOLHA DE SÃO PAULO, 16 de maio de 2006

³⁸⁵ FOLHA DE SÃO PAULO, 18 de fevereiro de 2007

³⁸⁶ FOLHA.COM *Paraguai diz que aceita oferta sobre Itaipu*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u599624.shtml>> Acessado em outubro de 2011

³⁸⁷ IMPLICANTE. ORG *Brasil aceita rasgar contrato e pagar o triplo ao Paraguai por energia de Itaipu*.

Disponível em <<http://www.implicante.org/noticias/brasil-aceita-rasgar-contrato-e-pagar-o-triplo-ao-paraguai-por-energia-de-itaipu/>> Acessado em outubro de 2011.

³⁸⁸ FOLHA DE SÃO PAULO, 12 DE MAIO DE 2011.

³⁸⁹ Ibid.

entendimento entre ambos para preservarem as conquistas políticas e econômicas decorrentes do processo de aproximação. O desfecho do litígio fronteiriço na década de 1960 foi um típico exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procurou-se aprofundar os estudos sobre as relações entre Brasil e Paraguai a respeito da crise diplomática envolvendo a região de Sete Quedas nos anos de 1960. A historiografia tradicional tratou sobre o “caso Sete Quedas” de forma breve, enfatizando os estudos direcionados ao processo histórico que culminou com a assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973. Na realidade, o que geralmente é abordado pela historiografia são as relações brasileiro-paraguaias a partir da assinatura da Ata das Cataratas, em junho de 1966. O único autor a que tive acesso durante o desenvolvimento deste trabalho, que aborda o “caso Sete Quedas” de forma ampla, é Alfredo da Mota Menezes, sendo justamente por isso um dos mais citados nesta dissertação.

A curiosidade para conhecer de forma ampla os principais aspectos desta crise diplomática entre Brasil e Paraguai na década de 1960 foi o principal objetivo para direcionar nossos esforços a respeito do “caso Sete Quedas”.

No decorrer deste trabalho, percebemos que o impasse surgiu a partir do momento em que a embaixada paraguaia no Brasil descobriu, em 1962, que desde a década de 1950 o Estado brasileiro vinha desenvolvendo estudos para saber do potencial energético das Sete Quedas. A embaixada paraguaia informou rapidamente o seu governo e a partir de então uma série de trocas de notas entre os governos de Brasil e Paraguai ocorreram. Segundo o Estado paraguaio, apesar da assinatura do Tratado de Paz e Limites de 1872, e do Tratado Complementar de Limites de 1927, a região fronteira de Sete Quedas não havia sido demarcada. Por isto, o governo Stroessner alegava que o Brasil não poderia ter realizado tais estudos sem o consentimento do Paraguai. A resposta brasileira foi a de que, com a assinatura do tratado de 1872, Sete Quedas ficou definida como pertencente ao Brasil e que por isto não aceitava as argumentações paraguaias. Apesar do encontro entre João Goulart e Stroessner em Mato Grosso, em janeiro de 1964, que a princípio deu a impressão de que o problema estava resolvido com o acordo de explorar de forma conjunta os recursos energéticos de Sete Quedas, o impasse teve sequência após o golpe militar que derrubou Jango do poder dois meses depois.

Em junho de 1965, um grupo de militares brasileiros ocupou a referida fronteira. E não por acaso, aquela região era Sete Quedas. A partir da ocupação brasileira, protestos contra o Brasil começaram a ocorrer em solo paraguaio. Protestos que partiram da sociedade paraguaia e resultaram numa manifestação do governo Stroessner contra a atitude brasileira. Percebendo a ampla repercussão da ocupação brasileira em Porto Coronel Renato, além de entender que

tal atitude feria os interesses do Estado paraguaio, Stroessner reuniu informações para demonstrar ao governo brasileiro que aquela ocupação era um ato ofensivo à nação guarani, pois para o Paraguai, Sete Quedas não havia sido demarcada. A resposta brasileira veio no mês de outubro de 1965 (um mês depois), repetindo os argumentos da nota enviada a Assunção três anos antes alegando que Sete Quedas era brasileira desde o Tratado de Paz e Limites de 1872.

As argumentações brasileiras não convenceram os paraguaios, que insistiram na tese de que Sete Quedas não era necessariamente brasileira. Apesar dos esforços do Brasil de tentar resolver diretamente o impasse com o Paraguai, enviando nada menos do que Golbery Couto e Silva para Assunção e ofertando o compartilhamento conjunto dos benefícios energéticos das Sete Quedas, a crise diplomática parecia longe de ter um fim. O principal motivo era a ocupação militar brasileira na região em litígio, que irritava os paraguaios. A história nos mostra que foi apenas com a determinação brasileira de retirar os soldados de Porto Coronel Renato que o Paraguai assinou um acordo com o Brasil em junho de 1966.

Mas afinal, quem tinha razão sobre a demarcação de Sete Quedas? A princípio, podemos afirmar que a resposta para esta pergunta não é tão simples quanto alguém possa imaginar. De acordo com os nossos estudos, o processo de demarcação fronteiriça é feito após a assinatura de um tratado entre duas nações, no qual o conteúdo do documento esboça os limites fronteiriços. Depois é composta uma comissão mista e em seguida é dada sequência ao processo de caracterização. No caso de aspectos geográficos, lagos e rios geralmente são utilizados como limites. O mesmo pode-se afirmar sobre montanhas e morros, sendo que os pontos mais altos de uma montanha a outra (ou de um morro ao outro) determinam a linha de fronteira.

Ao tratar diretamente sobre Sete Quedas, o Tratado de Paz e Limites de 1872 determina que o território do Brasil e do Paraguai é separado desde onde começa a posse brasileira na foz do Rio Iguaçu, seguindo pelo leito do Rio Paraná, até o Salto Grande das Sete Quedas. A partir desta, segue pelo cume da cordilheira da serra de Maracaju. O trecho das Sete Quedas até o ponto mais alto da referida serra foi o ponto de discórdia entre Brasil e Paraguai na década de 1960. Em 1874, havia ficado definido que as Sete Quedas teria a sua 5ª queda como o ponto mais alto. Com isso, o trecho que ligava esta queda até o cume da serra de Maracaju ficou definido como brasileiro ao norte e paraguaio ao sul. Ou seja, as principais quedas das Sete Quedas eram brasileiras.

Em 1927, ambas as nações assinaram o Tratado Complementar de Limites, visando recolocar marcos onde os antigos estavam estragados e colocar novos onde antes não haviam

sido colocados. Um dos principais motivos deste tratado foi caracterizar de forma definitiva o trecho entre o estuário do Rio Apa e a Bahia Negra. Três anos depois, foi assinado o Protocolo de Instruções que visava determinar como seria feita a caracterização de acordo com os tratados de 1872 e 1927. Em 1938, quando a comissão mista chegou à região das Sete Quedas, os comissários paraguaios haviam notado algo que lhes pareceu estranho. Para eles, a 5ª queda poderia não ser necessariamente o ponto mais alto. Isto porque, a serra de Maracaju tem dois ramos, norte e sul. Os comissários paraguaios acreditaram que o ramo norte poderia ser o mais alto e, sendo verdade, isto significava que Sete Quedas pertencia ao Paraguai. Isto resultou na interrupção dos trabalhos de caracterização fronteira em Sete Quedas no decorrer das décadas seguintes, tendo em vista que os comissários paraguaios recusaram-se a colocar os marcos definidos para aquela fronteira.

Analisando de forma geral, com base na documentação exposta pelo governo brasileiro entre os anos de 1962 e 1966, Sete Quedas pertencia ao Brasil desde outubro de 1874, quando foram realizadas as 16 e 17ª conferências que definiram a caracterização da referida fronteira tendo a 5ª queda como ponto mais alto. Mas, é válido mencionar que nesta época o Paraguai estava sofrendo as consequências da derrota na Guerra da Tríplice Aliança e que por este motivo não tinha condições de reivindicar nada perante o império brasileiro. É provável que os comissários paraguaios em 1874 tenham tido a percepção de que a 5ª queda talvez não fosse o ponto mais alto, mas isto não iria adiantar, já que quem dava as cartas era o Brasil, seu maior vencedor no conflito.

Porém, no decorrer da década de 1930, num contexto de grandes transformações políticas no Paraguai e num momento de paz com o Brasil, os comissários paraguaios da então comissão mista, formada após a assinatura do Protocolo de Instruções de 1930, não hesitaram em discordar da caracterização fronteira de Sete Quedas acreditando que a 5ª queda poderia não ser o ponto mais alto. É possível que, pela topografia da região, os paraguaios tivessem razão. Sendo assim, Sete Quedas pertencia ao Paraguai apesar das atas de 1874.

Se é difícil apontar quem tinha razão sobre a demarcação de Sete Quedas, é tranquilo mencionar que ambas as nações saíram vitoriosas com a assinatura da Ata das Cataratas em junho de 1966. Afinal, o Brasil conquistou de forma legal o direito de usufruir dos recursos energéticos da referida fronteira. E o Paraguai, mesmo não tendo condições financeiras para construir a usina binacional que futuramente seria construída, conquistou o direito de não apenas usufruir dos benefícios econômicos de Sete Quedas, mas também de vender a parte que não usufruiu para o Brasil. O que acrescenta recursos financeiros ao Estado paraguaio.

No decorrer deste trabalho, percebemos que Stroessner, ao perceber a intensidade da repercussão no Paraguai sobre a ocupação militar brasileira em Porto Coronel Renato, usufruiu do tema a seu favor demonstrando para a população guarani mais um motivo para seu governo ser necessário para o país. A oposição, que na sua maioria estava exilada no Uruguai e na Argentina, durante certo período aproveitou a oportunidade para criticar Stroessner (que desde a sua posse, em 1954, tinha considerável apoio do Estado brasileiro) culpando-o pela ocupação militar brasileira. As críticas destes opositores, sendo na maioria *liberais, febreristas e democratas cristãos*, partiram justamente do exílio, tendo em vista o autoritarismo da ditadura de Stroessner contra a oposição em solo paraguaio. No entanto, houve o momento em que a oposição percebeu que o Paraguai não conquistaria nada se não houvesse unidade para pleitear os direitos da nação frente ao Estado brasileiro. Por isso, declararam apoio ao governo Stroessner no “caso Sete Quedas”. Foi, na verdade, mais um motivo para Stroessner explorar o tema a seu favor.

Mas, independentemente da maneira como Stroessner explorou o impasse com o Brasil, é importante destacar o papel do chanceler paraguaio Raul Sapeña Pastor. Desde 1962, quando surgiram as primeiras reclamações paraguaias a respeito dos estudos brasileiros em Sete Quedas, o chanceler paraguaio demonstrou habilidade nas negociações que a princípio tiveram sucesso, pois em janeiro de 1964, João Goulart e Stroessner entraram em consenso sobre o aproveitamento energético daquela fronteira. Depois, quando veio à tona a crise por causa da ocupação militar brasileira em Porto Coronel Renato em 1965, Sapeña Pastor soube manter as mesmas argumentações feitas ao Brasil em 1962, sem desafiar o Estado brasileiro para uma arbitragem internacional proposta pelo Itamaraty e muito menos ameaçar garantir os direitos paraguaios em Sete Quedas de forma bélica. Teve habilidade diplomática no encontro com Juracy Magalhães, em junho de 1966, que resultou na assinatura da Ata das Cataratas. Apesar de ter sido subordinado a Stroessner, percebe-se que o então ditador paraguaio confiava plenamente nos trabalhos de Sapeña Pastor. O mesmo chanceler foi a Brasília, em abril de 1973, quando foi assinado o Tratado de Itaipu. Documento este que foi resultado de várias negociações entre Brasil e Paraguai, tendo o próprio Raul Sapeña Pastor à frente das negociações pelo lado paraguaio.

E se já foi mencionado que o “caso Sete Quedas” teve seu desfecho com a assinatura da Ata das Cataratas em 1966 e que serviu de base para o Tratado de Itaipu que foi assinado sete anos depois, vale mencionar que, justamente por causa da construção da usina, as belezas naturais de Sete Quedas foram alagadas. Claro que houve pessoas que foram contra a construção da usina de Itaipu por causa da fauna e da flora que existia na região. Foi feito no

decorrer da década de 1970 e início dos anos de 1980 um trabalho de desapropriação da área, transferindo as famílias para outras regiões com indenizações, e também retirando, na medida do possível, os animais que ali viviam.

Atualmente, a usina hidrelétrica de Itaipu é de grande importância para os dois países. O tratado que regulamenta a binacional é o maior acordo entre Brasil e Paraguai até o momento. Mas apesar do sucesso na construção da usina, que já não é mais a maior do mundo por causa da chinesa *Três Gargantas*, que foi concluída em 2006, Brasil e Paraguai ainda terão muito o que debaterem a respeito de Itaipu. Se quando assumiu a presidência paraguaia, em 2008, Fernando Lugo reivindicou que o Brasil pagasse a mais ao Paraguai pela energia não usufruída por este, por volta de 2023 (ano em que termina a validade do Tratado de Itaipu) provavelmente ambas as nações terão seus momentos de desentendimento, independentemente do Paraguai vir a ser governado pelos *colorados*, *liberais*, *febreristas*, *democratas cristãos* ou qualquer outro partido. Afinal, por ser um país mediterrâneo, a nação guarani necessita de seus recursos naturais para angariar benefícios econômicos, como é o caso do Rio Paraná. Ou seja, independentemente das divergências políticas internas no Paraguai, que resultaram no *impeachment* questionável do *democrata cristão* Fernando Lugo em junho de 2012, a questão Itaipu será um dos principais temas do Estado paraguaio no decorrer dos anos no que se refere a sua política externa. Porém, uma crise diplomática entre Brasil e Paraguai como a ocorrida na década de 1960 por causa de Sete Quedas e que colocou em risco a amizade de ambos, provavelmente não irá acontecer, felizmente. Isto porque, a história nos mostra que Brasil e Paraguai tiveram grandes conquistas nas suas relações desde a década de 1940. O que tem grande peso para que a amizade entre ambos seja mantida apesar de naturais divergências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

Fontes primárias

Acervo digital da FOLHA DE SÃO PAULO

Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/>

Acervo digital da VEJA

Disponível: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>

Acervo digital do ÚLTIMA HORA

Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pesquisa.php>

Arquivo do Edifício da Vice-Presidência do Paraguai em Assunção

Biblioteca Nacional de Assunção

- Jornal LA TRIBUNA

- Jornal PÁTRIA

Centro de Documentação do Itamaraty em Brasília (DF)

Referências Bibliográficas

ALADI.ORG- *Associação Latino-Americana de Integração*. Disponível em:

<http://www.aladi.org/>

AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre do. *Brasil-Paraguai: Marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973*. Um estudo sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais). Brasília. IREL/UNB, 2006.

AYERBE, Luís Fernando. *Cultura y relaciones internacionales: América Latina y el Caribe en el Choque de Civilizaciones*. In: Carlos Oliva Campos. (Org.). Anuario de Integración Latinoamericana y Caribeña. Anuario de Integración Latinoamericana y Caribeña. Araraquara: Laboratório Editorial da UNESP, Araraquara, 2003, v. , p. 116-123.

BARBOSA, Mario Gibson. *Na diplomacia o traço da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BETIOL, Laércio. *Itaipu- Modelo Avançado de cooperação internacional na Bacia do Prata*. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

CARDOSO, Efraím. *Breve historia del Paraguay*. Asunción: Servilibro, 2007.

CAUBET, Christian Guy. *As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata*. São Paulo- Christian Guy Caubet. Academia, 1989.

CERVO, A. L.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. Brasília: EdUnB, 2002. v. 1. 526 p.

CERVO, A.L. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI, 2001.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política e projeto nacional*. São Paulo: EDUNESP, 2000.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Teórico e Poder*. São Paulo: HUCITEC: USP, 1992.

DÍAZ DE ARCE, Omar. *El Paraguay contemporáneo (1925-1975)*. In: AMERICA Latina : *historia de medio siglo*. Coord. por Pablo González Casanova. 8.ed. México : Siglo Veintiuno, 1991.

DONGUI, Halperin. *História da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
FAUSTO, Boris; DEVOTO, J. Fernando. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*, 2 ed. São Paulo: Editoria 34, 2005.

ELETRORÁS- Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Disponível em:
<http://www.eletroras.com/elb/data/Pages/LUMIS293E16C4PTBRIE.htm>

ELHANCE, A. P. *Hydropolitics in the 3rd World: conflict and cooperation in international river basins*. Washington, Dc:United States Institute of Peace Press.1999.

FLECHA, Antonio Salum. *La politica internacional del Paraguay*. Asunción: Araverá-Fundacion, 1990.

FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em funs do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 167-205.

FOLHA.COM- Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/>

IMPLICANTE.ORG- Disponível em: <http://www.implicante.org/>

LLAVER, Maria del Carmem . *El Problema del aprovechamiento hidroeléctrico del Alto Paraná*. RARI, V, nº15, 1979, p.27.

LEITE, Antonio Dias. *A energia do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

LESSA, Antônio Carlos. *Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias)*. Revista Brasileira de Política Internacional (Impresso), Brasília, v. 48, n. 2, p. 169-184, 2005.

LUNA, Felix. *De Peron a Lanusse (1943-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MAGALHÃES, Juracy. *Minha Experiência Diplomática*. Rio de Janeiro: Editora José Olimpio, 1971.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Dissertação (mestrado em sociologia política). São Paulo. PUC/SP, 1987.

MELO, Luciano Moraes. *O Paraguai e o processo de aproveitamento dos potenciais hidrelétricos dos rios da Bacia do Prata nos anos 1960 e 1970*. Dissertação (mestrado em História). Dourados: UFGD, 2011.

MENEZES, Alfredo de Mota. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai 1955-1980*. Campinas: Papirus, 1987.

MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras formas definitivas no Brasil*. Rio de Janeiro: Xérox do Brasil, 2004.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. 1. ed. Campinas - São Paulo: Editora Papirus, 1995.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto . *As Relações Internacionais no Cone Sul: Iniciativas de Integração*. In: Amado Cervo; Mario Rapoport. (Org.). *História do Cone Sul. História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan, 1998, v. , p. 289-333.

_____. *Estado Nacional e política internacionanl na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. *O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina*. Brasília: Ed. da UnB, 1987.

MORAES, Ceres. *A consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1963)*. Dissertação (mestrado em história). Porto Alegre: PUCRS, 1996.

_____. *As Políticas Externas do Brasil e da Argentina: O Paraguai em Jogo (1939-1954)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Introdução a história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo, Coleção Repensando a História Geral, Contexto, 1990.

OLIVEIRA, Márcio Gimene. *A fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade*, Dissertação (mestrado em geografia). Brasília. UnB, 2008.

PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu: prós e contras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. *Notas sobre a história do Paraguai de 1870 a 1954*. Dourados, 1996. Digitado. 97 p.

RAPOPORT, Mario; MADRI, Eduardo. *Formação dos Estados Nacionais e expansão do capitalismo no século XIX*. In: Amado Luiz Cervo; Mario Rapoport. (Org.). *História do Cone Sul. Rio de Janeiro*; Brasília: REVAN; Editora da UnB, 1998, p. 167-238.

ROSA, J. Eliseo. *Economics, Politics and Hydroelectric Power: The Parana River Basin*. *Latin American Research Review*, vol. XVIII, nº 3, p. 77-107, 1983.

SANTOS JUNIOR, Raimundo Batista dos . *Diversificação das Relações Internacionais e Teoria da Interdependência*. In: Gilmar Antonio Bedin; Maria Odete de Oliveira; Raimundo Batista dos Santos Junior; Shiguenoli Miyamoto. (Org.). *Paradigmas das Relações Internacionais. Paradigmas das Relações Internacionais*. 1ed .Ijuí: UNIJUÍ, 2000, v. , p. 245-299.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHILLING, Paulo. *O expansionismo brasileiro: a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamaraty*. São Paulo: Global, 1981.

SOARES, Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil*, 3 ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
_____. *História Militar do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

VIANA FILHO, Luís. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro. Ed: José Olímpio,1975.

VIZENTINI, P. G. *A política externa do regime militar brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

YAHN FILHO, Armando Gallo, *Conflito e cooperação na Bacia do Prata em relação aos cursos d'água internacionais*. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais) São Paulo: PUCSP, 2005.

ZUGAIB, Eliana. *A Hidrovia Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia sul-americana do Brasil*. Tese de Doutorado. Brasília: Instituto Rio Branco, 2006.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 24 de agosto de 2012.

Luiz Eduardo Pinto Barros